



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 35ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Fórum Técnico “Segurança nas Escolas: Por uma Cultura de Paz”
- 1.3 - Evento Realizado na 76ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Continuação do Fórum Técnico “Segurança nas Escolas: Por uma Cultura de Paz”
- 1.4 - 36ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Fórum Técnico Segurança nas Escolas: Por uma Cultura de Paz”
- 1.5 - 37ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a Homenagear a Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo de Minas Gerais – Abrajat – MG
- 1.6 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 13/10/2011

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Henrique - Adalclever Lopes - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Arlen Santiago - Célio Moreira - Delvito Alves - Duarte Bechir - Fred Costa - Gustavo Corrêa - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Luiz Carlos Miranda - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 17, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 35ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/10/2011

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e João Leite e da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Maria Ceres Pimenta Spínola Castro - Palavras do Sr. Genilson Ribeiro Zeferino - Palavras do Vereador Heleno - Palavras do Deputado Bosco - Palavras da Sra. Beatriz da Silva Cerqueira - Palavras da aluna Brenda Melissa dos Santos Vieira - 2º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença -



Palavras da Sra. Miriam Abramovay - Palavras do Sr. Luiz Carlos Castello Branco Rena - Palavras da Sra. Marli Medeiros - Palavras da Promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick - Palavras do Promotor de Justiça Joaquim José Miranda Júnior - Palavras do Deputado Carlin Moura - Homenagem póstuma - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - André Quintão - Antônio Júlio - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Cássio Soares - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Duarte Bechir - Duílio de Castro - João Leite - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Atas

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do fórum técnico "Segurança nas escolas: por uma cultura de paz", que tem por objetivo levantar os problemas enfrentados por alunos e profissionais da educação decorrentes da violência dentro e fora do ambiente escolar; discutir propostas de integração de órgãos e políticas públicas relacionadas à questão da violência no ambiente escolar; buscar, com as entidades representativas da sociedade civil e dos setores público e privado da região, subsídios para a formulação de políticas públicas visando à prevenção e ao combate à violência no ambiente escolar.

1º Painel: Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa para o 1º Painel o Exmo. Sr. Vereador Heleno, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; as Exmas. Sras. Promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick, Coordenadora da Promotoria Estadual de Defesa da Educação - Proeduc -, representando o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques; e Maria Ceres Pimenta Spínola Castro, Secretária Adjunta de Educação, representando a Secretária de Educação, Ana Lúcia Almeida Gazzola; os Exmos. Srs. Genilson Ribeiro Zeferino, Secretário Adjunto de Defesa Social, representando o Secretário de Defesa Social, Deputado Lafayette de Andrada; e Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação desta Casa; e as Exmas. Sras. Defensora Pública Roberta de Mesquita Ribeiro, representando a Defensora Pública-Geral, Andrea Abritta Garzon Tonet; Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora-Geral do Sind-UTE/MG, representando os professores; e Brenda Melissa dos Santos Vieira, aluna da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, representando os estudantes.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença do Sr. José Augusto de Oliveira Penna Naves, Assessor Especial do Presidente do Tribunal de Contas.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Neste momento, ouviremos o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O Sr. Presidente - O fórum técnico "Segurança nas escolas: por uma cultura de paz" contou com seis encontros regionais, realizados nos Municípios de Juiz de Fora, no dia 21 de junho; Janaúba, em 11 de agosto; Varginha, em 18 de agosto; Contagem, em 22 de agosto; Araxá, em 25 de agosto; e Teófilo Otôni, em 1º de setembro.

Coordenados pelos Presidentes das Comissões de Segurança Pública, Deputado João Leite, e de Educação, Deputado Bosco, e com a presença, além do Presidente da Assembleia Legislativa, de outros 12 Deputados, os encontros regionais contaram com mais de 2.200 participantes, que ouviram as exposições, discutiram e votaram propostas voltadas para a superação da violência no ambiente escolar.

Equipes de aproximadamente 20 servidores da Assembleia viajaram mais de 4.000km ao todo para preparar cada encontro regional.

As propostas recebidas nesses encontros regionais foram sistematizadas e servirão de subsídio para as discussões dos grupos de trabalho durante este fórum técnico.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Assistiremos agora à um vídeo institucional com imagens e depoimentos dos encontros regionais realizados.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia.

Palavras do Sr. Presidente

Bom dia. Não sei se é tão dia assim, pois cheguei um pouco tarde. Bom dia seria na hora em que vocês aqui chegaram. Peço desculpas, Deputado João Leite, Deputado Bosco, senhoras e senhores, queridos educadores. Como fui jogar bola, agora, todos os dias, às 6h30min, tenho de me submeter a fisioterapia, e é necessário ter disciplina. Mas é uma alegria muito grande recepção-los aqui. Esta Casa é de vocês.

Sou filho de uma professora que há anos e anos se dedica ao setor educacional. Fico feliz, Deputado Bosco, Deputado João Leite, queridos educadores, quando a Casa tem a oportunidade de abarcar esses verdadeiros obreiros do bem, cuja missão extraordinária é servir, fazer o bem, educar e instruir a nossa juventude. Relembro, com saudade, as minhas caminhadas ao lado da minha mãe, em



Ibirité ou no Instituto de Educação, em que o respeito imperava, num ambiente de civilidade e cordialidade. É uma missão, um desafio que envolve todos os senhores, as senhoras e, sobretudo, o parlamento.

Digo e afirmo que sou um empregado temporário da população, como todos os demais Deputados e Deputadas que aqui se encontram. E, sendo empregado temporário, essa tarefa tem de ser exercida incansavelmente, com galhardia, com dinamismo, com vontade, com valentia, com honestidade. É isso que procuramos fazer. Logicamente todos temos fragilidades e virtudes, mas, acima de tudo, precisamos ter, permanentemente, humildade para reconhecer nossos erros e buscar, de forma determinada, avanços e vitórias que se traduzam numa melhor qualidade de vida para o povo. Aliás, é isso que tenho feito de forma simples, porém com muito dinamismo, e o que esta Casa também tem feito. Vocês são testemunhas de que temos envidado um esforço imensurável para que este parlamento cada vez mais se aproxime da nossa sociedade. Isso faz parte do nosso direcionamento estratégico, aliás, é algo inédito no meio dos parlamentos do nosso país. Ontem, por exemplo, tivemos a oportunidade de inaugurar o novo portal da Assembleia, o mais moderno de todas as Assembleias do País. Esta é a Assembleia de Minas: compromisso inarredável com a transparência, com a correção, com o trabalho e com os interesses maiores da nossa querida Minas.

Desejo a vocês um bom dia. Fico muito feliz e encantado com o comprometimento, desprendimento e essa vontade entregue pelos senhores e senhoras, que em todos os momentos tiveram a oportunidade de abraçar esse tema, esse drama - poderia dizer assim - que nos assusta, assola e incomoda; que me incomoda, que incomoda todos nós, a senhora e os nossos filhos; um problema que só pode ser enfrentado desta forma, com a inteligência, o suor e o saber de cada um do Executivo Estadual, Municipal e Federal, do parlamento; do professor, do cantineiro, do mais simples servidor da escola, da nossa comunidade e dos pais. Aliás, os pais têm o papel fundamental de transmitir uma boa formação aos seus filhos, isto é, de lhes mostrar o valor do esforço empreendido e da gratificação futura, oriunda do posicionamento exemplar.

Logicamente seria maravilhoso para o Parlamento de Minas debater tantos outros temas, mas não podemos, em hipótese alguma, fechar os olhos a essa realidade. Ontem estive em Pouso Alegre - vejo aqui os Deputados André Quintão e Maria Tereza Lara - e participei de um seminário que aprofundou as discussões inerentes à erradicação da miséria. É uma responsabilidade - da mesma forma intransferível - de cada pai, de cada ser humano, de cada cidadão e de cada mineiro. Na oportunidade, observei a participação patriótica dos mineiros na cidade de Pouso Alegre e região, que ocupam um patamar mais elevado, isto é, um nível de progresso e desenvolvimento ainda mais esmerado. Lá se encontravam muitas pessoas preocupadas com o seu semelhante, o seu próximo, e isso nos confortou e nos deixou felizes. É o que nos dá ânimo, Deputado João Leite, para continuarmos exercendo a vida pública.

Quero parabenizá-los. O Parlamento de Minas está visitando diversos locais e já fez muitos encontros no Estado, com o objetivo de edificar um ambiente de paz, que é o que há de mais sagrado numa escola. Desejamos que esse ambiente seja sagrado, abençoado, civilizado, cordial, de edificação dos mais nobres valores que devem permear a vida de cada ser humano. Esse é meu sonho, o sonho de cada um de nós. Certamente, o parlamento tem um papel fundamental nessa transformação, nesse alcance de políticas públicas - de fato, isso é eficaz e vigoroso para nós. Assim, o nosso parlamento abraça esse cenário desejado por todos nós. Quero dizer-lhes que esta Casa é de vocês. É uma alegria recebê-los. O mineiro tem esse traço de sabedoria, de união, de solidariedade. Por isso, tenho certeza e acredito muito na força do parlamento.

E acredito muito nos nossos educadores, nos mineiros, no povo generoso da nossa querida Minas. Dessa forma, independentemente da nossa cor partidária, haveremos de, com muita responsabilidade, aprofundar as discussões e idealizar esse ambiente, essa escola de paz, de respeito, que cria aquilo que é mais sagrado na democracia: o cidadão. Falo que o cargo mais importante da democracia é o de cidadão, que tem uma amplitude indelével. Temos a obrigação de criar e formar cidadãos. Esse é o compromisso do Parlamento de Minas e, sem dúvida, de todos os que aqui se encontram.

Quero, de forma muito encantadora, reverenciar todos os Deputados que abraçaram essa causa corajosamente, com empenho, com disposição, com energia. Quero ainda abraçar cada um de vocês. Todos têm orgulho de ser mineiros, de aqui morarem. Nosso povo se preocupa permanentemente com o bem-estar do próximo, do seu semelhante.

Desejo a todos belas discussões, sugestões preciosas, para que possamos ofertar aos mineiros e às gerações vindouras um ambiente de paz, de respeito e de cordialidade. Que possamos, de fato, constituir, criar e valorizar o que mais perseguimos, o cidadão de bem, o cidadão digno. Mãos à obra! Os cidadãos aguardam o trabalho de cada um de nós. Parabéns e que Deus dê paz e sabedoria a todos que aqui se encontram!

Peço ao Deputado João Leite que assuma, por gentileza, a Presidência da reunião.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Agradeço muito ao Deputado Dinis Pinheiro, nosso Presidente, que tem trabalhado nesta Assembleia Legislativa com essa visão de estarmos em todo o Estado e colhermos informações e sugestões sobre todas as questões que afligem a população de Minas. Essa situação, nas nossas escolas tão queridas, é uma preocupação que todos têm neste momento.

Palavras da Sra. Maria Ceres Pimenta Spínola Castro

Cumprimento o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, e, na sua pessoa, os demais componentes da Mesa, as senhoras, os senhores e os colegas da Secretaria.

É com enorme prazer que participo da Mesa de abertura de um evento tão relevante como este fórum técnico. Pelo vídeo apresentado, vimos que hoje finalizaremos um processo de discussão muito importante, que trabalhou com demandas e questões em todo o Estado de Minas Gerais.

Na realidade, queria falar a vocês de uma questão apenas: de que forma podemos construir a paz e a convivência social harmoniosa na nossa sociedade? De que forma podemos trabalhar numa sociedade tão marcada pela injustiça e pela desigualdade? De que forma devemos relacionar-nos no interior da escola, no interior da família, na vida social de maneira geral, compartilhando valores de respeito às diferenças e de compromisso com o outro?

Chamou-me a atenção a fala de uma mãe, no vídeo: "A gente não deve fazer ao outro o que não gostaríamos que fosse feito com a gente". Isso me faz refletir enormemente sobre como podemos construir a convivência escolar. Eu estava conversando anteriormente



com a Profa. Miriam Abramovay, que será a expositora da palestra magna, daqui a pouco, e não quero ocupar muito o tempo, mas chamou-me a atenção, no trabalho que ela desenvolve, pensar como podemos fazer da nossa sociedade e especialmente das nossas escolas um lugar de convivência entre diferentes, mas todos iguais em direitos: alunos, professores, pais, serviços, vizinhos, membros da comunidade. O foco da nossa discussão não deve ser o combate à violência, mas, sim, a construção da convivência. Se pensarmos de que maneira posso ver no outro um sujeito dos mesmos direitos que tenho e que, na sua diferença de gênero, de etnia, de condições sociais, de condições individuais, de faixa etária, tem o direito de ser tratado da mesma forma que eu quero ser tratado, é possível que consigamos avançar na construção de uma sociedade mais igual, mais justa e certamente mais feliz.

A violência não é um fenômeno físico. A natureza é violenta às vezes, sobretudo quando a tratamos mal. A violência de que estamos tratando não é uma violência da natureza como resposta ao nosso comportamento em relação ao desrespeito ao meio ambiente. A violência é um fenômeno que nós produzimos nas nossas relações quando fazemos do outro um sujeito sem direitos e não reconhecemos nele a condição de realização dos seus direitos na sua diferença.

Conviver entre iguais só é possível se eu considerar que o outro é igual a mim na sua diferença: a relação entre gêneros, entre homem e mulher; a relação entre sujeitos de origem étnica diferenciada; a relação entre sujeitos de faixas etárias distintas – os idosos, as crianças e os adolescentes.

Profa. Miriam, estamos falando da questão da cultura da juventude. Hoje, uma sociedade “adultocêntrica” nem sempre compreende as demandas e os anseios da nossa juventude, que deseja se inscrever como sujeito de diferença, como sujeito de direito; juventude que, muitas vezes, inscreve esses direitos nas tatuagens que nós, professores, estranhemos nas escolas. Colocam os “piercings” das formas mais esquisitas. Quando converso com um aluno e ele está com um “piercing” na boca, aquilo me incomoda. Porém ele está se inscrevendo como sujeito naquela situação.

Na realidade, não quero tomar o tempo de vocês, mas convoco todos para refletir como podemos fazer desta sociedade, que é muito injusta e desigual, um espaço de convivência digna entre diferentes e iguais no direito. Ao longo desses três dias de trabalho, desejo as reflexões nessa direção. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Genilson Ribeiro Zeferino

Bom dia a todas e todos. De maneira especial, saúdo os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa; João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública; Luiz Henrique e André Quintão; e a Deputada Maria Tereza Lara. Cumprimento também o Deputado João Bosco, Presidente da Comissão de Educação, e a Profa. Maria Ceres, Secretária Adjunta, minha colega, na pessoa de quem estendo meus cumprimentos aos demais educadores e colegas da Secretaria de Educação. Cumprimento, ainda, a Promotora Maria Elmira, a Defensora Pública Roberta de Mesquita, a Profa. Beatriz Cerqueira e a aluna Brenda.

Senhores, nesta manhã, a Assembleia nos convoca para uma discussão que inova, se pensarmos em termos de violência, pois a temos discutido sob a égide da violência física, da violência simbólica, mas com muito foco na comunidade. Com o intuito de tentar entender esse fenômeno, buscamos, ao mesmo tempo, justificá-lo. Estamos frente a um dilema e temos que sair deste fórum com algumas respostas. O que será que movimenta, o que motiva a violência escolar? Talvez esse seja o dilema do nosso tempo.

A violência é um fenômeno que acompanha a humanidade, e não podemos perder isso de vista. Durante um tempo, confundimos violência com criminalidade. Neste momento em que alguns casos tomam frente e têm visibilidade, mais uma vez tendemos a confundir-los. Esse fenômeno, que acontece em nossas escolas e em outras do mundo, retrata a criminalidade que está presente e ganhou espaço? Ou é um fenômeno da humanidade, a violência? É preciso que, ao lado dos educadores, consigamos defini-lo bem. A violência é uma ação perpetrada por um ser humano contra outro com a intenção de dominar seu corpo e sua alma. Talvez, essa definição nos coloque frente ao problema que temos. Precisamos, ainda, tentar entender de que forma essa violência se apresenta na escola, para que não criemos mitos e fantasmas.

Hoje, conforme a Profa. Miriam e sua produção acadêmica nos apontam, observamos que, em toda Minas Gerais, esse fenômeno pode ser entendido e verificado a partir de três aspectos. O primeiro em função da degradação do ambiente escolar. É preciso rever essa perspectiva. A degradação do ambiente escolar não é a principal causa, mas colabora com a existência da violência. O segundo, conforme a própria professora, é uma violência que se origina fora do ambiente da escola e acaba, quase de forma importada, na sua porta. Por fim, segundo a própria professora, temos a violência interna, da própria escola. Neste fórum, se dermos conta de aprofundar essas três questões, começaremos a entender o tamanho do nosso desafio e que se trata de algo absolutamente reversível.

Não se trata de uma ação de polícia. É bom contarmos com a condução e a presença de outras pessoas, pois, durante muito tempo, as questões de segurança foram vistas somente como sendo da responsabilidade da polícia, o que, efetivamente, não é verdade. Em relação a esse tema, não poderá ser responsabilizada somente a polícia, pois, sozinha, não terá capacidade de resposta. A responsabilidade dos educadores, dos alunos e dos familiares tomou outro corpo.

Sinto-me absolutamente envolvido e não desenvolvido em relação a esse tema. Foi determinado pelo Secretário que eu estivesse aqui, e apresentei-me prontamente. A Secretaria de Defesa Social é parceira nesse processo, mas somente as forças policiais não darão conta da resposta. É bom que construamos algo a partir disso. Não quero dizer que a polícia seja fraca. Não nos foi autorizado dizer que, pelo fato de não se tratar apenas de uma tarefa da polícia, não seria necessário mais policiais nas portas das escolas. Temos um desafio a enfrentar e venceremos juntos. Bom dia a todos e um bom encontro.

Palavras do Vereador Heleno

Bom dia a todos. Cumprimento o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro. Torço pela sua recuperação. Esta Casa precisa que V. Exa. continue coordenando o seu jogo político. Sei que V. Exa. é uma pessoa altamente disciplinada, pois acordou às 6h30min para fazer fisioterapia. Tenho certeza de que se recuperará rapidamente. Cumprimento também o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, e, nas pessoas desses dois Deputados, cumprimento todos os Deputados e autoridades desta Mesa, os senhores educadores, professores e diretores e o pessoal da defesa social do Estado.



Caro Deputado João Leite, de certa forma fico feliz ao ver realizado este fórum, uma vez que, quando V. Exa. assumiu a Comissão de Segurança Pública desta Casa, um dos temas que inserimos no planejamento de discussão dessa comissão foi justamente a questão dos conflitos nos espaços escolares, ou seja, a violência nas escolas, especialmente nas públicas.

Estou feliz, mas muito preocupado com esse tema, uma vez que também sou professor, assim como minha esposa, que, de vez em quando, chega em casa aflita e sem entender muito o que está acontecendo nas escolas. Fico também preocupado com alguns encaminhamentos e decisões tomadas a partir dos fatos ocorridos, especialmente em relação àquela tragédia no Rio de Janeiro. Muitas decisões foram tomadas, mas algumas são extremamente equivocadas no que diz respeito às ações a serem adotadas no combate a esse conflito no espaço escolar, na busca da paz na escola.

Com muita alegria vejo que estão presentes muitos especialistas, diretores e educadores. Por isso tenho certeza de que este fórum será muito rico e que daqui sairão propostas extremamente interessantes, que poderão ser aplicadas na educação nas escolas. Esses procedimentos buscam a paz perene, e não apenas momentânea.

Como Vereador em Belo Horizonte e membro da Comissão de Educação da Câmara Municipal, venho com a expectativa muito boa de levar à Câmara Municipal propostas interessantes para que lá possamos também debater esse assunto.

Caro Deputado João Leite, gostaria de parabenizar a Comissão de Segurança Pública e V. Exa. por proporem este debate a esta Casa. Espero que tenham um bom trabalho hoje, amanhã e na quinta-feira. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Bosco

Bom dia, senhoras e senhores. Inicialmente, cumprimento o Deputado Dinis Pinheiro, nosso Presidente, Deputado e Presidente dinâmico, que nos tem propiciado grandes oportunidades de estar aqui, a exemplo de hoje, desenvolvendo ações em prol de todo o povo mineiro. Sr. Presidente, agradeço-lhe o acatamento da solicitação das duas comissões e dos delegados eleitos nos fóruns regionais, para que viesse e tivessem, na Capital mineira, um local para hospedar-se e suporte para estar aqui conosco.

Saúdo especialmente o amigo João Leite, Deputado atuante, referência da política mineira, que, com competência, conduz a Comissão de Segurança Pública. Na pessoa do Deputado João Leite, cumprimento todos os colegas Deputadas e Deputados presentes neste evento, já nominados.

Cumprimento o Vereador Heleno, que representa a Câmara Municipal de Belo Horizonte, e, na sua pessoa, todos os Vereadores de Minas Gerais. Saúdo também a Dra. Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick, Promotora de Justiça, que tem participado conosco desta missão, deste fórum, desde o primeiro momento. Quero cumprimentar Maria Ceres Pimenta Spínola de Castro, que representa a Profa. Ana Lúcia Gazzola, Secretária de Educação.

Saúdo Genilson Ribeiro, que está representando o amigo e Deputado Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social. Faço uma saudação à Dra. Roberta de Mesquita Ribeiro, representante da Defensoria Pública de Minas Gerais.

Cumprimento, também especialmente, todas as professoras e todos os professores por intermédio da Sra. Beatriz Cerqueira, Presidente do Sind-UTE. De forma especial, saúdo a estudante Brenda Melissa, representante dos alunos de Minas Gerais. Cumprimento todos os representantes de sindicatos e de conselhos. Saúdo a nossa gloriosa Polícia Militar na pessoa do Cel. Moisés, Comandante do 37º Batalhão de Araxá e do Alto Paranaíba. Enfim, saúdo todas e todos.

Manifesto a minha alegria e satisfação em recebê-los aqui neste dia tão especial para a Assembleia Legislativa, o qual será um passo importante de todos no que diz respeito à segurança nas escolas. Entendo que a intolerância, a ausência dos valores humanos e a falta de fé, aliadas a outros fatores, têm contribuído sobremaneira e de forma lamentável para o aumento da criminalidade dentro e fora das escolas e também entre a sociedade. Infelizmente, o resultado é a perda de muitas pessoas de bem.

Acredito, Sr. Presidente, que a única forma de enfrentar de maneira efetiva este grande desafio, ou seja, combater a violência, é a união coordenada, integral de todos os segmentos - governo, Assembleia, representantes de classes e educadores - para que possamos buscar medidas e soluções a fim de que Minas Gerais saia na frente nesta questão do combate à violência.

Em nome da Comissão de Educação, que tenho a honra de presidir, dou as boas-vindas a todos. Desejo que, nos três dias deste fórum final, tracemos rumos importantes e os coloquemos em prática para obtermos resultados positivos. Como disse o Deputado João Leite, estivemos em seis regiões diferentes do Estado de Minas Gerais, fomos muito bem acolhidos e recebemos participações importantíssimas de todos os segmentos, sobretudo de pessoas de bem que se preocupam com Minas Gerais. Desejo a todos que façamos um bom fórum e que, na quinta-feira, fechemos o ciclo final do fórum técnico "Segurança nas escolas: por uma cultura de paz" de forma muito positiva. Muito obrigado. Sejam todos bem-vindos. Desejo um bom trabalho a todos nós.

Palavras da Sra. Beatriz da Silva Cerqueira

Bom dia! Cumprimento os componentes da Mesa na pessoa dos Deputados Estaduais João Leite e Bosco, Presidentes das Comissões organizadoras destes trabalhos, e na pessoa da Brenda, aluna e importante composição desta mesa.

Antes de tecer as considerações iniciais do Sind-UTE, farei um agradecimento. Este é o primeiro espaço público que temos depois da suspensão da nossa greve de 112 dias. É impossível ignorarmos um movimento como o que aconteceu em nosso Estado. Concordemos ou não, gostemos ou não, ele aconteceu e evidenciou muitas coisas importantes para nós. Cada movimento precisa ser uma lição para superarmos os desafios e os problemas que explicita. Agradeço a cada um e a cada uma que, concordando ou não com a nossa reivindicação, nesses 112 dias foram tolerantes conosco, que dificultamos o trânsito em Belo Horizonte, pois sabemos que esse é um transtorno para todos, mas é um direito de manifestação; que viemos a esta Casa para manifestar a nossa insatisfação e a necessidade do cumprimento de uma lei federal em Minas Gerais. Agradecemos aos órgãos de imprensa, que fizeram a cobertura dos nossos movimentos, e a todos os movimentos sociais, sindicais e estudantis que nos respeitaram. Querer uma cultura de paz começa com o respeito a uma categoria profissional essencial para o desenvolvimento da nossa sociedade.

Então, queria muito registrar o agradecimento de nossa categoria a todos aqueles e aquelas que nos respeitaram durante esse momento em que confrontamos uma situação de grande violência que vivemos: os baixos salários praticados em Minas Gerais, realidade que não podemos ignorar em qualquer espaço em que estejamos.



É louvável a iniciativa da Assembleia Legislativa – e a parabenizo – de realizar um evento em que os atores sociais envolvidos são escutados. Sempre nos deparamos com políticas e programas em que o aluno, o pai e o profissional da educação são seus objetos e não são ouvidos. Portanto, esse projeto de escuta e participação promovido pela Assembleia Legislativa é um instrumento importante, pois não se pode elaborar políticas públicas relacionadas à educação sem ouvir quem trabalha com elas no cotidiano, quem está no chão da escola. Sem ouvir quem está no dia a dia, nenhum programa dará certo, pois nada funciona sem nos tornarmos partícipes. Não podemos ser meros objetos de programas do governo ou das políticas públicas.

Isso é muito importante, e espero que estes três dias se transformem em ações concretas e importantes porque o terceiro e último aspecto que quero abordar é exatamente nossa realidade: hoje a estrutura do sistema educacional mineiro não consegue lidar com os problemas de violência no ambiente escolar. Quando um profissional da educação é agredido dentro da escola, não há uma orientação clara, não há o que fazer, e nos deparamos, muitas vezes, com a intenção, explícita ou implícita, de tratar o fato como algo isolado, como consequência de um problema do aluno ou da localização da escola, quando sabemos que, na verdade, as questões de violência no ambiente escolar não estão localizadas, são um problema da sociedade e precisam ser tratadas dessa forma. Reconhecer, sem hipocrisia, sem discursos, que não conseguimos hoje lidar com esse problema é o primeiro passo para sairmos, daqui a três dias, capazes de apontar alternativas concretas e soluções para que todos os envolvidos no ambiente escolar sejam reconhecidos como sujeito de direito, e, se sou sujeito de direito, não posso ser tratado como objeto. Assim, nenhuma política ou prática pode ser imposta seja ao aluno, seja ao pai, seja ao profissional da educação.

Vi pessoas de regiões diferentes, que viajaram muito para estar aqui, como os colegas de Janaúba, de Teófilo Otôni, do Sul de Minas, pessoas que estão no cotidiano da escola. Em nome do Sind-UTE, desejo que este fórum aponte ações concretas para que essa realidade se modifique. Assim como a nossa greve tentou modificar a situação de violência dos baixos salários que enfrentamos, esperamos que este fórum modifique a realidade da violência vivida no ambiente escolar. Bom dia, bom trabalho a todos. Parabéns à Assembleia Legislativa.

Palavras da aluna Brenda Melissa dos Santos Vieira

O Sr. Presidente – Ouviremos agora a aluna Brenda Melissa dos Santos Vieira. Tínhamos convidado os alunos de Contagem, mas eles não chegaram, então solicitamos a participação de um dos nossos estagiários que trabalha na Assembleia Legislativa, a Brenda. Temos muitos jovens trabalhando nesta Casa, e ela estuda na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves. Onde fica sua escola, Brenda?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – No Bairro Tupi.

O Sr. Presidente – Você gosta da sua escola?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Sim.

O Sr. Presidente – O que tem de legal na sua escola? As amigas?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Também.

O Sr. Presidente – Sua escola é violenta?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Não.

O Sr. Presidente – Tem algum perigo na sua escola?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Só um pouco.

O Sr. Presidente – Qual é o perigo que tem na sua escola?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Só os meninos.

O Sr. Presidente – Tem meninos bravos?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Sim.

O Sr. Presidente – Que violência eles praticam?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Eles gostam muito de brigar.

O Sr. Presidente – Eles brigam entre eles?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Sim.

O Sr. Presidente – São turmas de bairros diferentes? Que tipo de briga?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Brigam por coisa boba.

O Sr. Presidente – Por causa das meninas?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Não.

O Sr. Presidente – Quais são as matérias de que você mais gosta?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Português e História.

O Sr. Presidente – Você me disse que gostava de Artes também.

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Mas este ano não tenho mais Artes.

O Sr. Presidente – Não tem Artes na sua escola? Por quê?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Porque eu estou no 2º ano do ensino médio, e não há essa matéria.

O Sr. Presidente – Que mais você, representando todos os estudantes das escolas de Minas Gerais, gostaria de falar sobre o tema violência? O que você acha que pode ser feito para melhorar, para existir mais paz nas escolas?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Acho que deveríamos ter um guarda municipal em cada escola. Onde eu estudava havia, mas esse ano na escola onde eu estudo não há.

O Sr. Presidente – Você crê que a presença de uma autoridade na escola ajudaria na solução dessas brigas entre os estudantes?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Sim, ia melhorar um pouco.

O Sr. Presidente – Naquela escola municipal onde você estudava ocorriam menos brigas entre os estudantes?

A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Sim, era muito pouco.



- O Sr. Presidente – Onde você está agora, na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, ocorre muita briga?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Sim.
- O Sr. Presidente – Só entre os meninos? Entre as meninas, não?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Algumas caçam briga.
- O Sr. Presidente – Há meninas que também caçam briga? Você já viu briga entre meninas?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Já.
- O Sr. Presidente – E você acredita que a presença de uma autoridade ajudaria nisso?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Acredito que sim.
- O Sr. Presidente – Essa autoridade faria com que houvesse menos violência?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Sim.
- O Sr. Presidente – Sua família participa do ambiente escolar? Seus pais vão à escola?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Sim.
- O Sr. Presidente – Da sua escola os pais participam?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Alguns sim.
- O Sr. Presidente – O que mais você gostaria de falar?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Só isso.
- O Sr. Presidente – Tive que fazer uma entrevista com ela. Esqueci de perguntar onde você trabalha na Assembleia Legislativa. Conta qual é o seu trabalho aqui, se você gosta.
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Trabalho no xerox e gosto muito de lá.
- O Sr. Presidente – As cópias que você faz servem a que setor da Assembleia Legislativa? Para onde você leva as cópias?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Servem para o Plenário e a Taquigrafia.
- O Sr. Presidente – Para o Plenário e para a Taquigrafia. Quer dizer que você é quem coloca a pauta da Assembleia Legislativa? Você que faz as cópias da ordem do dia para nós?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Sim.
- O Sr. Presidente – Que trabalho importante! Quando chegamos para a abertura dos trabalhos, já temos a ordem do dia nas mesas, os projetos que serão votados. É justamente a Brenda que faz esse trabalho das cópias que vêm para o Plenário. Muito obrigado, Brenda. Você está gostando do seu trabalho na Assembleia Legislativa e dos colegas?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Sim.
- O Sr. Presidente – Você está aprendendo muito?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Sim.
- O Sr. Presidente – Você procura ler bastante?
A estudante Brenda Melissa dos Santos Vieira – Mais ou menos.
- O Sr. Presidente – Tem que aproveitar! Muito obrigado pela participação.
Neste momento agradecemos às autoridades que participaram da abertura deste fórum técnico. A Presidência encerra esta primeira parte para liberar todos. Libero o nosso Secretário de Defesa Social, que vai atender às demandas, e todos, para que possamos formar a nossa próxima mesa.

2º Painel: Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Muito obrigado a todos que compuseram a Mesa. Solicito à Promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick que, por favor, permaneça. A Brenda, que assessora os nossos trabalhos, está liberada para fazer as cópias para o Plenário e para a Taquigrafia, que funciona ali. As nossas taquígrafas transformam tudo o que falamos em documento. Depois desse trabalho, todo o material será publicado no “Diário do Legislativo”, órgão oficial do Estado.

A Presidência convida a tomar assento à Mesa para o 2º Painel a Exma. Sra. Miriam Abramovay, socióloga e Coordenadora da Área de Juventude e Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso - no Rio de Janeiro e autora de livros e artigos sobre o tema da violência no ambiente escolar; o Exmo. Sr. Luiz Carlos Castello Branco Rena, escritor, pedagogo e mestre em Psicologia Social pela UFMG, professor e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Processos Sociais da PUC Minas; a Exma. Sra. Marli Medeiros, Coordenadora Regional Sudeste da Organização Brahma Kumaris - Brasil; e os Exmos. Srs. Promotor de Justiça Joaquim José Miranda Júnior, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais - Caocrim -; e Deputado Carlin Moura, membro da Comissão de Educação desta Casa.

Registro de Presença

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Gostaria de registrar a presença da Terezinha e da Kátia, representantes de movimentos de defesa das pessoas com deficiência.

Palavras da Sra. Miriam Abramovay

Bom dia a todas e a todos. Queria muito agradecer o convite do fórum para estar aqui com vocês, conversar, discutir e trocar algumas ideias. Não é muito 40 minutos, mas vamos tentar. Se o tempo esgotar, vocês cassam a minha palavra, porque professor sempre fala demais, como vocês sabem. Gostaria muito de permanecer com vocês os três dias. Seria fascinante participar dos grupos de trabalho, porque é isso que mais gostamos de fazer. Quer dizer, tudo o que fazemos é para ter influência e importância nas políticas públicas. Infelizmente, não será possível estar com vocês, mas vou deixar o meu “e-mail” e “site”, para continuarmos a dialogar.

Gostaria de dizer que sou da Flacso, organismo internacional com sede em muitos países da América Latina, que trabalha com pesquisas e cursos de mestrado, doutorado. Hoje vem trabalhando muito o tema da violência nas escolas, efetivamente com algumas propostas muito interessantes de projetos de convivência escolar, como disse a Profa. Ceres, com quem conversei um pouco. Estou trabalhando nesse tema há muitos anos - há mais de 10 anos, trabalhei pela Unesco e outras organizações. Estou com a Faculdade



Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso - e trabalho nesse tema há mais ou menos um ano e meio. O que é interessante e que me chama a atenção nesse último trabalho com a Flacso é a nossa proposta de convivência escolar, tema muito amplo de intervenção e mudança nas escolas, de trabalho com professores, alunos e pais que vem sendo muito mais requisitado nos pequenos Municípios que nos Estados e Capitais. Essa é uma mudança que ocorre desde a época da Unesco. Na época em que realizei pesquisa para a Unesco, éramos muito mais requisitados nas Capitais. Ou seja, houve uma interiorização da violência não só geral, como também nas escolas, que é algo para o qual queria chamar a atenção.

O que foi falado aqui anteriormente pelos participantes e pela Mesa já é matéria de discussão sobre a violência nas escolas. Foram expostas aqui diferentes concepções e ideias, mas podemos deixá-las para uma discussão mais geral, após o término da reunião, pois penso que teremos tempo para isso. Quero começar a conversar com vocês sobre o que é escola. Se pensarem o que é a escola no século XXI, podemos continuar dizendo que escola é um lugar de aprendizagem, principalmente o único local ou espaço público - isso é fundamental - a que crianças, adolescentes e jovens terão acesso. Evidentemente a família é o lugar de socialização primária. Há jovens que participam de outras instâncias, de algumas ONGs ou de partidos políticos, mas não existe nenhuma organização pública por onde todos passem, a não ser a escola. Por isso, ela vai tendo cada vez mais importância na vida das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Além de ser um lugar de aprendizagem, é também um lugar de socialização fundamental, pelo que eu disse anteriormente, ou seja, pela possibilidade de convivência não só com os pares, mas também com adultos, pela possibilidade e pela diversidade cultural, econômica - um pouco menos - e de vida que existe em cada um desses espaços escolares. É um lugar de humanização também: é dentro da escola que se deve aprender que cada pessoa, adulto, criança ou adolescente é um sujeito especial, é um sujeito particular e singular. Isso é fundamental, porque é assim que as nossas crianças e professores devem se sentir lá dentro. A escola efetivamente é um lugar em que se ensina a pensar. E pensar significa muita coisa, inclusive transgredir, e transgredir regras. Isso é fundamental no processo de pensamento. A escola é o lugar do uso da palavra. Portanto, ela é um lugar fundamental na vida de crianças, adolescentes e jovens. No entanto, o que vem acontecendo com ela e com a nossa educação?

Evidentemente vivemos um processo de democratização da educação. Hoje todas as crianças ou 98% delas, apesar de muitas vezes não permanecerem na escola, passam por esse espaço. Claro que entram, saem, abandonam, pois existem evasão e repetência escolar; é um longo e doloroso processo. Mas essa escola, no entanto, continuou um pouco parecida, como a Beatriz falou, e não sabe o que fazer hoje. A população que entrou nas escolas nos últimos 40 anos, nos últimos 30 anos, nos últimos 20 anos não estava dentro delas. A nossa escola foi uma escola de elite, e os nossos professores foram formados para trabalhar com pessoas, com meninos e meninas que eram a elite brasileira. Ou seja, o choque dessa democratização, dessa popularização das nossas escolas e essa falta de mudança na formação dos professores para saberem lidar com essa mudança cotidiana muitas vezes levam a um processo de violências cotidianas dentro do nosso espaço escolar.

Quando falamos em violência, a que nos referimos? Como vocês sabem, violência é um conceito muito amplo. Se estivéssemos num grupo de trabalho e se se fizesse um exercício perguntando a cada um de vocês o que é violência, constataríamos que o conceito e o sentimento de violência muda de indivíduo para indivíduo. Evidentemente há questões comuns, e uma delas é o sentimento de violência que temos. Ou seja, vivemos na sociedade um sentimento de violência. Se perguntarmos que século foi o mais violento da história, sempre vamos responder que é o nosso; qual tempo histórico é o tempo da violência, quando houve mais violência nas escolas, vamos responder que é hoje, agora, o tempo em estamos vivendo.

Precisamos ter alguns pontos para começarmos a discutir o conceito de violência. O primeiro deles é que se trata de um fenômeno complexo, multifacetado. Como já disse, não há apenas uma percepção de violência. Para muitos autores, violência é aquilo que está no Código Penal. Dá-nos muito prazer ouvir da segurança pública que violência não é só o que está no Código Penal, é mais do que isso. Agora, o que está no Código Penal é aquela violência dura. Como diz um autor chamado Chesnais, essa violência está ligada à criminalidade, mas há outros tipos de violência. Devemos ter certeza de que a violência atinge direta ou indiretamente todos os atores da sociedade. Com certeza alguém aqui, se não foi assaltado, tem algum primo ou algum filho que já foram, já levaram o casaco ou dinheiro de alguém em algum lugar, alguém já sofreu sequestro-relâmpago etc. Esse não é um fenômeno particular do Brasil, é um fenômeno global.

A violência nas escolas também é um fenômeno global. Ela não está só no Brasil ou na América Latina. Não estou falando dessa violência que vemos nos Estados Unidos, em que um "serial killer" mata 15 pessoas. Não é isso, não é da violência de Realengo que estou falando, mas da violência do cotidiano. É muito importante saber que essa violência nas escolas pode ser desconstruída.

Existe na nossa sociedade o que se chama de cultura da violência. Há duas questões em relação a essa violência que vemos no dia a dia nas escolas. A primeira é que ela é supervalorizada, principalmente pela mídia. Vocês veem essa realidade e convivem com ela. A mídia vende e não vai divulgar que um aluno xingou um professor ou que dois alunos tiveram uma briga entre eles. A mídia vai divulgar quando há crimes dentro das escolas ou situações-limite dentro delas.

Essa cultura da violência também é muito alimentada pelo consumismo e pelo individualismo, principalmente quando pensamos em adolescentes e jovens. Vivemos em uma sociedade de consumo, vivemos em uma sociedade em que o ideal é um ideal do eu, do individual e em que estamos dizendo a nossos adolescentes e jovens que eles têm de consumir a todo momento. E eles têm de consumir o quê? Tudo o que há de melhor.

Quando trabalhamos dentro de uma escola, temos de pensar principalmente não só no que ela está passando, porque muitas vezes não consegue contrapor outra mensagem a essa mensagem que a sociedade está passando a essas crianças, adolescentes e jovens. Essa é uma das contradições existentes nas escolas, ou seja, vivemos em uma sociedade profundamente adultocêntrica. Nossos valores são os valores dos adultos. A escola é muito autoritária não só em termos de comportamento. Muitas vezes, ao contrário, as regras não são claras nas escolas. Mas ela é autoritária no tocante a pouco diálogo, no tocante a pouco conhecimento.

Gosto de contar uma história. Quando há alguma entrevista sobre a violência nas escolas, uma das últimas entrevistas importantes que dei foi a que apareceu no "Fantástico", um menino dando uma voadora em uma Diretora. Acho que o caso era de Minas. Depois de uma longa entrevista de mais de uma hora - evidentemente eles exibem só 2 minutos -, a mais longa que já fiz, perguntei ao



repórter: “Quando tudo isso aconteceu...” - acho que eram quatro casos, um da voadora, outro de meninos que puseram fogo na escola, outro da menina brigando e as mães entrando na briga também, e do quarto caso não me lembro. Enfim, quando terminei a entrevista, perguntei: “Vocês conversaram com quem?”. “Conversamos com os Diretores”. “Vocês conversaram com os alunos para saber o que aconteceu?”.

Semana passada aconteceu de novo. Daqui a pouco vocês vão ver que exponho os últimos casos de violência durante a semana, e vocês vão ficar boquiabertos. Realmente, é uma coisa impressionante. Por que uma criança, um jovem, um adolescente bota fogo em uma sala de aula? É para aparecer? É para se exibir? É porque ele odeia a escola? É porque ele quer queimar todos os alunos? O que está acontecendo? Isso nunca tem resposta. Por que um adolescente que é suspenso dá uma voadora em uma Diretora e isso é filmado? Deveria ser crime também. Ele não só dá uma voadora na Diretora como faz questão de que filmem para ele aparecer na internet, ou seja, hoje esse menino é mundialmente conhecido. Voltam novamente a questão do exibicionismo e a questão da nossa sociedade, que é a sociedade do aparecer, da visibilidade, do ter de aparecer. Como será que a escola tem possibilidade de responder a essas questões? Quero deixar muito claro e dizer que não há culpas. Todos estão sofrendo nas escolas. Os atores das escolas sofrem, mas os pais sofrem, os alunos sofrem. Temos de prestar atenção quando pensamos em políticas públicas. Quando falamos em violência nas escolas, temos de pensar em todas as manifestações de violência. De que violência estamos falando? Acho que estamos evoluindo um pouco para tentar esquematizar as violências nas escolas, o que não é fácil. Chegamos ao consenso de delimitá-las em três tipos.

Esse é o esquema, veremos que um tipo de violência permeia outro. Muitas vezes é difícil falar de violência, como veremos, porque ela está incorporada aos três tipos. Mas, para análise e para podermos pensar, falaremos primeiro da microviolência, que é aquela que ocorre no cotidiano, que se propaga, principalmente, através das relações sociais e também dos mecanismos, hábitos, de tudo que é considerado como natural e normal no ambiente escolar. Ou seja, a microviolência é a que quebra todo aquele cotidiano que consideramos como o da convivência escolar; é a violência mais de agressão verbal, de xingamentos, de pequenas agressões, de pequenos maus-tratos; não é aquela violência que está no Código Penal.

O segundo tipo de violência é a simbólica. É o conceito do Bourdieu, que vários de vocês já devem ter estudado. Segundo esse conceito, existe uma violência inerente ao abuso de poder; é uma violência repetitiva a que o outro não pode responder. O outro não responde, sente-se mais fraco, mas, quando responde, não é uma violência. Muitas vezes podemos confundir violência simbólica com “bullying”, pois também no “bullying” o outro não consegue responder. É uma violência que se dá de forma repetitiva, com o ator da violência sendo mais forte, seja física, seja psicologicamente etc. Não trabalho com “bullying”, trabalho exatamente com violência simbólica. Chegou-se à visão de que tudo é “bullying”, ou seja, existe na Assembleia, na casa da gente, mas não é isso. O autor que trabalhou o conceito de “bullying” é norueguês, é o Olweus, e estudou só a escola e a relação entre os pares. O “bullying” só existe entre pares; não existe entre professor e aluno ou entre pai e filho. Enfim, prefiro trabalhar com o conceito de violência simbólica.

Também há a violência dura, que está no Código Penal. São atos de violência que têm relação com armas e ameaças. A ameaça, evidentemente, também pode ser uma violência simbólica ou uma microviolência; depende da forma e da maneira como é praticada e de quem é sua vítima.

Já falei sobre o “bullying”, não vou repetir. Agora começarei a categorizar os diversos tipos de violência. O primeiro é a ameaça. Sabemos que a ameaça tem muita magnitude no espaço escolar. Qual é o perigo da ameaça? Ela gera um clima de medo nas vítimas. Na maioria das vezes, a escola não consegue percebê-la, não consegue se dar conta dela. Em relação à maioria das violências, a não ser as físicas, que são as violências duras, a escola não se dá conta desses fenômenos. Ou seja, ou ela os coloca debaixo do tapete ou não consegue visualizar o que está acontecendo no seu cotidiano. Ela sabe que há problemas, mas não sabe de onde vêm. Muitas vezes a escola também trabalha com a lei do silêncio. Isso está muito claro nas pesquisas sobre furto. Existe o furto na escola, e um grande número de alunos e professores já foram furtados dentro das escolas. E, quando perguntamos a alunos e professores o que eles fazem quando isso acontece, a resposta é sempre a mesma: nada. Os alunos dizem que a Diretora não fala nada, e os professores pedem aos alunos para terem mais cuidado. Vemos, por exemplo, professores que se culpam por terem perdido o celular porque o deixaram sobre a mesa, como se a escola pudesse ser um lugar de furto. A escola não pode ser um lugar de furto. E aí começa a lei do silêncio. Fingem que nada acontece, e tudo é aceito. Além disso, as regras também não são claras, e isso prejudica imensamente a escola.

Para exemplificar as ameaças, vou falar da relação aluno-professor. Comumente os alunos ameaçam o professor com a frase “Vou te pegar lá fora”. Isso faz parte das várias pesquisas que fizemos. É certo que existem páginas e páginas de frases com ameaças, mas essa é uma frase emblemática. Também existem as ameaças entre alunos, feitas da seguinte forma: “Vou te pegar lá fora”; “Vamos te bater”; “Vou mandar matar”; “Se você contar para alguém, eu te mato”. Na pesquisa, aluna jurada de morte ameaçou com faca. Outros exemplos de ameaça de aluno contra professor: “A senhora vai ter o seu”; “Vou passar fogo naquela professora”; “Vou riscar o carro dela todinho”; “O senhor está muito folgadinho, e a sua família vai ver o que vai acontecer”. É emblemático.

Na última pesquisa realizada, verificou-se que 12,6% dos professores em Brasília, quase 13%, já tiveram seus carros danificados, com pneus furados etc. Nos fenômenos de violência, 1% já é muito. As pessoas ligadas à segurança pública podem dizer isso com mais propriedade. Isso é algo que também diz respeito às relações sociais. Muitas vezes a violência começa com a nota que é dada ao aluno, ou com o chamamento dos pais à escola, para reclamações, ou com a suspensão do aluno. Tudo isso gera violência e agressão.

Sobre agressões físicas, sabemos que elas são preocupantes. Posteriormente falaremos dos gêneros das agressões físicas. No Brasil e em toda a América Latina existe a cultura do revide, da força, da ação e da reação. A agressão física é cotidiana, ela acontece fora e dentro das escolas, isto é, ela está presente no dia a dia das escolas. O “slide” exemplifica melhor essa realidade.

Agressão de aluno contra aluno: bater a cabeça, puxar o cabelo, empurrar, chutar, dar paulada, ferir, dar soco e pontapé, quebrar o nariz, jogar pedra e tijolo, cuspir na cara etc.

Agressão de aluno contra professor: empurrão, cadeirada, espancamento.

Professor contra aluno: apertão, empurrão, tapa na cara e outros mais.



Não há anjos dentro das escolas, mas atores sociais com reações que não são aceitáveis. Não há um só culpado pelo que acontece dentro das escolas, e não há formas não violentas de resolução de conflito. Isso não é válido só para projetos de mediação de conflitos: é uma técnica fascinante e fundamental para as escolas. Temos de ter muito mais que isso; temos de saber o que está acontecendo nas escolas; temos de ter diagnósticos, formação efetiva de professores sobre esse tema e projetos de intervenção. Quando falo intervenção, quero referir-me a projetos de trabalho nas escolas. Somente por meio desse trabalho vamos conseguir melhorar essa situação.

Temos outros exemplos de violência física contra os professores.

Sobre as meninas, sobre as questões de gênero, o que vem aparecendo nas pesquisas nos chama a atenção, porque as meninas vêm mudando seu papel, vêm mudando seu gênero. É claro que esse papel vem mudando na sociedade - disso não temos dúvidas. No entanto, ainda existe nas meninas a sensação de que, para terem poder, precisam ser iguais aos meninos, fazerem o que os meninos fazem, por meio da força e da brutalidade. Elas querem aprender a brigar, aliás, brigam muito dentro das escolas; querem afirmar-se; querem ser reconhecidas por meio dos mesmos símbolos de poder com que são reconhecidos os meninos. Numa das pesquisas que realizamos, perguntamos aos professores e aos alunos quem era mais violento, as meninas ou os meninos. Estatisticamente, são os meninos. Se olharmos um pouco os mapas da violência, quem mais morre e mata são os meninos. Em nossa sociedade, há uma diferença brutal nos mapas. No entanto, esse comportamento das meninas de quererem ser iguais aos meninos faz com que os adultos nas escolas digam que, hoje em dia, as meninas são mais violentas.

Vamos pular o furto e ir para as armas. Elas também são símbolo de poder. Em nossa sociedade, são geradoras de medo e trazem um sentimento de vulnerabilidade para o outro. Armas sempre entram nas escolas. Perguntamos aos informantes, na penúltima pesquisa que fizemos, se já haviam visto armas na escola, e mais de um terço dos professores respondeu que sim. Por que entrar com arma na escola? A literatura vai nos mostrar que armas são símbolos de poder e entrar com elas na escola significa poder. Muitas vezes, os alunos nem pretendem utilizá-las, apenas mostrá-las. Isso acontece principalmente com as meninas. Porém, numa briga, como temos visto nos noticiários, podem ser utilizadas. Arma também significa vida bandida, porque há muito "sex appeal" em nossa sociedade, e vida bandida significa ter dinheiro, estar ligado a tráfico, a dinheiro e a outras possibilidades. Infelizmente, como sociedade, não estamos conseguindo contrapor-nos a essa exaltação da arma e do consumo como símbolos de poder.

Ouvimos um depoimento sobre vários tipos de armas, principalmente de meninas que trazem tesouras de ponta para a escola. Os meninos trazem giletes. Efetivamente, as pessoas levam armas para dentro da escola por exibicionismo. Outra questão relacionada à violência diz respeito ao tráfico de drogas. É uma grande preocupação. Muitos já morreram e foram perdidas muito sentidas por adultos e colegas devido ao tráfico não só no entorno como também dentro das escolas. A escola é um espaço democrático. Porém, o que encontramos nos depoimentos não é efetivamente o traficante, mas o irmão, o primo, o tio dele, que se aproveitam para fazer isso. É uma coisa que efetivamente acontece dentro das escolas. Essa é uma violência de fora para dentro das escolas e é muito difícil de controlar. É uma violência que requer a presença de forças de segurança de fora para dentro.

Aproveitando o que foi dito pela Brenda - ela acha que a situação da escola vai melhorar se se colocar mais polícia lá dentro -, quero dizer que está provado internacionalmente que não são as medidas de força que vão mudar o quadro de violência dentro das escolas. A segurança tem de estar dentro da escola quando existe algum acontecimento especial. Quem vai resolver as questões cotidianas da escola não vai ser, não pode ser e não é a polícia. Os professores têm de estar preparados para discutir o assunto e para empreender ações que não tenham a ver com a segurança pública. O tráfico de drogas é uma delas.

O segundo complicador é a presença de gangues, como já foi dito. Temos feito muitos estudos sobre gangues, e não existem gangues formadas dentro das escolas, mas nelas existem pessoas que pertencem a gangues. Isso também causa uma grande desestabilização. No entanto, temos de saber do que estamos falando, e quero citar o exemplo da última pesquisa que realizamos, que chegou a mencionar a questão da gangue. Aliás, aqui também existe essa gangue - estou falando de Brasília -, seu líder era mineiro e se chama Lua. A escola estava toda pichada com a palavra "Lua". Quando perguntamos aos professores e à Diretora se havia gangue na escola, eles disseram que não. Nós discutimos com ela e dissemos que alguém deveria ter entrado ali, porque esse era o nome de uma gangue. Ela disse: "É o nome de uma gangue? Não acredito, porque suspendi um menino da escola cujo apelido era Lua". Vejam a falta de conhecimento do que é a cultura juvenil, do que é ser jovem, do que acontece dentro das escolas. Desentendimentos e aberrações podem ter lugar no cotidiano das escolas.

Estávamos falando um pouco das chamadas violências duras, as que estão no Código Penal. Outro tipo de violência que existe no cotidiano das escolas e também na nossa sociedade é a discriminação. Vivemos numa sociedade de classes, discriminatória, que registra muitos problemas com a homofobia, com o racismo. Evidentemente, a escola é um espelho disso e teria de ser um contraponto a essas questões. Quando falamos de discriminação, tenho uma reflexão a fazer: fomos feitos e criados de que maneira? Não quero dizer que os professores ou os demais presentes pensem dessa forma, estou falando da sociedade brasileira. É uma forma masculina de pensar, uma estrutura em que as classes sociais são privilegiadas e em que, muitas vezes, pensamos com a cabeça do privilégio. É uma sociedade em que o bonito é ser branco e heterossexual e o normal é ser católico. Não quero dizer que todos pensem dessa forma, mas que a sociedade brasileira se pauta nesses valores.

Ao falarmos de projetos de convivência, a primeira coisa em que devemos pensar é que não existem dois iguais no mundo, no Brasil, em lugar algum. A diversidade é uma questão fundamental e é muito fácil falar a respeito, mas muito difícil praticá-la em nosso cotidiano, em nossas casas, em nossas vidas. Ao falar de diversidade, temos de pensar que todos são diferentes. Mais do que isso, que as pessoas têm o direito de ser diferentes. A partir daí, podemos tratar de diferentes temas. Ao falar de gênero, pensamos que, apesar de a escola ter mudado, ainda falta muito. Os padrões culturais muitas vezes permanecem. Nós, sem querer, estamos a todo momento reafirmando a masculinidade e a feminilidade. Como fazemos isso? Há escolas em que, por exemplo, nas aulas de educação física, a turma é separada. Quando se questiona o porquê, respondem que as meninas não têm força e que os meninos podem machucá-las. Enquanto isso, as meninas reclamam que gostariam de jogar futebol, mas não têm direito a essa prática. Há ainda aulas de xadrez em que a professora separa os meninos das meninas sob alegação de que os meninos têm raciocínio mais rápido, são mais



capazes de resolver os problemas com mais velocidade do que as meninas. Ou seja, reafirmam-se nas escolas crenças de gênero que, na maioria das vezes, não são cientificamente comprovadas. Não é porque a menina tem o cérebro maior ou menor, o lado esquerdo ou o direito, que não seja capaz de jogar xadrez. Tudo isso deveria ser colocado em xeque dentro das escolas, mas não é.

Sobre a homofobia, que é a aversão que a sociedade tem em relação aos homossexuais, nem é preciso citar exemplos. Antontem, mais uma vez, bateram em jovens homossexuais na Avenida Paulista, em São Paulo. Tudo isso também com base numa concepção de que existe uma sexualidade correta e normal, assim como existe uma religião, assim como existe o ser homem e o ser mulher. Nas pesquisas realizadas com os jovens dentro das escolas, constatou-se que os homens são mais homofóbicos do que as meninas. De modo geral, nas pesquisas em que perguntamos “quem você não gostaria de ter como colega de classe?”, os homossexuais aparecem nos primeiros lugares. O racismo é outro fenômeno da sociedade brasileira. Estamos num país profundamente racista. Os apelidos e brincadeiras com esse tipo de apelo são feitos no cotidiano, mas, se perguntarmos às professoras e aos alunos, responderão que não são racistas. No entanto, há aquele que sofre racismo. Realizamos uma pesquisa com a Profa. Mary Castro sobre o racismo no Brasil e verificamos que a questão do cabelo é um sofrimento fundamental no que diz respeito às meninas. Os meninos são chamados de picolé de asfalto, cabelo ruim, cabelo bombril e outros apelidos. A sociedade tem de cuidar muito dessas questões. Há discriminação quanto à pobreza, à roupa, à aparência, à religião e à pessoa com deficiência, mas não será possível tratarmos disso agora.

Finalmente, é preciso olhar com muito cuidado a questão da discriminação. Quando a escola deixa passar e adota a lei do silêncio quando há discriminação, não está exercendo a sua função pedagógica e se torna um espaço negativo para a mudança de comportamento. A violência tem relação com a qualidade de ensino e cria um sentimento de não relação com a escola, de vulnerabilidade, de ausência de vontade de ir à aula, de falta de possibilidades e de quebra da questão das amizades na escola.

Gostaria de dizer a vocês o que o Paulo Freire sempre dizia: devemos ter uma escola onde haja boniteza e alegria. Não falei sobre as condições físicas, mas elas são óbvias. Sem elas, não teremos escola de qualidade.

Finalmente, deixo o meu “site”, o meu contato por “e-mail” na Flacso e o contato pessoal. O Diretor da Flacso, Dr. Pablo Gentili, pediu que eu cumprimentasse vocês. Temos todo o interesse em trabalhar com vocês e em disponibilizar todos esses anos de experiência, para que tenhamos uma sociedade e uma escola com mais qualidade de ensino e relações sociais mais efetivas. Esperamos que a escola faça parte da boniteza e da alegria da vida dos professores, dos alunos, dos pais - sobre os quais não chegamos a falar - e de todos nós.

- No decorrer do seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

A Sra. Presidente - Para proferir sua exposição sobre o tema “Violência no ambiente escolar”, passamos a palavra ao Sr. Luiz Carlos Castello Branco Rena.

Palavras do Sr. Luiz Carlos Castello Branco Rena

Bom dia a todas e a todos. Cumprimento o Deputado João Leite e os demais integrantes desta Mesa. Saúdo todos os que estão neste Plenário por uma discussão tão importante, nesta manhã de 4 de outubro. Agradeço a oportunidade de estar aqui, mesmo porque tive o prazer de reencontrar uma professora que dividiu comigo o esforço do meu percurso formativo na Faculdade de Educação, a Profa. Maria Lisboa, que eu não via há mais de 25 anos.

Quando fui convidado para participar deste evento, relutei um pouco. Gosto muito de trabalhar com crianças. Peço-lhes que esqueçam um pouquinho a apresentação feita pelo Deputado e vejam aqui um professor. Não consigo falar sobre este tema sem lembrar o Cássio, meu colega, professor de Educação Física, assassinado brutalmente por um estudante. Não consigo falar deste tema sem lembrar o Sandro, menino de 16 anos, negro, que estava dando os primeiros passos para sair da teia do narcotráfico, envolvido, implicado num projeto de extensão da PUC Minas de Betim, em parceria com a Arca. Esse garoto foi atingido por nove tiros, agonizou durante uma noite inteira e não resistiu. Não consigo falar sobre este tema sem me lembrar das vítimas. Não podemos esquecer as vítimas, nenhuma delas. Não consigo esquecer a cena do sepultamento do Sandro, em que estavam a mãe e os educadores que acompanhavam esse garoto. A orientação foi: “Sepultem rápido, o melhor é sepultá-lo depressa”.

Ofereço o meu esforço de pensar essa questão, o meu esforço de estar aqui, nesta manhã, a esse professor e a esse menino, lembrando todos os outros professores, meninas e meninos que caíram na teia da violência e não conseguiram escapular dela.

Trago-lhes uma reflexão que fiz recentemente, há alguns meses, num evento do Tribunal sobre o ECA. Cresci a essa minha reflexão algumas propostas, já que este fórum pretende pensar saídas, respostas para uma questão muito complexa. A fala da Profa. Miriam nos mostrou o tamanho do problema, as suas várias faces. Vou deixar alguns pontos de lado, abordarei determinados aspectos. Vou concentrar-me nas propostas.

Este professor começou a dar aulas em abril de 1980. Passei, durante muito tempo, por escolas públicas, escolas estaduais, como contratado. Passei por escolas particulares de grande porte de Belo Horizonte, fui professor de filhos de Deputados, de filhos de Governadores, de filhos de grandes empresários. Fui parar no Norte do Mato Grosso e no interior de Goiás para trabalhar com comunidades rurais. Voltei para Belo Horizonte, hoje estou na PUC. Nesses 30 anos de percurso, estou nessa universidade há 10 anos. A violência não é um fato novo para a escola, nunca foi. No primeiro ano em que trabalhei com 18 turmas de 5ª série, quando assumi o ensino religioso da escola estadual, em 1980, assisti a várias coisas na Escola Estadual Odilon Behrens, onde comecei a aprender a ser professor. Só aprendemos a ser professores no momento em que encaramos uma turma. A violência não é um fato novo, nem a violência como gesto dos adolescentes e das crianças, nem a violência como gesto do professor. Tive e tenho colegas violentos. Precisamos reconhecer que atos e gestos violentos não partem só das crianças e dos adolescentes, muitas vezes a violência que assistimos vindo de lá para cá é uma resposta a nossa ação violenta. A escola se consolida, infelizmente, como palco da violência porque a sociedade banalizou a violência. Passamos a conviver com ela assim como convivemos com o trânsito difícil. Hoje demorei uma hora e meia de Betim até aqui. Nós nos acostumamos com isso.

A violência também tem sua raiz numa política da invisibilidade. Somos levados pela correria e pelo cotidiano da escola, que recebeu várias outras tarefas além da sua mais fundamental e começou a tratar os nossos meninos e meninas como seres invisíveis.



Fico pensando se essa anulação da subjetividade, esse desconhecimento da particularidade, daquilo que cada um tem de próprio, assim como a atitude de ignorar o sujeito único e particular que está diante de mim, não estão no elenco dos fatores que produzem a violência na escola.

Durante décadas assistimos a uma política deliberada de pauperização da escola. Os banheiros se tornaram inutilizáveis. As quadras não puderam ser usadas durante muito tempo porque estavam cheias de buracos. De alguns anos para cá, começamos a assistir à tentativa de retirar as escolas da situação de pauperização material, mas ainda há um longo caminho a ser feito. Ainda há muitas escolas pedindo pelo fundamental, pelo básico. Essa política de pauperização das escolas também pode ser vista como produtora da violência.

Acho que não precisamos perder muito tempo pensando nas raízes da violência, pois a Profa. Miriam trouxe muitos fundamentos para pensarmos nisso. Apontarei algumas coisas que podem ser um caminho. Humildemente sugerirei algumas mudanças de atitude e iniciativas.

A Profa. Miriam falou sobre a cultura da violência. Temos muitos sinais evidentes de como essa cultura se torna cada vez mais arraigada e disseminada. Então, impõe-se-nos a tarefa de mudá-la. Tenho consciência de que mudar a cultura não é tarefa para uma geração. Se há alguém pensando que sairá deste fórum localizando e identificando respostas para amanhã, irá frustrar-se. Temos uma tarefa pela frente que impõe atitudes, pensando no curto prazo, no médio prazo e no longo prazo. E essa tarefa de mudar a cultura é para algumas gerações. Preciso convencer as três adolescentes que tenho em casa de que precisam dar continuidade ao que estou tentando construir no meu esforço como professor e educador. Tenho que compartilhar isso com as gerações futuras.

Dentro desse esforço de mudar a cultura, precisamos nos convencer, e a todos que conseguirmos, quase em um esforço de conversão - sabem aquele sujeito que acabou de descobrir o caminho para a relação com o sagrado e ver que aquilo é muito bom, portanto quer convencer todos à sua volta a fazer o mesmo caminho? -, a praticar a cultura do cuidado. Precisamos resgatar a ideia de que cuidar do outro é gostoso, faz bem para a alma, para o corpo, para as relações - o cuidar dentro da família, na escola, do namorado ou da namorada, do parceiro ou da parceira. Precisamos resgatar a ideia do cuidado. Devemos apostar na possibilidade de que conflitos podem ser mediados. Tive muitos estudantes parceiros, como o Marco, que está ali no fundo - é muito bom vê-lo aqui -, que fizeram a experiência da mediação de conflitos e trouxeram vivências muito ricas, conquistas muito importantes - pequenas conquistas em experiências de mediação de conflitos nas comunidades, as quais os jornais não publicam, sobre as quais a mídia não joga luz. Precisamos fortalecer esse programa, investir recursos nele e envolver as universidades. A ideia de que o conflito pode ser mediado precisa ser fortalecida.

Na verdade, esse é o esforço da aprendizagem da democracia. Estamos quase com 30 anos da redemocratização do Brasil, mas ainda não conseguimos viver esse processo nas microrrelações. Quantas vezes, nas relações com minhas filhas, percebo-me autoritário, antidemocrático. E sou uma pessoa que pegou o finalzinho da ditadura e sabe o que é viver em um país sem democracia. E quantas vezes me pego assim... Vivemos todo esse processo de redemocratização, mas não conseguimos traduzir isso nas microrrelações, nas quais incluo a relação professor-aluno, as relações pedagógicas que ocorrem no chão das salas de aula, como disse a Beatriz.

Mecanismos de punição e exclusão são insuficientes para resolver o problema. Estou convencido disso depois desses 30 anos de percurso. Neles, incluo os mecanismos de punição policial. Recentemente, fui iniciar um projeto de extensão em uma escola do Bairro Citrolândia, em Betim, que vive nas manchetes das páginas policiais dos jornais. Ao chegar lá, encontrei uma viatura policial que foi buscar um menino da 5ª série sob a acusação de ter roubado a professora. A viatura, depois de pegar o menino e a pedagoga da escola, estava indo pegar a família para levá-los até a delegacia e fazer a ocorrência. Nunca esquecerei essa cena. No dia em que eu, professor, precisar chamar uma autoridade policial para solucionar os conflitos que aparecem, estarei assinando meu atestado de incompetência. Estarei dizendo para essa criança ou adolescente, para essa família e para a comunidade em que a escola está inserida que não dou conta do recado. Terei que devolver meu diploma para a faculdade de educação.

Não estou dizendo que policial não pode ser parceiro, pois pode e quero que seja, mas em outro contexto, em outro ambiente. E fico feliz de ver aqui, participando desta discussão, vários trabalhadores da polícia, que, muitas vezes, arriscam sua vida para proteger um garoto. Podemos ser parceiros, mas na escola, ao encarar um problema, tenho que resolvê-lo. E o gestor público, que é tão responsável quanto eu por aquele ambiente, por aquela instituição, por aquela organização, tem que dividir comigo essa responsabilidade. Qual é a saída? Não sei. Não existe receita. Cada caso, cada situação, cada escola tem um cotidiano e uma história que eu preciso reconhecer e respeitar na hora de construir a solução para aquele momento. Não há receita. Gostaria de sugerir que reconhecêssemos as crianças e os adolescentes como parceiros e atores sociais indispensáveis para a construção das soluções para o problema da violência. Não adianta quisermos resolver isso sozinhos insistindo na ideia de que o adulto tem mais experiência, de que o adulto consegue pensar melhor, de que o adulto organiza mais as ideias. O adolescente e a criança têm o seu jeito de funcionar, mas, se tivermos a paciência e a humildade de sentar e dizer “meu filho, quero te escutar”, vocês vão se surpreender, assim como eu. Precisamos nos perguntar. A metade desta plateia, que está na minha frente, deveria ser de garotos. Ao final vou deixar uma provocação para a Assembleia Legislativa e para todos nós.

Queria fazer outra sugestão. Se, dentro de uma escola, consigo perceber que existe um garoto sinalizando que está trilhando um caminho em que ele substitui a palavra pela violência, em que ele substitui a possibilidade de negociar pela imposição do seu desejo; que pode construir uma história e um caminho de agressão e violência à comunidade; e que pode constituir um risco para seus pares, a escola deveria ter a obrigação de oferecer um acompanhamento individualizado a esse menino. E não são tantos assim. Acostumamos com a ideia de que são muitos porque a mídia nos bombardeia todos os dias com um caso. E os casos de sucesso, de meninos que deram certo? Esses não aparecem. Digo-lhes que não são muitos. O gestor público da educação deveria cumprir a tarefa de assegurar condições a essa escola para que garanta a esse menino um acompanhamento individual, a fim de ser cuidado antes que seja tarde. Que ele seja cuidado, que seja objeto da minha atenção, que possa olhar no meu olho e sentir o prazer que tenho de estar ao seu lado, de sentir que é cuidado, gostado, amado. Esse gesto poderia mudar a trajetória de muitos meninos e meninas.



Então lhes deixo a reflexão de que, talvez, no esforço de pensar em uma política de ataque à questão da violência, comecemos a dispensar atenção individualizada aos meninos que precisam, a qualificar o professor para lidar com situações de violência que não têm data marcada nem hora para acontecer. Muitas vezes, o professor é pego de surpresa e não sabe o que fazer. Nesse sentido, a Assembleia, a Secretaria de Educação e o MEC deveriam convocar - não convidar - as instituições de ensino superior que preparam professores para as redes estadual e municipal de ensino e obrigá-las a rever o projeto pedagógico. Além do fechamento sistemático do curso de licenciatura, os que existem estão levando para as salas de aula professores que não dão conta de encarar essa realidade. As instituições de nível superior precisam rever o seu jeito de trabalhar. É preciso qualificar os professores, a direção das escolas e os gestores público para saberem lidar com a violência produzida pelos professores e encarar que eles atuam com violência.

Para encerrar, a escola é o espaço privilegiado da contradição. Tem tudo o que a Miriam disse, não podemos negar. Mas estou convencido de que a escola é o lugar de construção de vínculos, que amplia o horizonte do sujeito e onde há uma forma de sociabilidade que não existe em nenhum outro lugar. Não podemos negar, sabotar, recusar isso às nossas crianças e aos nossos adolescentes. É o lugar da festa. Mesmo se não quisermos, eles transformam a escola numa festa. É também o lugar da alegria, que, na verdade, é o outro nome da escola. A origem etimológica da palavra “escola” é “alegria”.

Para fechar, quero fazer uma provocação. Que a Assembleia, que tomou a iniciativa de realizar fóruns com o mundo adulto nas regiões do Estado e em Belo Horizonte, providenciasse os recursos, as condições necessárias para fazermos isso com a juventude, discutirmos essa questão. Como ela pode ser nossa parceira no enfrentamento da violência? Como podemos dar conta desse recado, tendo-a como principal ator desse cenário? Coloco-me à disposição para ajudar a pensar nisso. Obrigado.

A Sra. Presidente – Obrigada, Prof. Luiz Carlos Rena, da PUC Betim. Moro em Betim e fico orgulhosa, professor, de ouvir tantas autoridades ilustres. Gostaria de pedir à assessoria da Casa que as sugestões do Prof. Luiz Carlos fossem acrescentadas às propostas a serem encaminhadas, no final do nosso fórum. É extremamente importante, como ele disse, discutir com as universidades e a juventude o projeto pedagógico para o magistério. Certamente a PUC e outras universidades poderão fazer esse debate com os nossos jovens. O grande desafio que temos hoje é exatamente incluir os jovens nessa discussão.

Palavras da Sra. Marli Medeiros

Não preciso dizer da felicidade e da satisfação de participar deste fórum. Agradeço o convite. Há alguns anos, fizemos um congresso na área da saúde. No final, durante a avaliação de vários médicos e profissionais da saúde, sugeriram-nos que fizéssemos um fórum semelhante na área da educação, porque, antes de se formarem, foram educados para serem médicos. Assim, é importante essa área passar por todo esse cenário, que, como foi dito, não é apenas nacional, mas internacional.

Represento uma organização que há cerca de 75 anos atua com o desenvolvimento e o resgate de valores humanos. E ela é realmente uma organização muito bem-sucedida. Existe em mais de 120 países, com cerca de 6 mil escolas. É uma escola diferente, exatamente para se pensar e refletir sobre os valores humanos, os valores que temos. É provado por todas as áreas da sociedade que eles são intrínsecos, são inatos. Tenho a felicidade de ter conhecido essa organização cedo na minha vida e dela participo.

Gostei muito do que se falou aqui, mas a questão de atuar com a criança, com o adolescente, com o jovem, com o aluno em si, traduzo como uma coisa mais do coração também, não apenas a obrigação ou o cumprimento de um dever para receber retorno financeiro no final do mês. Posso dizer a vocês que essa organização é a maior organização de voluntários do mundo. Sou voluntária há quase 30 anos. E faz bastante diferença. Não que todos tenhamos de ser voluntários, é óbvio. Precisamos dos nossos recursos, e é preciso ter recursos. Mas vou focar um pouco mais a solução porque vejo que todos, com bastante autoridade e experiência, já expuseram - e vocês conhecem - os problemas. Todos os dias os vemos nos jornais e na mídia, mas realmente podemos pensar um pouquinho na solução. E tenho a oferecer a vocês um pouco da solução que temos experimentado.

Precisamos atuar com a visão de que os valores são fundamentais na vida. Eles foram esquecidos e perdidos. Temos uma parceria com as Nações Unidas e com a Unesco e temos um trabalho aprovado na Unesco que é exatamente sobre os valores em todas as áreas da sociedade. Esse projeto ganhou muito peso na área da educação, corre o mundo todo, inclusive o Brasil, e já foi apresentado aqui em Minas Gerais. Trabalhamos com o foco de como o educador, o “staff” das escolas e os pais podem se unir, inspirar e promover aquilo que os alunos querem ver e têm esperança de ver, mas não conseguem.

Vivemos em um mundo de muitas informações. Quando as pessoas estavam expondo, lembrei-me do meu momento escolar. Quando eu ia para a escola, era um prazer, porque eu queria ficar lá. A escola tinha um ambiente muito agradável. E hoje todos olhamos para a escola e sentimos medo, a escola virou um ambiente de receio. Por quê? Temos de nos unir para a solução. O que faltou? Muita informação. Hoje qualquer aluno, qualquer pessoa tem um brinquedinho na mão para obter informação sobre o que está acontecendo no mundo, sobre quantas pessoas mataram e quantas pessoas morreram. Falta enxergar e vibrar um pouquinho com a possibilidade.

A organização de que participamos foi fundada para isso, para trabalhar valores, quando se percebeu que eles estavam faltando na sociedade. E isso é um problema e está sendo um problema. Que tipo de valores? Por exemplo, sei que este fórum foi criado para se pensar na violência e como promover a paz. A paz é um valor, com certeza. Mas a paz perdeu força quando foi vista como um valor menor, sem força, como uma coisa passiva, enquanto a paz é ativa, porque proporciona um conforto que gera força, que gera segurança. E um dos valores que sentimos que falta na sociedade é a autoestima. Por falta até da paz. Esse aluno que está criando violência, praticando violência ou sendo violentado não possui autoestima, não reconhece a si mesmo como alguém que poderia ser uma outra pessoa, que poderia aprender e ser um agente de mudança ou alguém na sociedade, ajudando a sociedade para o bem. Como falamos em viver valores, é viver, porque saber, nós sabemos. Sou mineira de coração, mas nasci em São Paulo, onde a violência é muito grande também. Gosto muito da arte dos mineiros e da música que fala: “A lição sabemos de cor, só nos resta aprender”. Isso ecoa na minha mente. Sabemos muito, mas na hora em que conseguirmos viver isso, viver para inspirar, para enxergar o outro como ele é, e não, o medo do que representa, acredito que vamos gerar paz. Tenho algumas experiências interessantes.

Fico feliz por ver todos vocês aqui. Fizemos uma parceria com a corporação da Polícia Militar por dois anos. A Polícia e a Brahma Kumaris nos convidaram para fazer um trabalho de valores. Conversamos muito a respeito disso com a Secretária de Justiça, o que nos levou a ministrar palestras em prisões de alta periculosidade. Foi uma experiência interessante. Na época, a Secretária de Justiça me disse o seguinte: “Primeiro, gostaria que você falasse para ex-policiais que, por algum motivo, foram presos”. Quando cheguei lá, cercaram-me de proteção, de segurança, mas disse que não havia necessidade. Não conseguia pensar que estava numa prisão, numa cadeia e comecei a falar sobre a proposta, que era exatamente trabalhar a autoestima. No fim da minha exposição, um dos detentos se virou e me disse: “Pela primeira vez, estou sentindo que alguém está me olhando como gente”. Então falei para ele: “Mas alguma vez você duvidou que é gente?”.

Deixo para vocês uma experiência muito forte: os nossos pensamentos – com os quais trabalhamos –, os nossos sentimentos, antes das nossas palavras, de qualquer ação, geram uma arma muito forte. Nossos pensamentos geram uma vibração negativa, por exemplo, quando já entro em um ambiente pensando que aquela pessoa é violenta. Isso já é uma arma. Todos vocês já devem ter sentido isso. Muitos professores pediram-me que esse projeto de desenvolvimento de valores fosse feito nas escolas, na educação e disseram: “Por favor, a minha escola tem de ser a primeira porque é a pior do Estado. Não estou mais aguentando os meninos, eles estão muito violentos”. Esse tipo de sentimento já gera uma predisposição, e acabamos inculcando-a nas crianças, nos adolescentes, nos jovens. Com a nossa experiência nesse trabalho de acreditar no outro lado que todos temos, primeiramente vemos e investimos nesse lado antes de pensarmos no problema. O problema existe, mas, antes, não era problema.

Nesse sentido, temos de aceitar mais os métodos estabelecidos. Como foi colocado para nós quando trabalhamos em parceria com a Polícia Militar, o policial deveria ser visto como amigo, e não, como aquela pessoa de quem se tem medo. Como o senhor disse, Prof. Luiz Carlos, o policial devia ser amigo do jovem, da criança e até levá-la para um hospital, se estivesse passando mal, e não, representar o medo, a ameaça de algo que não fez, que pode ou que está fazendo. Isso realmente gera violência. Violência gera violência. O que podemos fazer para encontrar uma solução? Olhar para dentro de nós e descobrir se temos os valores necessários. Quem, por exemplo, não pode ser gentil? Nesse trabalho de valores, conversamos muito com o pessoal da escola. Vocês falam nas salas de aula: “Vocês precisam ser mais educados, mais gentis, mais pacientes”. E o aluno sai na hora do recreio, no final da aula, e vê o próprio professor, aquele que está servindo a merenda ou aquele que está tomando conta da escola impaciente, não gentil, com seus diversos problemas sendo expostos de alguma maneira. Então, isso não inspira.

Falou-se em igualdade. Acredito que igualdade deve ser neste nível: se espero algo do aluno, em primeiro lugar preciso dar. Essa é a verdadeira liderança que todos querem. O líder não é aquele que impõe: é aquele que é, que inspira. É esse o cenário que vemos na sociedade hoje. Também recebemos muitos convites para falar de liderança. Mas não é porque sou líder que posso exigir que você cale a boca, que você não faça, enquanto eu faço. Esse trabalho é muito importante. Acredito que é a solução que vai ajudar todos nós.

As escolas nos pedem para desenvolver projetos sobre valores. Uma das dificuldades enfrentadas por algumas pessoas que querem trabalhar nessa área são os que não querem, aqueles que respondem: “Eu não ganho pra isso. Não vou colocar alguma coisa extra no meu 'currículo' escolar. Vão me pagar alguma coisa para isso? Isso não vai funcionar”. Este é o problema: mais que a violência que está acontecendo, é a não aceitação dos diversos métodos existentes, que são efetivos e eficazes para a solução. Para mim, violência é apenas escuridão. E não tem força, porque, quando a luz aparece, a escuridão some. É não querer acender a luz, não querer enxergar que existe a luz. É importante desenvolver valores inatos a qualquer ser humano.

Lembro-me de uma época em que fomos convidados pela BHTRANS a trabalhar com o que chamavam de adolescentes em risco. Havia 80 adolescentes. A pessoa que me recebeu disse: “Marli, se você não quiser, não precisa falar, porque eles estão terríveis”. Respondi que havia ido para falar e falaria. Mais que falar, tentei sensibilizá-los sobre seus valores. Só pequei em uma coisinha: fiz uma dinâmica durante a qual seria necessário escrever. Na hora me envergonhei, porque alguns deles não sabiam escrever. Mas ajudamos e fizemos um trabalho com os 80. Obviamente, no primeiro momento quase metade não quis participar e começou a sair. Passamos a trabalhar com os que queriam participar, com os que queriam falar de valores, com os que queriam enxergar valores uns nos outros. Essa era a dinâmica. Quando os que saíram começaram a ver os que ficaram falando a respeito de paz, de felicidade, de amor, de paciência, de tolerância, de autorrespeito, de autoestima, etc., começaram lentamente a voltar e a me perguntar se poderiam participar. Claro que poderiam. Ou seja, espontaneamente, todos participaram. E vocês podem imaginar o que escreveram ou pediam para escrever, o que enxergavam uns nos outros: nada mais que valores.

Talvez, com tantos métodos sobre os quais vocês estão conversando ou vão conversar nestes próximos dois dias e meio, tempo que ainda teremos, e em outras oportunidades que surgirão para trabalhar esse tema tão importante, se vocês quiserem, poderão pensar um pouquinho que a falta também é como alguém me enxerga e como posso reaprender. Vocês sabem que a educação surgiu não de colocar algo que o outro não sabia? A palavra “educare” surgiu de ajudar, trazer para fora o potencial que existe em cada um. Às vezes nos esquecemos de que não somos educadores, somos apenas os facilitadores na busca de trazer para fora o potencial e algo de muito bom que exista em todos. Facilitamos um reaprendizado. Nesse campo de valores, facilitamos esse importante desenvolvimento pessoal.

Há poucos anos, uma aluna da PUC Minas ligou-me, convidando-me para a formatura da turma dela. Ela me pediu que falasse para os alunos que estavam acabando o ano alguma coisa de valores, porque eles estavam com medo. Perguntei: medo? Um momento tão importante como este em que vão receber o diploma e trabalhar, colocar os conhecimentos em prática! Ela me disse que ficaram confortavelmente durante todos os semestres, como amigos, estudantes, mas, naquele momento, enfrentariam a sociedade, os problemas. Isso me chamou muito a atenção, pois não pensamos nesse tipo de situação, do medo de fora, do medo da violência externa, do medo que está por fora das paredes de uma universidade, de uma escola. E o medo gera violência. É uma violência gerada por outra violência. Como foi dito aqui, podemos pensar naquela violência agressiva, externa, óbvia, visível, mas há também a violência que gerou a violência externa, que é o acúmulo das pequenas violências em nossos pensamentos, em nossos sentimentos, como o medo, o receio, a crítica, que é uma visão dos defeitos. Costumo ver o crítico como aquele que fica confortavelmente na



poltrona apontando as falhas, mas pouco faz para mudar alguma coisa. De repente, as escolas estão permeadas por esses sentimentos. De repente, podemos mudar um pouco a nossa visão. Quando nossa visão muda, nossa atitude muda.

Deixo para vocês a mensagem dessa organização que atua no mundo inteiro. Como disse, não é só no Brasil que existem esses problemas, mas também em vários outros lugares. Mas, no Brasil, fazemos aquilo que podemos fazer, e tem sido um grande benefício trabalhar, pensar, ver e ser exemplo em termos de desenvolvimento de valores. Não há outro método. A paz é um valor, e paz não se compra, não se ganha, não se adquire. Estamos até hoje buscando a paz, e a paz se resgata.

Obrigada pela atenção de vocês. Realmente deixo todos os meus melhores sentimentos para que este fórum traga muitas reflexões, além de soluções para esse problema, que não é tão grande, se todos arregaçarmos as mangas e fizermos alguma coisa para resolvê-lo. Uma boa tarde a todos.

A Sra. Presidente – Obrigada, Marli Medeiros, Coordenadora Regional Sudeste da Organização Brahma Kumaris. Sua fala me chamou a atenção, porque creio também que a palavra tem poder. Esse aspecto merece discussão para que possamos, considerando a palavra como semente, plantar sementes de luz positivas.

Palavras da Promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick

Bom dia. Gostaria de cumprimentar a todos na pessoa do ilustre Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia, que abre esta Casa para a realização desta discussão. Também gostaria de cumprimentar os Deputados João Leite, Bosco e Maria Tereza Lara pela brilhante condução das reuniões preparatórias para este fórum técnico, “Segurança nas escolas: por uma cultura de paz”. Cumprimento ainda todos os professores da Mesa que já abrilhantaram este evento, bem como o meu colega e querido amigo Joaquim Miranda, que divide este espaço comigo, na fala do Ministério Público. Especialmente, saúdo as queridas Terezinha e Kátia, do CVI.

No meu discurso darei enfoque à fala da educação inclusiva. Estou representando o Dr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça, que, este ano, teve a iniciativa de criar a Promotoria Estadual de Defesa da Educação, destacada da área da Infância e da Juventude, que irá trabalhar em cooperação com a Infância e com os demais órgãos de execução e centros de apoio, para que possamos pensar e executar um trabalho efetivo de educação.

Também gostaria de cumprimentar a Polícia Militar pelo brilhante trabalho no Proerd. Ela esteve conosco nas reuniões preparatórias. Aliás, a nossa parceria com a Polícia Militar já faz um longo tempo.

Neste fórum, o Ministério Público se fará presente em três falas. Inicialmente, na minha, no que diz respeito a alguns aspectos relacionados à educação inclusiva e à defesa do alunado com deficiência. O colega Joaquim, com propriedade, fará as suas abordagens na área criminal. No período da tarde, o Ministério Público será representado pelo colega Celso Penna Fernandes Júnior, que falará sobre a integração de ações e programas, com destaque para o ECA.

No tocante ao direito à educação inclusiva, escolhi esse tema porque faz dois anos e três meses que trabalho na coordenação do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e Idosos e fiz um trabalho de destaque relacionado ao direito à educação inclusiva e à inclusão da criança com deficiência na escola.

Na medida em que pensamos na educação como um direito indisponível de todas as crianças e adolescentes, também devemos dar destaque à criança com deficiência, porque ela também precisa ter o seu direito garantido dentro da escola enquanto espaço de socialização, escolarização e humanização.

Nas décadas de 50 e 60, praticamente não havia crianças com deficiências, alunos com deficiências no espaço escolar, porque a cultura da época dispunha que as crianças e os jovens com alguma deficiência deveriam estar em espaços segregados, separados das demais crianças, em razão dos mais diversos argumentos. Talvez a principal razão para isso fosse porque essas crianças e esses jovens requeriam um tempo um pouco mais lento para o aprendizado e por isso precisariam estar adequados a esse tempo, num outro espaço que não a escola. Contudo, após 1988, após lançada a semente na década de 70, o art. 227 da Constituição Federal diz que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, entre tantos direitos, o direito à educação. Aqui também incluímos a nossa criança com deficiência porque devemos pensar no direito à igualdade, isto é, na educação para todos e nos mecanismos de não exclusão.

Como foi dito, a paz é tida como um valor, um valor ativo, que propicia conforto, segurança e autoestima. Segundo a etimologia da palavra “educar”, é preciso trazer para fora o potencial que existe em todos nós. Quando tratamos a educação da criança com deficiência, queremos dizer que acreditamos no seu potencial e que ela vai aprender na medida do possível, como qualquer um de nós. Cada um tem um nível de aprendizagem, e o mesmo ocorre com a criança com deficiência. Quando pensamos na escola como um espaço de diversidade, um espaço de antipreconceito, precisamos abrigar essa criança com deficiência para que haja potencialização dos seus valores. Isso é possível? É possível. Hoje há crianças portadoras de síndrome de Down que frequentaram a escola inclusiva - a escola para todos - formadas em jornalismo e “design” gráfico e até mesmo inseridas no mercado de trabalho como modelos. São exemplos reais que conhecemos. Por que não? Por que pensar que a pessoa com deficiência tem de ficar ou em casa ou num centro de referência? Aliás, entendemos esse centro de referência - nosso respeito à Apae -, que faz um trabalho maravilhoso, como uma instituição que precisa estar presente no contraturno da escolarização, para permitir a presença e a inclusão da criança com deficiência na escola. A educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Portanto, entendemos que a criança com deficiência deve estar na escola para que haja o exercício do seu direito à cidadania, um preparo para ela no tocante aos anos vindouros.

Falamos na deficiência sob todos os aspectos. Quando digo que quero uma escola acessível, significa que desejo uma escola sem barreiras arquitetônicas. Para mim, cinco centímetros de degrau não são nada, mas poderão ser um obstáculo intransponível para algumas pessoas. Essa escola deve abarcar todas as deficiências. Algumas pessoas dizem que há deficiências severas e que a criança não acompanhará o currículo. Já que a escola é um espaço de sociabilização, ela não visa somente o vestibular. Mas é somente na escola que alcançaremos o desenvolvimento do direito à cidadania. Não estou pensando no vestibular, mas nos futuros homens que aquelas crianças se tornarão. Qualquer ganho de aprendizado representa um lucro. Às vezes, não haverá ganho na escolarização,



porque a deficiência pode ser severa, mas o simples fato de aquela criança estar numa aula de educação física, de teatro e de música ou em atividades recreativas pode trazer-lhe um ganho na educação. Isso, por sua vez, pode levar à diminuição de um medicamento que ela usa em casa. Isso é fato. Digo isso em função de exemplos ocorridos no Centro de Apoio Operacional. Sempre haverá um ganho. E há um ganho. É necessário que uma pessoa com deficiência esteja na escola. É um direito do aluno que não tem deficiência ter esse companheiro, porque ele vai aprender com o tempo do outro.

Precisamos saber se a escola é um espaço de diversidade. Temos vários tempos. Cada um tem um ritmo - um mais acelerado, outro absolutamente devagar. Cada um precisa aprender com o tempo do outro para alcançar a valorização da autoestima, como a Marli tão bem expôs.

Nesse sentido, o Ministério Público quer que a legislação atual exija a efetivação de uma escola inclusiva para todos os portadores de deficiência ou de diversidade. É na escola que encontraremos a harmonização da diversidade. Portanto, é necessário haver direito ao acesso e à permanência na escola desse aluno com deficiência. Não basta a matrícula: temos de ter um atendimento educacional especializado no contraturno ou dentro da sala de aula, para que esse aluno com deficiência participe de todas as atividades. Senão, evidentemente, pode haver algum tipo de desinteresse.

Queria reforçar a necessidade de se olhar essa criança como sujeito de direitos. Por conta disso, a própria Convenção da ONU de 2006 concluiu que temos de tratar a pessoa com deficiência como pessoa, porque em algum lugar do mundo isso não acontece. É aqui, numa escola do Brasil, que isso tem de ser efetivado, na medida em que o País ratificou essa convenção como tratado de direitos humanos, mas também com o "status" de emenda constitucional. Essa convenção tem relação com um dispositivo da Constituição, sem nos esquecermos de que é crime recusar a matrícula de uma pessoa com deficiência. Sendo assim, qualquer agressão a esse aluno com deficiência tem de ser vista como uma dupla violência. Se estamos falando de "bullying", se estamos falando de violência de aluno para aluno, quando ocorre a violência a um aluno com deficiência, há uma dupla ofensa.

Para finalizar, gostaria de deixar um recadinho com o qual sempre fecho a minha fala. É uma frase de Guimarães Rosa: "Digo, o real não está na saída nem na chegada, ele se dispõe para a gente é na travessia" - é no nosso processo. Quer dizer, é aqui e agora que temos de pensar, praticar, colocar a mão na massa e efetivar o direito dessa criança com deficiência, para que efetivamente tenhamos uma educação inclusiva de qualidade.

Agradeço a oportunidade de estar mais uma vez na Assembleia Legislativa dando esse recado e colocando a Promotoria Estadual de Defesa da Educação à disposição de todos. Um bom seminário para todos nós é o que desejo. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Obrigada, Dra. Maria Elmira. Aliás, a Promotoria é uma das instituições organizadoras deste fórum técnico. No total, mais de 50 entidades participaram da organização; não foi uma coisa só da cabeça de Deputados e Deputadas das comissões. A Elmira é Coordenadora da Promotoria Estadual de Defesa da Educação, e muitas pessoas nem devem saber que esse órgão existe. Foi criado em junho deste ano. Queria parabenizá-la porque uma promotoria especializada em educação é muito importante neste aspecto que está sendo tratado aqui, mas também de modo geral. A educação é prioritária para construirmos uma sociedade onde haja verdadeiramente uma cultura da paz.

Na sua fala, você abordou a questão das pessoas com deficiência, e aproveitei para citar a Terezinha e a Kátia, representantes de movimentos de defesa das pessoas com deficiência, que estão sempre presentes nos eventos relevantes para a sociedade. Você também reforçou a participação da Polícia Militar, com o Proerd. Também acreditamos que é um dos projetos fundamentais para construirmos essa cultura da paz. Onde há o Proerd, o jovem e o adolescente não têm medo da polícia. Eles a respeitam e veem os integrantes da Polícia Militar como seus amigos. Isso é muito importante para nós, especialmente na construção de uma sociedade mais fraterna.

Passo a palavra ao Dr. Joaquim José Miranda Júnior, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais - Caocrim. É também um parceiro desta Casa na discussão de temas importantes para a sociedade, no combate ao crime e na construção de uma sociedade mais justa. Haverá o debate, ela vai anotar a pergunta e depois registrará publicamente o endereço da Promotoria de Defesa da Educação. Com a palavra, o Dr. Joaquim.

Palavras do Promotor de Justiça Joaquim José Miranda Júnior

Na pessoa da Deputada Maria Tereza Lara, cumprimento os demais parlamentares presentes. Esta Casa está sempre de portas abertas para discutir os grandes problemas do povo mineiro e sem ficar apenas na teoria, pois temos visto a Assembleia partir a campo em busca de resultados desejáveis. Assim acontece nas áreas de segurança pública, educação e saúde. Temos que parabenizar esta Casa pelos excelentes trabalhos que tem prestado a todos nós. Cumprimento minha colega Maria Elmira, o Prof. Luiz Carlos e os demais componentes da Mesa. De maneira carinhosa, cumprimento as professoras e professores presentes, nossos amigos policiais militares, os Defensores Públicos, as senhoras e os senhores. Nesta manhã, estamos tratando de uma questão muito relevante. Dividirei minha fala em três partes. Primeiro, vou explicar como a Promotoria Criminal observa essa situação; depois, dizer o que os Promotores têm feito; e, por fim, falar o que pensamos poder ser feito por toda a comunidade.

O Procurador-Geral de Justiça me incumbiu de participar da última convenção da ONU sobre prevenção ao crime, em que ouvi Chanceleres de todo o mundo fazerem suas exposições e pude entender que tudo poderia ser simplificado em expressões como: "O crime, em nosso país, cresceu muito"; "Não sabemos o que fazer com o tráfico de drogas, que assumiu proporções incontroláveis" ou ainda: "Hoje não sabemos como fazer para combater a criminalidade". Ouvi isso de representantes de países árabes - onde se corta mão de ladrão e pescoço de quem pratica crimes severos -, de países orientais, dos EUA, de países europeus e de países da América Latina. E fiquei pensando o que há de errado conosco.

Apesar de toda a evolução, de todo o progresso, de todo o avanço científico, parece que as relações humanas se degradam a cada dia. Perdemos o respeito pelo próximo. É muito difícil encontrar um diagnóstico simples para a questão da violência. Na academia, a Polícia Militar ensina que, para a ocorrência de um crime propriamente dito, concorrem três fatores principais: em primeiro lugar, um ambiente favorável; depois, uma vítima propícia; e, por fim, um agente motivado. Que coisa! Por que esse agente está motivado?



Qual é a motivação? Podemos citar os fatores sociais, econômicos, a geração de emprego, de renda, mas não podemos nos esquecer dos valores familiares.

Como Promotor de Justiça e como cidadão, acredito que a punição penal é outro fator relevante. Se a pessoa tem certeza de que será rigorosamente punida pelos seus atos incorretos, é possível que esse receio contribua na prevenção da prática de novos crimes. Vemos isso, por exemplo, em relação ao Código de Trânsito: quando se endurece um pouco, o pessoal coloca o pé no freio. Observamos o mesmo em relação a porte de armas. Há alguns anos, todos os fazendeiros tinham inúmeras armas nas paredes de suas casas; hoje eles não as têm mais por medo da punição penal. Enfim, uma proibição, acompanhada de uma pena severa, pode ser um componente importante para a repressão da violência. Porém não basta - longe de ser só isso. Por mais esforço e jogo que possamos fazer com as estatísticas, temos que concluir que a violência tem crescido, inclusive nas escolas. Isso é evidente.

Ouvimos isso aqui, hoje, mas não precisaríamos comparecer a um encontro desta natureza para termos ciência de que nas escolas, atualmente, matam-se, agridem-se e desrespeitam-se professores. Chegamos a um ponto em que não sabemos o que fazer. Não sabemos se fazemos como aquele casal de Timóteo que reteve os filhos em casa e passou a lhes dar educação longe da escola, talvez com medo de que pudessem agredir ou ser agredidos. O certo é que é preciso fazer algo.

Da parte da Promotoria de Justiça, o que tem sido feito é aquele dever de cada dia. Os Promotores de Justiça estão imbuídos de não apenas assinar aquela denúncia criminal e requerer do Juiz a prisão dos culpados, mas também de participar ativamente dos conselhos da comunidade, que são inúmeros, desde o Conselho da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar, o Conselho de Segurança Pública, o Conselho Antidrogas até a educação, a saúde e outros. Os Promotores têm sido motivados pelo Procurador-Geral a atuarem muito próximos à comunidade, sentindo os dramas sociais e dando o apoio que estiver ao seu alcance. É claro que isso não é grande coisa, mas, de acordo com o que está na esfera das atribuições da Promotoria da Justiça, o cidadão pode contar, sim, com a força do Ministério Público. Estaremos sempre prontos para tentar encontrar soluções viáveis. O Ministério Público tem hoje um corpo de quase mil Promotores de Justiça espalhados por todo o Estado. Cada um deles está absolutamente comprometido com as questões sociais. Essa tem sido a nossa meta, e não, simplesmente abaixar a pilha de processos ou participar de audiências. Pretendemos também fazer alguma diferença na sociedade, entender os seus problemas e buscar soluções.

Sabem o que vem acontecendo na Promotoria de Justiça? Todos os dias, na porta do nosso gabinete, recebemos alguém que diz: “Doutor, vim pedir ajuda. Não sei mais o que fazer com o meu filho. Gostaria de entregá-lo ao Estado”. E temos de responder que o Estado não quer o filho dele. Ele diz: “Olha, não sei mais o que fazer, pois o meu filho não me obedece. Doutor, vocês poderiam dar um corretivo nele e fazer algo, pois não sabemos mais o que fazer”. Outros dizem: “Meu filho está usando droga. Ele nos acorda pela manhã com uma faca em nosso pescoço, pedindo R\$5,00 para comprar droga. Doutor, faça algo por nós”. Às vezes limitamo-nos a ouvir e a dizer: “É, a senhora é uma sofredora. A senhora tem passado por uma situação difícil”. A cada dia que passa a situação se torna mais preocupante. Eventualmente, encaminhamos a pessoa a uma casa de recuperação, a uma terapia e a um tratamento médico e requeremos até uma internação compulsória, que é um tanto questionada por alguns, mas temos feito isso todos os dias.

O crescimento do tráfico de drogas tem sido algo que tem contribuído decisivamente para o incremento da violência nas escolas, nas ruas e nos lares. Não podemos negar isso. Entendemos que, por mais inofensiva que possa parecer, a droga ou o entorpecente acaba sendo, de alguma maneira, um ingrediente que faz com que o jovem saia para a rua e pratique pequenos furtos e agrida o primeiro que vê pela frente, pois quer, mais uma vez, satisfazer o seu vício. Assim, a situação tem-se agravado de maneira preocupante.

O que cada um de nós pode fazer? Creio que não podemos deixar os Promotores e os policiais trabalharem sozinhos, levando para a prisão todo estudante que praticar algum ato indevido. Sei que a Polícia Militar tem o seu papel, que é muito bem desempenhado, e que, quando chamada às escolas, têm de ir, sim. Acredito que, eventual e excepcionalmente, tem ido, como autoridade, prestar o seu serviço dignamente. Isso ajuda muitíssimo na reposição da ordem e na manutenção do respeito. O que podemos fazer para não precisarmos chamar a polícia? Como dizia o Prof. Luiz Carlos, é necessária a ação individual de cada um de nós. Temos de unir as nossas forças, as famílias e os religiosos. Temos de cobrar dos nossos Padres, pastores e religiosos de modo geral que assumam uma posição mais definida perante a situação de violência. Quem sabe os nossos psicólogos poderão fazer palestras públicas, a fim de estimular os jovens às boas práticas? Quem sabe poderemos cobrar do nosso governo geração de mais emprego e renda, para que os pais deem aos filhos o que necessitam? Quem sabe os professores poderão ter melhores condições de trabalho e atuar com muito bom ânimo e simpatia por essa causa? Até aqui, parecem estar sozinhos, mas, contando com a ajuda de toda a sociedade, talvez avancem um pouco mais. Reconhecemos que o problema existe. Um trabalho unido de todos nós será necessário para enfrentá-lo. Peço a Deus que nos ajude. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Agradecemos a participação do Dr. Joaquim, que tem presença significativa nesta Casa e que tem colaborado muito com os debates, a fim de construirmos uma sociedade mais fraterna, o que tanto queremos. Os representantes eleitos, os delegados das regionais, após o término desta reunião, vão encontrar-se naquela antessala, perto dos bancos de madeira, com a equipe de relações públicas da Assembleia, ocasião em que lhes serão fornecidas algumas informações. As pessoas que forem eleitas representantes das regionais, que chamamos de delegados, por favor, após o término dos debates, procurem a equipe de relações públicas desta Casa.

Gostaria de lembrar que é muito importante a participação de todos nos grupos de trabalho que vão se reunir amanhã. Hoje, à tarde, haverá algumas mesas. Foi entregue a todos a apostila contendo as propostas recolhidas nas regionais. Por favor, tragam esse documento amanhã, porque vamos precisar dele nos grupos de debates.

Recebi a seguinte pergunta: “Como será a continuidade, como a sociedade civil poderá acompanhar a implementação das propostas?”. Além da realização da plenária final na quinta-feira, será escolhida uma comissão de representação que vai acompanhar de perto as propostas que forem aprovadas neste fórum técnico, ou seja, o seu encaminhamento e execução. Todas os participantes e entidades poderão receber informações por meio das Comissões de Segurança Pública e de Educação e da comissão que será escolhida pelo fórum para acompanhar os desdobramentos das propostas. Vamos encaminhar para a própria Assembleia as propostas

relativas a projetos de lei. Serão encaminhadas para os órgãos estaduais, como as Secretarias de Educação e de Esporte, as propostas dirigidas ao governo estadual. As propostas serão entregues também ao Ministério da Justiça - governo federal - e para entidades afins.

Vamos acompanhar a execução dessas propostas, para que não fiquem apenas no papel. É importante que todos acompanhem os desdobramentos das propostas por meio de “e-mails” e “sites” e da comissão a ser criada, a fim de cobrarmos a sua execução. Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

Palavras do Deputado Carlin Moura

Serei breve, Deputada Maria Tereza Lara. Farei alguns registros. À medida que o Prof. Luiz Rena falava, passava um vídeo em minha cabeça. Este debate é muito difícil. Percebemos isso em cada etapa deste seminário. No dia em que fizemos a etapa regional em Contagem, participou do evento conosco uma Diretora de Escola que, dois dias depois, foi vítima de um ato como os que discutimos. Isso aconteceu na Escola Municipal Maria Sílvia Lucas. Lembrei-me também de um seminário em Juiz de Fora, onde houve experiências dramáticas, assim como aconteceu em diversas outras localidades. É uma realidade presente no nosso dia a dia.

O Prof. Luiz Rena nos fez lembrar de uma figura especial que perdemos na semana passada, o Reitor do Centro Universitário da UNA, que foi Reitor da Pontifícia Universidade Católica durante 16 anos, onde trabalhou durante 30 anos. Em 2007, o Prof. Pe. Geraldo Magela Teixeira escreveu um artigo no “Estado de Minas” que, à época, trouxe polêmicas e fez com que levasse puxões de orelha. O seu artigo brilhante citava um estudo da UFMG e tratava de alguns casos de algumas escolas. O artigo citava uma escola em que o professor ficava com um cabo de vassoura nas mãos para bater nos alunos. O Prof. Luiz Rena perguntou claramente se não há uma questão pessoal nisso. O Prof. Pe. Magela dizia que a violência praticada pelos alunos era chamada de exercício edipiano da catarse. É o jovem maltratado pelo mundo, desprotegido e sem perspectiva na sociedade que está na postura edipiana de reagir àquele agressor, o Estado, que não cumpre a sua função. Esse jovem acaba, de forma edipiana, reagindo à autoridade mais próxima, que é o professor e a escola.

A violência não nasce dentro da escola: pula seu muro. É importante compreendermos que a sociedade tem um papel fundamental. Uma sociedade mais justa, mais equilibrada e com mais valores, como disseram todos os palestrantes, é uma garantia para uma escola com a cultura da paz. Só construímos uma sociedade justa e de valores, entre tantos outros elementos, com um elemento fundamental, que é a educação, assim como a valorização do professor e dos profissionais da educação.

Deputada Maria Tereza Lara, no momento em que estamos aqui com educadores, servidores da segurança pública, pesquisadores e um professor da PUC de Betim, bem rapidamente quero homenagear todos aqueles que perderam a vida, que perderam uma parte de si quando foram agredidos, aqueles que estão nessa situação, fazendo uma homenagem ao grande educador Pe. Geraldo Magela Teixeira, que faleceu no dia 29 de setembro. Ele sempre esteve envolvido com educação, com o Conselho Estadual de Educação e com o Conselho de Reitores. Ele era da nossa região de Guanhanes e de Senhora do Porto; estudou em Roma; era um filósofo, um comunicador e um historiador. Solicito, Deputada Maria Tereza Lara, apesar de o Plenário estar em absoluto silêncio, que façamos 1 minuto de silêncio em homenagem a essa grande figura e a todas as vítimas da violência na escola em nosso país.

Homenagem Póstuma

A Sra. Presidente - A Presidência, em atenção à solicitação do Deputado Carlin Moura, solicita a todos um minuto de silêncio em homenagem ao Padre Geraldo Magela e às vítimas da violência na escola.

- Procede-se à homenagem póstuma.

A Sra. Presidente - Obrigada, Deputado Carlin Moura, Deputado que é muito atuante nesta Casa, principalmente na área de educação, e que apoia nossos professores neste momento difícil. Certamente a Assembleia conseguiu, a partir da atuação destes Deputados que trabalham na área da educação, um acordo, e a greve foi resolvida.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões podem ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia em fichas próprias, distribuídas pelas recepcionistas. Para que possamos organizar o debate, esclarecemos que os interessados poderão entregar às recepcionistas suas inscrições e questionamentos durante o transcurso das exposições. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar dos debates. Para isso, basta acessarem o “hotsite” do fórum técnico no portal da Assembleia Legislativa, www.almg.gov.br, clicar em “Participe agora” e preencher o formulário para o envio das perguntas, ou encaminhar a sua pergunta pelo telefone 0800 709 2564.

Agora, poderemos ter nossos jovens novamente na escola. A nossa reflexão é no sentido de que todos nós precisamos contribuir para uma educação de qualidade. Quero fazer uma proposta. Temos algumas perguntas escritas. À tarde, não teremos esta mesma Mesa, e são sete pessoas inscritas para falar oralmente. Como o tempo é curto, proponho que ouçamos os palestrantes e suas respostas e, como à tarde teremos dois períodos de debate, às 15h30min e às 17h30min, que as pessoas que querem legitimamente falar deixem para se manifestar nesse horário. Isso ajudará bastante, pois corremos o risco de ver o Plenário esvaziar-se, já que algumas pessoas têm horário. Se alguém não puder, de forma alguma, deixar para a tarde, abriremos o espaço agora. Não decidirei sozinha. Quero ouvir vocês. Além disso, teremos as perguntas escritas, e o participante a quem forem dirigidas as responderá. Pedirei que o façam de maneira sintética. Por favor, você que levantou a mão pode falar. Se a pergunta não foi feita? Mas você a escreveu? Então pedirei para aguardarem, pois, depois das respostas dos palestrantes, quem não se sentiu atendido poderá ter duas posições: aguardar a tarde ou, na impossibilidade de fazê-lo, levantar a mão para lhe concedermos o espaço.

Debates

A Sra. Presidente - Passarei, então, às perguntas escritas. Solicito ao Prof. Luiz Carlos Rena que leia suas questões e lhes dê as respostas, de maneira sintética, devido ao tempo. Agradeço-lhe a participação e passo-lhe a palavra.



O Sr. Luiz Carlos Castello Branco Rena – Há um conjunto de questões às quais responderei por “e-mail”. Prometo que o farei. Aliás, aprendi isso com o Pe. Geraldo Magela, que nunca fechou a porta da Reitoria para um professor. Poderíamos até escutar o que não queríamos, mas ele jamais deixou de receber um professor, fosse qual fosse a demanda. Aprendi isso com ele. Respondo a todos os meus estudantes e prometo a esse grupo que responderei depois, pois a pergunta merece uma resposta mais elaborada.

Parcerias necessárias, equipes multidisciplinares, para fortalecer a relação escola-família, aluno-professor. A intersectorialidade precisa estar pautada neste fórum. Abordar a família não pode ser uma tarefa só da escola, que precisa compartilhar isso com outros agentes públicos e setores da governança. Evidentemente essa é uma questão de vontade política. Se houver vontade política do Prefeito, da Prefeita e do Governador, acho que é possível viabilizar uma abordagem que seja multidisciplinar e transdisciplinar.

Com relação à democracia, sem dúvida, um dos fundamentos da prática democrática é a participação. Vem aqui a pergunta da Aline e da Ten. Grace. Hoje, no século XXI, não consigo acatar que nos debrucemos para pensar políticas públicas para qualquer que seja o setor sem trazê-lo para esse debate, sem envolver intensa e intensivamente os principais protagonistas do processo. Vou aproveitar a pergunta para dar outra sugestão, que é estimular a formação de coletivos nas escolas. As gangues que atuam de forma perniciosamente, danosa, às vezes nos colocam em risco, são coletivos com potência. Por que não podemos pensar em formação de coletivos a partir das escolas ou de outros equipamentos sociais que existem em coletivos que tenham potência para a saúde e para a vida? Acredito que, se conseguíssemos organizar esses coletivos nas escolas, permitir aos garotos um espaço de participação efetiva onde possam apontar caminhos e soluções para uma série de problemas, acho que conseguiríamos avançar.

Perguntaram-me se eu era a favor de detector de metal na porta das escolas. Não, de forma alguma e por duas razões. Primeiro, porque a arquitetura da escola ensina. Fui desenvolver um trabalho em Nova Contagem e, ao entrar na escola, me senti dentro de um presídio, pela quantidade de grades espalhadas pela escola. Se coloco um detector de metais, estou comunicando para as minhas crianças e para os meus adolescentes que eles são marginais em potencial. Acho que não vale a pena. Em vez de um detector de metal, prefiro colocar um jardim. Detector de metal é caríssimo. Com o preço de um detector, instalamos jardins em muitas escolas. E acho que os meninos têm criatividade suficiente para burlar detectores, eles são muito criativos. Vão encontrar alternativas de fazerem entrar o que quiserem na escola.

Por fim, gostaria de me reportar ao Alessandro, que fez um comentário sobre uma professora agredida no Vale do Jequitinhonha. Perguntou-me se foi incompetência da professora acionar a polícia. Se individualizarmos os casos de violência, não vamos encontrar uma solução, nunca. Sinto-me agredido por essa cadeirada assim como a professora. Digo que ninguém lembra e diz que vai virar marginal naquele dia. O marginal é construído ao longo da sua trajetória, com a nossa omissão ou com a nossa participação. Então, se a situação chegou a esse ponto é porque falhamos em algum momento. Trabalhar com a lógica de que é possível culpabilizar apenas o sujeito pelo gesto dele, nos desresponsabilizamos e facilitamos a vida da sociedade, facilitamos a vida dos gestores públicos, facilitamos a vida da gestão da coisa pública não é correto.

Vou responder a essa pergunta por “e-mail”, porque me provoca muito. Senti-me muito provocado pelas questões e agradeço a oportunidade.

A Sra. Presidente - Obrigada, professor. Várias pessoas estiveram sacudindo a cabeça, concordando com a sua fala, como o Sgt. Miranda e a nossa Defensora Pública. A nossa Defensoria Pública é extremamente importante neste debate. Gostaria de agradecer sua presença. Há até um bilhete da Defensoria, que vou ler depois. Cada vez mais, precisamos ampliar a Defensoria Pública, o que é fundamental para o nosso Estado e o nosso país.

Passo a palavra a nossa palestrante Miriam Abramovay, socióloga, para suas considerações, a partir das perguntas apresentadas.

A Sra. Miriam Abramovay - Vou pegar gancho na fala do Luiz Carlos e reafirmar uma questão muito importante que, talvez, não tenha ficado clara, porque falei rápido. Quando disse medidas de força para as escolas, quis dizer não só presença de força, mas detectores de metais, televisores com controle. Aproveito para lhes dizer que, nos Estados Unidos, nos últimos anos, a indústria que mais cresceu e mais deu lucro foi essa. Está provado, internacionalmente, que as medidas de força não mudam as relações na escola. Ou seja, muitas vezes elas fazem com que os jovens e os adolescentes queiram burlar e entrar na escola para enganar, aumentando até o uso de armas.

Integrando as questões apresentadas, queria dizer como a Flacso pode colaborar com essa questão e o está fazendo, efetivamente. É preciso exigir que tenhamos políticas públicas sobre violência nas escolas. Elas não existem. Não há uma política pública orgânica, mas projetos e programas. É exigência da sociedade civil que tenhamos políticas públicas, ou seja, um conjunto de medidas. Não há no Brasil diagnóstico sobre as escolas. Não sabemos o que ocorre nas relações sociais nas escolas. Há o Enem e a Prova Brasil. Sabemos como cada escola se encontra em relação a sua proficiência, mas não sabemos o que acontece sobre violência nas escolas. Temos de exigir que isso seja uma política pública. Evidentemente a Flacso tem colaborado e quer cooperar com os Estados e os Municípios, por isso se coloca, cada vez mais, à disposição.

Uma das grandes questões que discutimos hoje é o “bullying”, moda não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Efetivamente os Legislativos de vários Estados e Municípios estão fazendo leis contra o “bullying”. No entanto essas leis são completamente simbólicas. Quando fazemos programas, projetos e leis, temos de implementá-los, e para isso precisamos de meios e de saber o que ocorre nas escolas.

Alguém pergunta se o “bullying” é crime. Depende. Precisa haver uma lei no Brasil considerando o “cyberbullying” crime. As quatro violências divulgadas pelo “Fantástico” são crime, uma forma de compensar faltas ou de os meninos aparecerem nessa sociedade de espetáculos. A pessoa também me pergunta em que tipo de violência poderíamos enquadrar o “bullying”. É diferente, são escolas diferentes. O “bullying” é outra forma de se ver a realidade. Temos uma visão de violência nas escolas que incorpora todos os tipos de violência, inclusive a violência entre os pares. Efetivamente, não gosto de utilizar a palavra “bullying”.

Vocês também perguntam a diferença entre o particular e o privado, como se dá a violência entre o particular e o privado. Essa pergunta é sempre feita; todos os jornalistas a fazem. Não dá para fazer essa comparação, é covardia. Não podemos e não devemos fazê-la. No entanto é evidente a violência na escola privada. Pela primeira vez, começamos a receber pedido das escolas privadas de



plano de convivência escolar. Há uma série de outras questões. É importante a questão da comunidade, também citada pelo Luiz Carlos. Os muros das escolas não são simbólicos, mas reais. É muito difícil que pais e alunos e qualquer membro da comunidade entrem no espaço do saber e da escola. A relação família e escola é um dos pontos a ser trabalhado na abordagem da questão da violência. Essas relações são muito ruins. A família culpabiliza a escola e a escola, por sua vez, a família. A visão que a escola e a sociedade, em geral, têm sobre as famílias é de uma entidade desestruturada que não colabora com a escola. Com uma visão como essa, que exige que a família seja como a de dois séculos atrás, a escola não consegue avançar. A família é fundamental para que isso ocorra. A relação comunidade-escola é fundamental para mudar o quadro de violências no âmbito escolar.

Quem não se sentir atendido pela minha resposta, depois poderá me questionar. Obrigada.

A Sra. Presidente - Obrigada, Profa. Miriam Abramovay. Há uma questão extremamente importante, portanto faço questão de registrá-la. "A Defensoria de Direitos Humanos possui um projeto-piloto de mediação de conflitos no ambiente escolar em andamento. Queremos depois, à tarde, ter mais informações sobre ele. Acho muito importante essa parceria da Defensoria sobre mediação de conflitos. É um trabalho certamente preventivo. Se se trabalha mediação de conflito, não se permite que ele cresça e chegue a uma violência mais grave. Queremos que esse projeto cresça". Quem escreveu esse texto foi Francis, que deve ser um Defensor. Caso seja, deve ser o Dr. Francis Rabelo Coutinho. Passou para o Prof. Luiz Carlos, mas, como não é pergunta, estou fazendo o registro. Certamente teremos mais informações sobre esse projeto e sobre como as escolas poderão ser apoiadas por ele.

A Sra. Miriam Abramovay - Há uma pergunta dirigida a mim relacionada a minha opinião sobre a questão da mediação de conflitos nas escolas. É uma técnica fundamental, se vier dentro de um projeto de convivência escolar. Se tivermos só projeto de mediação de conflitos, ele vai se perder como política pública. Então precisamos ter a mediação de conflito pensada de forma mais ampla, como inserção de política pública. Obrigada.

A Promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick - Sinteticamente, esta é a pergunta: "Como se firmar em uma sociedade em que tudo gira em torno do preconceito?". Trata-se de uma pergunta que sempre é feita durante essa minha fala.

Realmente, quando falamos de defesa da pessoa com deficiência, do idoso, do alunato, fazemos essa constatação. A nossa sociedade é preconceituosa, prega o vigor físico, a juventude, o raciocínio rápido. Efetivamente temos esse preconceito instalado. Como vamos nos firmar nessa sociedade em que há o preconceito? Ele existe e representa não a igualdade, mas sim a discriminação, educação para alguns e exclusão. À medida que promovemos a gestão democrática, a participação, o olhar para o outro, estamos dentro de uma política de inclusão social, que é real, efetiva. O Ministério Público é uma instituição promotora da inclusão social. Então, efetivamente, temos militado nessa área para combater o preconceito que existe em todos os níveis.

Quando falamos em escola inclusiva, estamos falando pelo menos em 10% de alunos numa sala de aula com alguma deficiência. Isso, de acordo com o Censo 2000, é o índice de pessoas com deficiência que temos na sociedade. Então combater o preconceito é um desafio para que possa ocorrer, efetivamente, a inclusão social. Obrigada.

A Sra. Presidente - Obrigada, Dra. Maria Elmira. Com a palavra, a Sra. Cida Martins.

A Sra. Cida Martins - Meu nome é Cida Martins. Agora, com meu filho morto, vou participar de uma audiência. Gostaria de registrar isso aqui porque, da outra vez, pedi por escrito para que me respondesse, mas a senhora não me respondeu. A senhora sabe o carinho que tenho pela sua pessoa. Já nos encontramos aqui em um movimento que começou em Brasília, mas a senhora não me respondeu. O meu filho, que era Guarda Municipal de Contagem, tinha um filho com 15 anos de idade, pelo qual agora sou responsável. Vou participar de uma audiência agora, com meu filho já morto, porque pedi ajuda à senhora, mas a senhora disse que era uma questão pessoal. Acho que não é pessoal; quando se trata de droga, o problema é coletivo. Perdoe-me, mas a senhora me desrespeitou naquele momento. Agora, estou indo a uma audiência no fórum com o meu filho já morto. Não sei como a senhora se sentiria como mãe, como avó, que sou, e como uma mulher da comunidade que trabalha seriamente não só em um movimento, mas em todos. Novamente, a senhora embolsou a minha pergunta. E sabe o respeito que tenho pela senhora. Agora vou à audiência responder pelo filho morto. Agradeço à senhora e à Prefeita de Contagem, que mataram meu filho. Muito obrigada por serem essas mulheres criminosas.

Olha, você, que não nasceu filha de policial, meu bem, fique calada. Nasci filha de policial, sou do Conselho de Segurança Pública, nem a conheço. Você é uma pessoa que não respeita ninguém. Mataram o meu filho. Você nem filho tem, porque Deus não dá filho para qualquer uma.

A Sra. Presidente - Em respeito à senhora, não vou responder agora, porque, realmente, não tenho informações detalhadas sobre o caso, estou sabendo agora. Prefiro não me manifestar publicamente. Pois é, mas não chegou para nós nada escrito sobre isso. Aliás, estou perguntando à Casa, mas estamos à disposição para depois conversarmos, porque, de fato, a pergunta não chegou para mim e não tenho essas informações. Às 14 horas, será aberta e interrompida imediatamente a reunião da tarde para que possamos retomar os trabalhos do fórum. Enquanto isso, pedimos às senhoras e aos senhores que aguardem um minutinho no Salão de Chá. Os representantes regionais devem procurar a assessoria da Casa, ali perto do banco, assim que terminarmos. Só falta mais uma pessoa para encerrarmos a reunião e retornarmos às 14 horas.

O Sr. José Anízio Bastos - Prof. Luiz Carlos, o senhor vai me desculpar, mas sou a favor do detector de metais, porque o meu colega foi assassinado no Izabela Hendrix, uma escola de nome em Belo Horizonte. Talvez, poderia ter sido assassinado na rua e não dentro da instituição. Devemos ter muito cuidado com a mídia. A mídia - tanto os jornais quanto a televisão - dá muita ênfase à violência.

O Estado de Minas Gerais criou escolas de referência, escolas de tempo integral, gastando menos de R\$1,00 por aluno, sendo que a maioria dos alunos têm na escola a única fonte de alimentação. Vemos a ausência do Estado de Minas, poucos recursos para a educação e professores estressados e desvalorizados. Nessa greve de 112 dias, o Estado não estava nem aí. A Copa do Mundo e as Olimpíadas estão próximas, mas as escolas não têm quadra coberta nem material necessário ao funcionamento. A violência - 90% dela - está ligada ao tráfico de drogas. Depois, queria que alguém da segurança pública nos desse alguma informação, alguma estatística. Como professor, agradeço à bancada da Oposição, principalmente ao Deputado Rogério Correia, a habilidade e coragem que teve durante essa greve de 112 dias. Muito obrigado.



A Sra. Presidente - Registramos que felizmente esta Casa foi muito importante na reta final desse processo. Fez-se um acordo, e a greve terminou em uma assembleia. Uma comissão desta Casa, composta por Deputados da base do governo e de Deputados da Oposição, conseguiu uma negociação e saiu-se do impasse. Acho importante registrar isso enquanto estou na coordenação desta Mesa, representando a Casa. Então, gostaria de prestar essas informações. Certamente, a bancada da Oposição teve um papel importantíssimo, mas a base do governo também teve um papel importante para chegar a um acordo para a nossa categoria - sou professora aposentada do Estado.

Agradeço muitíssimo a cada um e a cada uma que ficou aqui até agora. Solicito que retornem às 14 horas, aguardando um minutinho no salão de chá, para que possamos continuar os trabalhos. Agradecemos a honrosa presença dos nossos ilustres palestrantes e encerramos este fórum técnico.

As perguntas que porventura não tenham sido respondidas poderão ser retomadas no debate da tarde. Pergunto aos palestrantes que não falaram se gostariam de fazer uso da palavra por um minuto para o encerramento. O senhor já abre mão da palavra? Também a Marli? "O.k". Então, a primeira parte será interrompida agora.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/10/2011

Presidência dos Deputados Bosco e Carlin Moura

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Exibição de vídeos - Palavras do Sr. Walter Ernesto Ude Marques - Palavras da Sra. Maria Sueli de Oliveira Pires - Leitura de mensagem - Exibição de vídeo - Palavras da Defensora Pública Roberta de Mesquita Ribeiro - Palavras do Promotor de Justiça Celso Penna Fernandes Júnior - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Luciano Campos Silva - Exibição de vídeo - Palavras da Sra. Maria Beatriz Costa Pereira - Exibição de vídeo - Palavras do Cap. PM Hudson Matos Ferraz Júnior - Palavras do Sr. Jeferson Botelho Pereira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Bosco) - Destina-se esta interrupção à continuação do fórum técnico "Segurança nas escolas: por uma cultura de paz". Nesta tarde, teremos duas mesas de trabalho. A Mesa 2: "Integração de ações e programas" e a Mesa 3: "Prevenção e combate à violência escolar".

1º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa, para o 1º Painel, o Exmo. Sr. Walter Ernesto Ude Marques, psicólogo, mestre em educação pela UFMG, doutor em psicologia pela UnB e Professor Associado da UFMG; as Exmas. Sras. Maria Sueli de Oliveira Pires, Coordenadora do Grupo de Trabalho Intersetorial de Enfrentamento das Condições Geradoras da Violência Escolar, do governo do Estado; e Defensora Pública Roberta de Mesquita Ribeiro, integrante do Fórum pela Paz Escolar - Forpaz -, e o Exmo. Sr. Promotor de Justiça Celso Penna Fernandes Júnior, Coordenador da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Cumprimos os representantes da Polícia Civil, da Guarda Municipal e do Corpo de Bombeiros, que nos honram com sua presença. Verifico que se encontram presentes várias Diretoras e Superintendentes Regionais. Faço um agradecimento todo especial a cada um pela colaboração e contribuição na realização dos fóruns regionais. Logo no início da reunião de hoje, pela manhã, o Deputado João Leite nos disse que, além deste fórum, realizamos seis encontros regionais. O primeiro ocorreu na Zona da Mata, em Juiz de Fora; o segundo, em Janaúba, Norte de Minas; o terceiro, na Região Metropolitana, em Contagem; o quarto, em Varginha, Sul de Minas; e o quinto, em Araxá, pelo Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. Portanto, ficam aqui os nossos agradecimentos tanto às Comissões que estão realizando este fórum quanto à Assembleia Legislativa, aos Superintendentes, às professoras, enfim, a todos que, de forma direta ou indireta, colaboraram conosco. Registro também a presença de representantes dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que nos receberam em Teófilo Ottoni, no dia 1º de setembro, para a realização do fórum, que se realizou nas dependências da Polícia Militar. Este foi também um excelente fórum, que contribuiu muito para a Assembleia. Registramos ainda a presença da Sra. Maria Cristina Abreu Domingos Reis, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Obrigado pela presença. Seja bem-vinda. Registro a presença da Dra. Maria de Lourdes Rodrigues Santagema, Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte, que também nos honra com sua presença. Muito obrigado. Seja muito bem-vinda, Dra. Maria de Lourdes. Recebemos a visita do ex-Deputado Miguel Martini e fazemos uma saudação às pessoas de Ibiá e Perdizes que se encontram neste Plenário.

Exibição de Vídeos

O Sr. Presidente - Primeiramente, apresentaremos um vídeo sobre as experiências na prevenção e combate à violência escolar. Em seguida, assistiremos a um vídeo com outro depoimento sobre o Projeto Mediar, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais: "Experiência exitosa no combate à violência no ambiente escolar".

- Procede-se à exibição dos vídeos.



O Sr. Presidente - Agradecemos à Polícia Civil de Minas Gerais a participação com a apresentação do Projeto Mediar. A Presidência informa que mais informações sobre esse relevante projeto poderão ser obtidas no "site" www.sinprominas.org.br.

Antes de iniciar as exposições, a coordenação informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores e que as questões poderão ser encaminhadas, por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia em ficha própria distribuída pelas recepcionistas. As questões serão respondidas ao final das exposições, no momento previsto para o debate. Para organizar o debate, esclarecemos que os interessados deverão entregar às recepcionistas suas inscrições ou seus questionamentos durante as exposições. Informamos que os telespectadores que nos acompanham, ao vivo, pela TV Assembleia também poderão participar dos debates. Para isso basta acessar o "hotsite" do fórum técnico no portal da Assembleia (www.almg.gov.br), clicar em Participe Agora e preencher o formulário para envio das perguntas ou encaminhá-las pelo telefone 0800-709-2564.

Neste momento, passaremos a palavra ao Dr. Walter Ernesto Ude Marques, psicólogo, mestre em educação pela UFMG, doutor em psicologia pela UnB e Professor Associado da UFMG, para exposição sobre o tema "Integração de ações e programas".

Palavras do Sr. Walter Ernesto Ude Marques

Boa tarde a todos e a todas. Agradeço o convite para participar desta Mesa e parabeno a Assembleia Legislativa por organizar esta discussão e interligar pessoas de vários setores e de várias instituições. Gostaria de comentar que o tema "Integração de ações e programas" é muito apropriado. Meu nome é Walter Ude. Sou professor da UFMG, da Faculdade de Educação e trabalho no Mestrado em Lazer da Escola de Educação Física da UFMG. Na verdade, tenho trabalhado no Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - Pair -, que é um programa federal, e, além disso, pesquisado a relação entre masculinidade e violência, porque quem mais agride e sofre violência são os homens. E, ainda, 95% da população carcerária é masculina.

A Grande BH mata 80 jovens por mês - 95% deles são homens, a maioria são negros e mestiços da periferia. Então, a violência também tem classe e cor, assim como os detentos nas prisões. Há dois meses, bem recentemente, a convite da Profa. Vanessa Barros, estou participando de um projeto que está sendo desenvolvido na Apac, que é um sistema prisional aberto de autogestão, em Santa Luzia. É engraçado que o pessoal fique solicitando polícia e câmera na escola, mas na Apac não há polícia nem câmera. Isso é contraditório.

A violência é um tema complexo - aliás, digo complexo porque é um problema multidimensional. A violência sobre a qual estamos discutindo é produzida por seres humanos, que são complexos.

Gosto de citar uma das ideias de Edgar Morin, pensador francês, que diz que o ser humano é bioantropopsicossocial: ele é biológico, é cultural, tem um psiquismo que é constituído pelos lados biológico e cultural e tem relações sociais. Não podemos reduzir a violência a uma discussão apenas biológica ou apenas psíquica ou apenas sociológica ou apenas cultural ou apenas econômica. A violência é atravessada por isso tudo. Ela tem aspectos culturais, sociais, econômicos, biológicos, relações de gênero, relações etnoraciais, relações de classe. Então, a violência tem de ser discutida numa perspectiva interdisciplinar, com pessoas de disciplinas diferentes, pessoas de saberes diferentes e também de forma transdisciplinar, por meio de questões temáticas com as quais podemos produzir discussões.

Quando pensamos de forma complexa, pensamos baseados no pensamento, na ideia de Pascal, pensador de mais ou menos 340 anos atrás, que diz o seguinte: "Não há como conhecer a parte sem conhecer o todo. Não há como conhecer o todo sem conhecer as partes. O todo está nas partes, e as partes estão no todo". Então, a escola é uma parte da sociedade que contém a violência que a sociedade produz.

Sou professor da Faculdade de Educação, e a minha proposta é desescolarizar a escola. O que é isso? Todos nós, de diferentes formações, viemos de uma tradição especialista. O especialista é aquele que acha que sabe tudo de nada, que isola parte do todo. Por exemplo, sou especialista em joelho, mas não interessa se você é homem, branco, negro, pobre, rico: eu só discuto joelho. Sou especialista em escola, não me interessa discutir família, segurança, assistência social ou outro tema. O Prof. Pedro Nemo diz o seguinte: "O médico que só estuda medicina, o que ele menos entende é de medicina". Não há como separar medicina do contexto social, cultural, econômico e psíquico do sujeito. Quem é da área da segurança e só estuda segurança, o que menos entende é de segurança. O pedagogo que só estuda escola, o que ele menos entende é de escola. E por aí segue.

Desculpe-me o pessoal da segurança, mas essa provocação serve para mim também, que sou da psicologia. Eu não faço isso, eu não estudo só psicologia, mas tenho colega da psicologia que só estuda psicologia, e o que menos entende é de saúde mental.

O especialista é aquele que isola parte do todo. E a escola, nessa corrente especialista, tecnicista, criou uma grande ilusão: que quem entende de educação é somente a escola; que família já não entende mais de educação, a comunidade não entende, a vovó não entende. A escola criou também a ilusão de que ela é autossuficiente, que não precisa da família, da assistência, da saúde, etc. O pensamento especialista é dicotômico, como falamos na academia. O que é dicotomia? É separar o inseparável. E é impossível separar a escola da família, a saúde da assistência, a saúde da assistência e educação. Como vou ter segurança sem saúde, sem educação, sem assistência e vice-versa? Tudo está interligado.

Então, para trabalharmos de forma integrada, como proposto aqui, precisamos de reformar o nosso pensamento, precisamos de um novo paradigma. Uma falecida colega minha, Juliana, daqui de Belo Horizonte, que trabalhou em redes, dizia que precisamos de um profissional novo paradigmático, que não separe o todo das partes nem separe as partes entre si: só distinga. Maturana, biólogo chileno que ganhou Prêmio Nobel, diz que quem não distingue não produz conhecimento.

Precisamos discutir a violência na sua complexidade. Se há violência na escola é porque a sociedade está violenta. É muito cruel e violento dizer que a escola sozinha dará conta de enfrentar a violência que é produzida na sociedade. Hoje, todos nós - polícia, educação, saúde e assistência - precisamos sair do isolamento, porque quanto mais isolados ficarmos, mais violência produziremos. Não será construindo presídios, centros para adolescentes infratores, condomínios de luxo, que são prisões de luxo, e vendendo carros blindados que vamos enfrentar a violência. Pelo contrário, essas ações só produzirão mais violência. Quanto mais aumentarmos os



muros do nosso prédio e da escola e instalarmos cercas elétricas e câmaras, mais violência produziremos na sociedade. Tudo isso é uma ilusão. O isolamento produz adocimento, ignorância e violência. Uns reagem para dentro, ficando deprimidos - depressão é a doença do século -; outros reagem para fora, ficando violentos.

Este é o momento que vivemos: ou interligamos, religamos tudo o que foi separado pela modernidade, do séc. XVII para cá, e pelo capitalismo ou vamos nos matar, mesmo. A modernidade é violenta! Ela separa o inseparável. Por exemplo, separa o ser humano da natureza. Francis Bacon, um pensador do séc. XVI, criou essa ilusão. Apesar de ele ter sido perseguido pela Inquisição, por ser um revolucionário, disse que a natureza estaria a serviço do ser humano para ser dominada, forjada. Hoje vemos a nossa vida ameaçada. Quer dizer, o planeta está irritado, está aquecido, e estão surgindo várias doenças.

A violência tem a ver com isso tudo, pois é complexa. Falar que só a escola resolve o problema da violência é uma conversa muito simplificada, falida, que não chegará a lugar algum. Uma conversa pragmática, que só enxerga o fim, e não, os meios. A escola precisa sair do seu isolamento, porque ainda tem a ilusão de ser uma instituição total. O que é uma instituição total? É como os manicômios, as prisões antigas do século passado - nem tão antigas -, que acham que substituem as demais instituições.

Trabalhei na Febem e, com outros colegas, ajudei a desmontá-la. Lá vivi isto: “Aqui tem tudo para você. Você não precisa de família, não precisa de amigos, não precisa de vizinhança, não precisa frequentar um cinema. Se você não mudar, é porque é um desgraçado, mesmo”. Desculpe-me a palavra, mas é assim que a sociedade vê o problema. Quando se quer trabalhar de forma integrada, há um princípio muito importante do pensamento complexo, o princípio da incompletude institucional. Nenhuma instituição é suficiente. A família não é suficiente para educar; a escola não o é; a polícia não é suficiente para promover segurança; a assistência social não é suficiente para promover assistência; o hospital não é suficiente para promover saúde. Todo conhecimento é parcial e provisório, portanto, é insuficiente. Somos seres inacabados. Aliás, cientistas como eu procuram o “inacabamento” do conhecimento. Se somos seres da incompletude, tudo o que criamos é incompleto. Como foi dito pela manhã, essa ideia de que vamos ter segurança completa se instalarmos câmeras ou detectores de metal é a maior bobagem. Sempre haverá brechas.

Em qualquer presídio de segurança máxima entram drogas e armas; aliás, nenhum Diretor é besta de manter um presídio sem drogas, porque a coisa arreventa. É como nos hospitais psiquiátricos, onde é preciso botar camisa de força.

Desculpem-me a franqueza, mas chega de hipocrisia: temos de trabalhar com o princípio da humildade, sabendo que nenhuma instituição é completa e que sozinhos vamos produzir mais violência. Temos de mudar nossa forma de compreender políticas públicas e trabalhos sociais, e essa é a proposta que trago aqui. Para tanto, vou apresentar, na tela, uma metodologia específica.

Aquele mapa foi criado por Carlos Sluzki, um psiquiatra argentino que lutou contra o sistema fechado dos hospitais psiquiátricos; fez parte do Movimento Antimanicomial, então chamado de Movimento Antipsiquiatria; foi exilado à época da ditadura e está nos Estados Unidos, onde trabalha com pessoas com HIV e câncer. Ele chegou à conclusão de que pessoas com HIV ou câncer que ficam isoladas dos amigos e da vizinhança, que não têm lazer ou trabalho, nem convivência com a família têm uma sobrevivência muito curta; morrem muito rapidamente. Por outro lado, pessoas que estão integradas, que têm suporte na família, lazer, cultura, trabalho, escola, sistema de saúde etc. têm uma sobrevivência mais longa. Assim, ele criou esse mapa da rede pessoal social, onde se veem os vínculos do sujeito nas amizades, família, trabalho, escola, sistema de saúde, agências sociais e relações comunitárias - estas se referem a cultura, lazer, esporte e religião. No meio do círculo, ele pergunta quem está próximo de você na sua família, vizinhança, trabalho ou escola. Ou seja, se a pessoa acima de 16 anos estiver fora do mercado de trabalho, dependendo da sua classe social, ela pode estar em fator de vulnerabilidade; da mesma forma, se estiver fora da escola.

Voltando ao mapa: você pratica algum esporte, tem lazer, cultura, religião? Ali, coloca-se quem está próximo daquela pessoa, identificado pela primeira letra do nome, no círculo do meio; quem tem uma relação média, no círculo central; e quem está distante, no último círculo ou circunferência. Este mapa mostra que, quando a pessoa tem uma rede reduzida de vínculos, vai para o presídio, para o centro de infratores ou para clínicas de dependência química; outras ficam com problemas de saúde mental; outras vão para o Bolsa-Família, PSF etc. Por outro lado, quando a pessoa tem uma rede de suporte na família, no trabalho, na educação, na saúde, no esporte e no lazer, ela fica mais protegida. Assim, este mapa mostra, na verdade, fatores de proteção, de risco e de vulnerabilidade que o sujeito encontra. É claro que, como eu disse agora mesmo, a relação entre proteção e risco não é dicotômica: o risco complementa e questiona a proteção e vice-versa. Ou seja, todos corremos riscos e, diante deles, temos de tentar nos proteger. Ora, a vulnerabilidade se verifica exatamente quando o sujeito não tem como se proteger: o rapaz vai morrer na boca de um fuzil, na guerra do narcotráfico, ou a menina vai sofrer violência sexual, como as do projeto em que trabalho.

No próximo “slide” vê-se um mapa que criei a partir do que acabamos de ver, que retrata a rede institucional interna. Pensando de forma sistêmica, complexa e dialética, considerando que uma pessoa isolada é frágil - uma professora, um policial, uma família, um médico no posto de saúde, um setor de uma instituição, uma instituição, todos, isolados, são frágeis -, criei esse mapa da rede institucional interna. Vejamos como ele é feito.

Chego a uma instituição - pode ser qualquer uma -, como a polícia, o conselho tutelar, uma escola ou um posto de saúde e pergunto: quais setores existem aqui dentro? Pergunto também como é o vínculo entre os setores: se for significativo e forte, linha verde; se for frágil, linha amarela; e, se não existir, linha vermelha. Começo no sentido horário ou no sentido anti-horário e vou perguntando a cada um até fechar o mapa. Assim, tenho um diagnóstico - uma cartografia, uma fotografia - que mostra se aquela instituição em sua rede interna trabalha integrada, fragmentada e se está fragilizada ou não. Chamamos esse método de Psicologia Social de Pesquisa e Intervenção, porque, ao mesmo tempo em que está pesquisando com um grupo de trabalho, já está gerando uma intervenção. Cria-se, portanto, um verdadeiro fórum de discussão. Alguns concordam, outros discordam, mas percebo que alguns nem conheciam os setores dentro da instituição.

A partir daí, criei outro mapa, que é o mapa da rede institucional externa. Coloco uma instituição no centro daquele mapa e procuro ver o que existe no entorno dela. Pode ser qualquer uma. Por exemplo, o Bolsa-Família, um conselho tutelar, uma escola, a polícia, uma delegacia. Na área de cultura: há um grupo de capoeira, de teatro e de congado, mas como é seu vínculo? É próximo? Trabalham juntos? É médio ou distante? O que existe na área de educação? Como é o vínculo? É próximo, médio ou distante? Da mesma forma



na assistência, no trabalho, na saúde, no lazer, no esporte, etc. Vejo, então, se aquela instituição está integrada à comunidade onde trabalha ou não. Depois pergunto: e as demais instituições? Será que o conselho tutelar trabalha com aquela escola, com a igreja e com a polícia? Será que a polícia trabalha com esse grupo de capoeira? Será que a escola trabalha com as famílias? Será que o posto de saúde trabalha com a escola?

Aí temos um mapa, um desenho também utilizando aquela legenda: linha vermelha é vínculo inexistente, linha amarela é vínculo frágil, e verde é vínculo significativo. Essa é a metodologia de trabalho em redes sociais, em redes intersetoriais ou políticas intersetoriais. Os trabalhos em redes se constituem por meio de espaços de conversação. Na verdade, a melhor forma de enfrentar a violência é por meio da conversa. Numa oportunidade, Helena Abramo, pesquisadora da violência no Brasil, disse: “A violência ocorre quando não é possível mais conversar”. Portanto, para enfrentar a violência, é preciso criar espaço de conversa dentro da família, entre os profissionais, na comunidade e na escola. Mas, ao mesmo tempo, como disse Teresa Carreiro, que foi minha orientadora no pós-doutorado, na Universidade Federal Fluminense, a violência é uma linguagem.

Pesquisei um jovem do narcotráfico em medida de semiliberdade que me disse: “Vocês acham que entro na casa de vocês para roubar? Não. Entro também para vocês saberem que eu existo”. Então é muito simplificado dizer que a violência é só uma questão policial, criminal. Temos de parar de criminalizar a pobreza. Vivemos também em um Estado neoliberal, que é menor para a educação, para a saúde, para a assistência e maior para a segurança. Essa é a proposta da tolerância zero. Aliás, ontem uma pessoa da Apac falou esse termo “tolerância zero” e até pensei: o que é isso? Depois conversei com ele. Isso surgiu na Inglaterra com Margaret Thatcher, Bill Clinton e Bush, chegou aqui com Fernando Henrique e até hoje está aí. Hoje a privatização da segurança é um problema sério. No Brasil, há um milhão de seguranças privadas. É um exército, pois vender alarme e câmera dá muito dinheiro. Como foi dito pela Helena Abramo: “é uma indústria”. Um problema muito sério que temos de enfrentar com luta ou enfrentamento contra a violência é a mídia. Um problema muito sério que vejo hoje é a “espetacularização” da violência. Se ligarmos qualquer canal da televisão, estará passando cenas de violência; uma baixaria. E hoje a Sra. Abramovay citou aqui que estamos na sociedade do espetáculo, que é o título de um livro do Guy Debault, de 1968. Ele disse que chegará o dia em que essa sociedade se relacionará com imagens e não mais com pessoas. Disse que perderemos o sentido de humanidade, tendo relações imagéticas, como vivemos hoje no mundo virtual. Não olhamos mais o outro nos olhos, não conversamos. Estamos em uma cidade de muros, emparedando nossas palavras em muros. Estamos desocupando as ruas, as praças. Não é à toa que temos aí o “Fora Lacerda”. Isso é muito grave, e a Jane Correa perguntou ao menino do narcotráfico: “O que você sente quando mata outro jovem?”. “Ah, é que nem o 'videogame', que nem os filmes, que nem a televisão”, quer dizer, é uma imagem que morre.

Não defenderemos aqui a censura contra a imprensa, mas tem de haver um controle social da imprensa e da mídia. Da mesma forma que não quero levar para a minha casa um produto, um alimento contaminado, tóxico, não quero também assistir a uma cena de violência que intoxica a minha vida. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Prof. Walter Ernesto Ude Marques a brilhante exposição. Muito obrigado, Prof. Walter. Com a palavra, a Sra. Maria Sueli de Oliveira Pires, coordenadora do Grupo de Trabalho Intersetorial de Enfrentamento das Condições Geradoras da Violência Escolar do Governo do Estado de Minas Gerais, para sua exposição sobre o mesmo tema.

Palavras da Sra. Maria Sueli de Oliveira Pires

Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento os ilustres representantes desta Casa Legislativa, na pessoa do Deputado Bosco e do Deputado João Leite, que organizaram e têm organizado com brilhantismo toda essa sequência, que são verdadeiras sessões de trabalho abertas ao público, já há alguns meses. Cumprimento o Prof. Walter; a Dra. Roberta; o Dr. Celso; todos os Deputados e Deputadas presentes ou desta Casa; os representantes dos órgãos públicos, Defensoria Pública, Ministério Público, magistratura; professores e, se houver, algum representante dos alunos das redes estadual, municipal e privada; os representantes dos órgãos do governo, Polícia Militar e Polícia Civil, Secretarias de Governo, colegas da Secretaria de Educação, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Defesa Social; colegas Diretores e Diretoras de nossas Superintendências Regionais de Ensino - SREs -; colegas das superintendências e das nossas escolas.

Para nós, é um momento de extrema importância vir aqui falar em nome dos colegas que compuseram o Comitê de Enfrentamento das Condições Geradoras de Violência Escolar, designado pelo Governador e respectivos Secretários das pastas a que pertencemos para, no prazo de 60 dias - compreendidos os meses de maio e junho, em que trabalhamos em sessões semanais, aprofundando-nos nos programas e ações desenvolvidas junto às comunidades escolares e ao entorno das escolas -, propor, neste fórum, um conjunto de programas e ações para os quais julgamos estar abertos e preparados.

Quero agradecer nominalmente a participação dos colegas que trabalharam com empenho e afinco para chegarmos aqui com algumas propostas que poderão somar-se às propostas aprovadas neste fórum técnico. Agradeço às colegas Cláudia Aparecida Ciscotto, da Secretaria de Saúde; Delegada Letícia Baptista Gamboge Reis; Maria Helena Almeida e Eliane Quaresma Caldeira Araújo, da Sedese, esta última presidindo atualmente o Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente; Maria Cristina Pinheiro de Pinho Machado, coordenadora do programa Escola Viva; Fabiana Leite Lima; Maj. Gilson Gonçalves dos Santos, da Polícia Militar; Cap. Paulo Afonso Montezano Crispim, do Corpo de Bombeiros; Roberto Horta Machado e Felipe Estábil, da Secretaria de Educação. Na condição de coordenadora, tive o enorme prazer e a honra de conduzir esses trabalhos, durante os quais vários outros colegas se agregaram a esse grupo, dependendo da pauta.

Quero trazer um pouco dessa experiência. Fizemos discussões conceituais de conhecimento de nossas experiências de políticas e programas da administração pública e programas em curso nas escolas, comunidade e Prefeitura para ter um balizamento geral das ações esperadas do Estado, enquanto governo de um território e uma rede de escolas tão amplos, abrangendo, no ensino fundamental e médio, quase 6 milhões de estudantes e 500 mil professores.



Fico muito satisfeita em saber que a nossa primeira conclusão vai ao encontro dos anseios e das discussões que têm sido realizadas até o momento: que as nossas escolas, estaduais, municipais ou privadas, não devem se render a essa onda de violência. Ao contrário, devem enfrentá-la com tranquilidade e conhecimento e envolver seus membros, professores, gestores e estudantes em todo o processo de enfrentamento das condições geradoras de violência.

Quero dizer a vocês que, há alguns anos, a Secretaria de Educação tem atendido pontualmente à demanda de escolas e superintendências para equipamentos especiais de infraestrutura contra a violência do patrimônio físico. Então, sempre que chega alguma demanda dessa natureza à Secretaria, examina-se com muita cautela, exatamente para que não incorramos no equívoco de transformar nossas escolas em pequenos presídios. Definitivamente não foi e não é essa a intenção do governo do Estado de Minas Gerais. Temos recebido algumas cobranças de setores externos à rede de escolas em relação à instalação do equipamento de detecção de metais nas escolas. Recusamos definitivamente qualquer tipo de apoio a essa iniciativa. As nossas escolas públicas, tradicionalmente, sempre estiveram abertas às comunidades.

Daí passo para um segundo consenso que alcançamos em nosso grupo de trabalho. A escola deve manter a sua permeabilidade com as comunidades do seu entorno. Toda e qualquer medida governamental que venha a ser tomada deve incentivar o diálogo das comunidades escolares com as comunidades do seu entorno. Isso não apenas porque a escola tem muito a ensinar aos pais dos alunos, às comunidades do seu entorno, em todos os segmentos da sociedade civil, mas também tem muito a aprender com esse entorno.

A terceira premissa que saiu como consciência do grupo é, e essa talvez seja a que esteja norteando mais fortemente os nossos trabalhos executivos, que deveríamos articular os nossos projetos e programas. Articular internamente nos órgãos governamentais e promover o diálogo desses projetos e programas com outras iniciativas governamentais, não governamentais, iniciativa privada, para que fortaleçamos o sentimento de que somos capazes de enfrentar todas as condições geradoras de violência. Durante esse período, além de termos participado das reuniões técnicas preparatórias deste fórum, apoiamos a realização dos fóruns regionais. Quero agradecer de público às diretorias de superintendências regionais, aos professores, analistas, Diretores e estudantes dessas localidades, dessas municipalidades, que trabalharam com muita dedicação. Acreditaram na causa do enfrentamento das condições de violência que afeta as nossas escolas e que têm muito relevo, às vezes, excesso de relevo, na mídia, o que, muitas vezes, atrapalha o nosso trabalho de educação no dia a dia das escolas. Mas isso também faz parte da nossa sociedade. Creio que a escola e nós, que acreditamos na causa de uma educação pública de qualidade, poderemos enfrentar isso também com parcimônia e tranquilidade.

Vou listar brevemente para vocês os 16 programas ativos do governo do Estado, desenvolvidos por esses órgãos públicos estaduais que mencionei. Gostaria de salientar hoje alguns dos programas que esse grupo de trabalho já considera como absolutamente consolidados e que merecem ser ampliados e articulados, a fim de serem mais eficazes.

O Programa Escola Viva hoje recobre 504 escolas, sobretudo em regiões metropolitanas consideradas de maior vulnerabilidade social. Pretendemos ampliá-lo para outras zonas metropolitanas do Estado. Abrir esse programa tem uma interface muito forte com as comunidades do entorno das escolas. Há recursos destinados a situações do programa em que as próprias comunidades propõem intervenções nas escolas, nos fins de semana, ou seja, contemplando a nossa preocupação de que a escola deva estar permeável. A escola deve manter-se permeável com relação às comunidades do seu entorno.

Há também o Programa Fica Vivo, da Secretaria de Desenvolvimento Social; o já mencionado Proerd, da Polícia Militar de Minas Gerais; e o Programa Patrulha Escolar. Proporemos a ampliação do Programa Patrulha Escolar, pois esse é um anseio das nossas escolas e das nossas comunidades. Contudo, isso não será como o patrulhamento ostensivo. Será a patrulha que leva a sensação de segurança às escolas, aos gestores, aos professores e às famílias dos alunos, que têm demandado segurança no entorno da escola. Então, será como o guarda que frequentava a minha Escola Estadual Barão de Macaúbas e que conversava conosco, na porta da escola. Tenho a certeza de que muitos policiais da corporação exercem esse papel junto às comunidades escolares. Quer dizer, além de eles se fazerem conhecer, têm a oportunidade de também conhecer toda a realidade, tanto de fora como de dentro da escola. Isso também contempla a nossa proposta de permeabilidade da escola.

Há também o Programa Jovens Construindo a Cidadania, da Polícia Militar. Cito ainda: o Curso de Mediação de Conflitos, da Seds; o Projeto Mediar, da Polícia Civil de Minas Gerais; o Projeto Drogas, da Polícia Civil de Minas Gerais; e o Projeto Redes Sociais, também da Polícia Civil. Então, há uma série de programas. Deixo de citar vários outros, mas tenho a certeza de que todos estão na nossa pauta de articulação, tanto interna, na esfera de governo, como também com as nossas comunidades e outros órgãos públicos e privados.

A partir do conhecimento e aprofundamento dessas discussões, tentando promover exercícios de articulação entre os programas para saber como poderíamos dar maior visibilidade a eles e captar parcerias da sociedade civil e de outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, chegamos, então, a uma proposta de integração desses programas. Assim, há o Programa Bombeiro Mirim, do Corpo de Bombeiros; o Núcleo de Prevenção à Violência, Cultura da Paz e Promoção da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde, um programa importantíssimo e já consolidado em várias comunidades, sendo necessário ampliá-lo; o Núcleo da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Estado de Saúde; o Programa Poupança Jovem, da Sedese; e o Rede de Assistência Social, do Cras/Creas. Há também um projeto-piloto desenvolvido pela Superintendência Metropolitana A para a integração das escolas com esses aparelhos sociais, os Cras e os Creas, que têm muito a contribuir para as nossas comunidades escolares e, na maioria dos casos, são desconhecidos.

Citaria aqui a Profa. Arlete, que tem feito um trabalho muito intenso que poderá ser ampliado, não só para a região metropolitana mas também para todo o Estado.

No final de junho realizamos uma jornada de sensibilização e de mediação de conflitos com as 47 diretorias de superintendências regionais de ensino exatamente para tentar promover essa cultura da paz no âmbito das superintendências administrativas e para disseminação dessa proposta em nossas escolas. A partir do dia 17 de outubro iniciaremos a oferta de turmas de cursos de mediação escolar e de mediação de conflitos, em parceria com a Polícia Civil e com a Secretaria de Desenvolvimento Social no âmbito de nossa



escola de formação. Gradualmente, ampliaremos esses cursos para toda a rede do Estado. Esperamos também atender as redes municipais e a rede privada de ensino.

No conjunto das propostas que apresentamos aos nossos Secretários - o relatório final foi encaminhado ao Sr. Governador -, exploramos cinco eixos de ação. O primeiro deles é o eixo de estudos, pesquisas e monitoramento, que surgiu depois de um seminário que realizamos com a presença da Profa. Sandra Tosta, de professores e pesquisadores orientados por ela junto a escolas públicas e privadas, e também do Prof. Cláudio Beato, Coordenador do Crisp da UFMG. Para nós, naquele momento, estava evidente a ausência de um diagnóstico mais preciso. Não de um diagnóstico puramente quantitativo, mas de um que nos apontasse quais são os anseios das comunidades escolares. Exatamente a partir daí começamos a desenhar um projeto com o Crisp, que possivelmente será implantado neste ano, e com a participação de várias outras universidades que já estão credenciadas no âmbito da escola de formação.

O segundo eixo é o da sensibilização, formação e capacitação em mediação de conflitos, com os parceiros já indicados aqui e outros, como a Defensoria Pública, o Ministério Público, a magistratura e a OAB. Identificamos também toda uma rede de órgãos públicos, privados e do terceiro setor que estão envolvidos com essa proposta. O terceiro eixo seria a ampliação e a implantação de programas intersetoriais. Já mencionei brevemente quais seriam nossas linhas de ação nesse eixo.

O quarto eixo são investimentos em ações e equipamentos de segurança e infraestrutura física dentro das demandas apresentadas pelas escolas. Evidentemente também investimos em uma linha para equipar nossas escolas, não com equipamentos de segurança, mas com quadras, cobertas ou não, material pedagógico e projetos pedagógicos que atendam, de fato, a disseminação da cultura da paz.

O quinto e último eixo é o da divulgação e da comunicação em parceria com órgãos de comunicação, para atendermos a essa ampla rede - são quase 4 mil escolas na rede estadual -, e para também, pouco a pouco, chegarmos às escolas municipais e a todas as escolas da rede privada.

Coloco-me à disposição de vocês para quaisquer esclarecimentos durante o período dos debates. Quero informar também que hoje, por orientação da Secretária Ana Lúcia Gazzola, transmitiremos à Mesa condutora dos trabalhos uma síntese do relatório desse comitê de violência para que essas propostas sejam agregadas a este fórum. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Agradecemos à Sra. Maria Sueli de Oliveira Pires a excelente exposição. Aproveito este momento, Sueli, para lhe pedir que leve à Secretária Ana Lúcia Gazzola os nossos agradecimentos pela parceria na realização deste fórum.

Leitura de Mensagem

O Sr. Presidente - Quero registrar uma correspondência que recebemos do Exmo. Governador Antonio Anastasia, endereçada ao Presidente Dinis Pinheiro: "Prezado Presidente, agradeço o atencioso convite para compor a Mesa de abertura do fórum técnico 'Segurança nas escolas: por uma cultura de paz'. Lamento não ser possível comparecer, em razão de compromisso inadiável, já assumido para a data. Cumprimento V. Exa. e os demais presentes, com votos de que o importante evento tenha proveitosos resultados e alcance, com êxito, os objetivos propostos." Fica registrada, então, a correspondência do nosso Governador, Prof. Antonio Anastasia.

Gostaria de esclarecer a todos os presentes e ao público de casa que, de acordo com o nosso Regimento Interno, quando existem ações em conjunto, a exemplo desta, de duas ou mais Comissões, normalmente quem preside a reunião é o Presidente que tem um pouco mais de idade que os outros. Por isso, o Deputado João Leite esteve na abertura desses trabalhos e agora, gentilmente, ele divide a condução dos trabalhos com este Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Muito obrigado, Deputado.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Assistiremos agora à exibição de um vídeo com depoimento sobre uma experiência exitosa de combate à violência no ambiente escolar.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - A Presidência informa a todos e a todas que mais informações sobre esse relevante projeto vocês poderão obter acessando o "site" www.betim.mg.gov.br/escoladagente.

Neste momento, passamos a palavra à Dra. Roberta de Mesquita Ribeiro, Defensora Pública e integrante do Fórum de Promoção da Paz Escolar - Forpaz -, para sua exposição sobre o referido tema.

Palavras da Defensora Pública Roberta de Mesquita Ribeiro

Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento os componentes da Mesa, especialmente o Presidente Bosco e o Deputado João Leite, que sempre conduz muito bem as reuniões.

Sinto-me muito à vontade neste fórum técnico "Segurança nas escolas: por uma cultura de paz", juntamente com os representantes da Mesa, porque, com cada um deles, tenho uma história específica. Fico até lisonjeada pela presença do Walter Ude nesta reunião, porque fui eu quem sustentou a presença dele nesta Mesa e acho que fiz uma boa indicação. Embora dispense qualquer apresentação, quero dizer que ele realiza um trabalho maravilhoso. Ele tem doutorado na área, além de pós-doutorado. Sempre foi referência para mim como Defensora da Infância e da Juventude em diversos espaços dos quais participei. Sempre o tive como meu ídolo. Graças a Deus, tenho a oportunidade, pela terceira vez, de participar de uma Mesa juntamente com ele. Eu o fiz na Conferência Estadual de Educação em Caxambu, na Conferência Municipal em Ipatinga e, hoje, em Belo Horizonte. Com a Sueli tenho história pessoal. Ela é amiga dos meus pais, trabalhou com o meu pai, o que descobri por meio do trabalho. Ela tem participado ativamente do Forpaz. Também tive oportunidade de trabalhar com o Dr. Celso na Defensoria, junto à Promotoria da Infância e Juventude, durante anos, na luta diária pela efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

Hoje venho falar a vocês sobre a experiência do Forpaz. Trarei um pouco dessa experiência e dessa mudança de paradigma, conforme dito pelo Walter Ude. Traremos um pouco dessa visão que precisamos ter de uma atuação articulada em rede, de conhecimento de todos os programas de políticas existentes, como a Sueli disse. Verificamos que, na prática, muitas vezes o que



acontece é que os profissionais desconhecem as políticas e os programas, desconhecem os caminhos. Precisamos, na verdade, nos articular. A escola não dará conta de tudo sozinha, nem é esse seu papel. Uma mãe mesma disse, em seu depoimento pelo vídeo, que a família tem transferido seu papel para a escola, que está sozinha, na ponta, muitas vezes abandonada, isolada e desarticulada do sistema de justiça, do sistema de defesa social, da segurança pública e das demais instituições. Precisamos nos articular para que o trabalho fique mais leve, para que realmente consigamos mudar a realidade, fazer a diferença e tratar as pessoas como seres humanos, fazendo com que construam uma vida diferente, longe da criminalidade.

O Forpaz surgiu em 2006 e 2007, por uma iniciativa da Defensoria Pública. Com a instalação do Núcleo da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, fomos às escolas públicas fazer palestras sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Chegando lá, verificamos o que já disse, que a escola estava sozinha. Os professores, Diretores, Inspetores, toda a comunidade escolar não sabia a quem recorrer, o que fazer. Diante disso, a Defensoria promoveu um pequeno seminário com a participação de inúmeros atores e instituições, como a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Estadual de Educação.

Aqui estão vários representantes do Forpaz, meus colegas, meus parceiros. Não estou falando aqui em nome da Defensoria, mas em nome do Forpaz, um espaço democrático de discussão que visa buscar soluções para enfrentar essa questão e, principalmente, para promover a cultura de paz. Está aqui a Else, a Superintendente; a Arlete estava aqui pela manhã; a Adelaide, que também é uma grande parceira. Vários colegas estão aqui, e representa um grande desafio falar em nome deles. E temos a participação das secretarias, dos conselhos tutelares, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Judiciário, da Promotoria da Infância e Juventude, da Defensoria Pública, das instituições, da rede de saúde e da sociedade civil, cuja participação é importantíssima. Ainda não conseguimos trazer a participação dos adolescentes, a qual entendemos também ser de suma importância. É uma pena que hoje eles não estejam aqui de forma massiva, participando da construção dessas questões que envolvem também a sua rotina. Fizemos esse lindo seminário com a intenção de que cada instituição, já na dificuldade desse conhecimento, relatasse um pouco sobre o seu papel, pelo que cada instituição é responsável, as suas atribuições. A partir desse seminário, decidiu-se criar um fórum, que se reuniria mensalmente e contaria com a participação de todos os atores que tivessem alguma relação com a escola, com o objetivo de fortalecer essas redes e buscar a satisfação dos direitos da criança e do adolescente. Diante disso, reunimo-nos e discutimos o nome, e foi uma decisão coletiva, democrática. Decidimos que o fórum se chamaria Fórum de Promoção da Paz Escolar. Ele existe desde 2007, e somente agora está tomando corpo. Fico muito honrada em estar aqui, hoje, falando em nome do fórum. Somente agora ele está tomando identidade e corpo, com atuação em rede, articulação e o conhecimento de todos.

Lanço um desafio a vocês: criem redes nos espaços onde estão. Quer dizer, as redes já existem, articulem-se em redes. Criem os fluxos de atendimento, encaminhem-nos. Se há uma situação de saúde mental, procurem saber qual é a política de saúde mental existente em seu Município, em seu Estado. Procurem a pessoa responsável, façam um fluxo de atendimento e verifiquem como esse encaminhamento pode ser feito pela escola para a saúde mental, discutam o caso com a saúde mental. A escola tem que buscar os caminhos, porque, como já disse, sozinha ela não dará conta. Então temos que nos articular em rede.

Fizemos hoje aqui um minuto de silêncio e, durante as palestras, acredito que teremos – os senhores também – inúmeras provocações. Vim fazer minha exposição já querendo falar outras coisas sobre as quais não tinha pensado. Fizemos hoje um minuto de silêncio, e quantas vezes fazemos isso na nossa vida, no nosso cotidiano, na correria dentro da escola, na rotina do professor, que sai da rede estadual e vai para a rede municipal ou para a rede particular, que se dedica muito? Às vezes deixamos de parar um minuto para fazer silêncio, olhar para dentro, pensar, refletir. Quantas vezes deixamos de nos reunir, como o Walter Ude disse, para dialogar, conversar, ouvir o outro, escutar o que o outro tem para dizer, reparar no outro, valorizar o outro e ser valorizado? Quantas vezes fazemos isso no nosso dia a dia? Que eu saiba quase nunca. Vamos atropelando esse dia a dia, e, quando a violência acontece, é caso de polícia. Como se o Judiciário fosse ter a resposta para essa violência; como se o sistema de justiça fosse dar conta dessa violência. Não, o sistema de justiça não pacificará, não restaurará essas relações. O aluno será ouvido, será aplicada uma medida, e muitas vezes ele voltará para a realidade da escola, que terá que conviver com isso. Então precisamos nos apropriar dessas questões, envolver-nos. Hoje é importantíssimo estar aqui a sociedade civil participando, para construirmos juntos, porque, quando construímos juntos, apropriamo-nos e a coisa se efetiva, pois nos sentimos partes do processo.

Dentro das atribuições previstas no regimento interno do Forpaz, trouxe só as principais: formular e recomendar instrumentos, medidas e ações que visem à educação para a paz, a resolução pacífica de conflitos no âmbito escolar, visando à prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social; promover articulações políticas - que penso ser a grande vertente do Forpaz - quanto à necessidade de prevenção do fenômeno da violência escolar, propondo e estimulando o desenvolvimento de programas específicos; incentivar a participação de todos os segmentos sociais representativos, promovendo ou incentivando a realização de campanhas de conscientização e divulgação das ações do Forpaz ou daquelas apoiadas por ele.

Reuniões mensais do Forpaz. Discutimos inúmeras questões como justiça reparativa, mediação de conflito, apresentação de experiências exitosas em escolas públicas. Não precisamos inventar tudo. Podemos copiar o que obteve êxito e replicar em outras realidades. Há também a discussão e elaboração de um regimento interno padrão. O Forpaz tem-se dedicado mais a esse ponto específico, e entendemos ser muito importante a aplicação do regimento escolar. Nos Municípios havia uma carta-princípio, mas agora já fizeram uma discussão ampla com toda a sociedade civil e toda a comunidade escolar. No Estado existe um regimento, mas foi construído de cima para baixo, desatualizado, sem a discussão ampla com a comunidade escolar. O regimento é de suma importância para a imposição dos limites, desde o início das atividades escolares. Não é simplesmente entregar um pedaço de papel para o familiar, para o aluno e dizer: "Este é o regimento. Se descumpri-lo, haverá uma punição." Não é isso. Primeiramente, é necessário construir um regimento em conjunto com a comunidade escolar, de acordo com a realidade da escola. E, depois disso, fazer um trabalho de divulgação e conscientização no início do ano letivo. É necessário fazer um trabalho esclarecendo quais são os atos e as consequências e começar a impor os limites desde o início. Se for assim, o aluno estará habituado a cumprir as regras desde o começo.

Na minha vivência como Defensora da infância, como apaixonada pelos direitos da criança e do adolescente, verificamos que o direito penal juvenil, diferentemente do direito penal adulto, que tem de ser a última intervenção, muitas vezes é a primeira intervenção da lei na vida do adolescente. Infelizmente, somente quando ele entra no sistema socioeducativo é que, às vezes, terá acesso a uma política pública de saúde, de educação. Às vezes, ele não tem acesso; e a própria família não conseguiu ser essa lei para esse adolescente. Ele, então, pratica um ato infracional, e queremos que a medida socioeducativa dê conta dessa ausência, dessa omissão de nós todos. A responsabilidade não é só do Estado, é uma corresponsabilidade de todos nós. Todos temos de construir essa realidade diferente no âmbito da escola. Todos temos de trabalhar e fazer a nossa parte. Precisamos de profissionais dedicados. Vocês já são muitos sofridos na área da educação, já estão sacrificados e já estão adoecendo. Precisamos nos unir para nos fortalecermos e nos dedicarmos um pouquinho mais. Só vamos conseguir mudar essa realidade e só teremos um trabalho diferente quando tivermos um Diretor que assume mais, um Supervisor, um Promotor que faz um trabalho diferente, enfim, alguém que assuma e que se dedique um pouco mais a essa realidade.

Realmente, a educação não estava preparada para essa mudança, para a inclusão de todos, para a inclusão das diferenças. Temos de tomar cuidado para não cairmos no “menorismo” do código de menores. Nele a criança e o adolescente eram objetos e não sujeitos de direitos; vigorava o assistencialismo. Toda criança e todo adolescente que estavam em situação de risco, que cometiam um ato infracional, que tinham uma situação de vulnerabilidade eram colocados na Febem. Então, não é esta situação que queremos criar: a do adolescente longe de mim. Esse problema é nosso. Não é colocando-os distantes que solucionaremos a questão, nem depois pondo-os no sistema penitenciário sem nenhuma condição de dignidade que iremos encontrar um caminho. Precisamos, na verdade, de ser corresponsáveis com essa realidade. Cada um deve dar a sua contribuição para a transformação dessa realidade.

Além dessas discussões, o Forpaz já participou da capacitação de professores e Inspectores da Secretaria Estadual de Educação, na Metropolitana A, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; fez parceria com o Programa de Aprendizagem Social do Senai e conseguiu a disponibilização de vagas para cursos profissionalizantes com exigência de escolaridade menor, a partir da 6ª série. Tivemos uma escola de Contagem com inúmeros alunos encaminhados para esses cursos técnicos.

Iniciamos um trabalho com o Polo Educativo Padre Pavoni, que reúne a Escola Estadual José Mesquita de Carvalho, um posto de saúde e as obras pavonianas, que é uma entidade religiosa. Abordamos a violência escolar com os alunos. Inicialmente, os professores e Diretores fizeram um trabalho nas salas de aula, com cartazes, conversaram sobre o enfrentamento à violência. Depois os alunos elegeram representantes que participaram de inúmeras reuniões com os membros do Forpaz. Tivemos a oportunidade de verificar que os próprios alunos apresentaram a solução para o problema. Durante as conversas, eles diziam: “Doutora, o professor está cansado, vivendo sua realidade.” O professor também sofre todo tipo de violência. Às vezes, vive uma situação de violência doméstica simbólica, pois tem sua vida pessoal e chega à escola com a sua realidade. Na hora em que o aluno responde de forma ríspida, o professor pode estar imbuído desse espírito agressivo em decorrência de violência. Então, os próprios alunos identificam isso.

Como o Walter Ude disse, a violência não está na escola, e sim na sociedade. A escola vivencia essa violência existente em todos os locais. Os alunos apontam o diálogo como solução. Hoje, não existe espaço para ouvir as partes, ouvir o motivo de certas atitudes do professor ou do aluno, do colega ao lado, envolvendo a comunidade, as famílias. Quando o aluno pratica um ato indisciplinar, faz-se a ocorrência escolar, que vira um papel, fica arquivado, e a rotina continua, não se enfrenta o problema, não se restauram as relações, e o conflito vai se intensificando até o momento em que ocorrem tragédias. Devemos ter um olhar diferente para os alunos e professores, que precisam de capacitação, apoio e valorização. O professor deve olhar o aluno que está ali na sala de aula sentado e calado, fazer uma abordagem, articular, verificar a necessidade de encaminhamento psicológico, enfim, evitar uma situação de violência maior.

Participamos de inúmeras audiências públicas e reuniões institucionais, temos representantes de todas as áreas. Criem esse espaço de encontro em seus Municípios, para discutir os casos pontuais, as políticas, os caminhos. É importante contar com esse espaço de diálogo. Os benefícios diretos e indiretos do Forpaz são: maior articulação dos atores dos sistemas de garantias da criança e do adolescente com a escola; maior conhecimento por parte de todos os atores do papel de cada um e de sua importância; maior conhecimento por parte dos profissionais da comunidade escolar e de todos os atores sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; inserção da cultura de paz no Polo Educativo Padre Pavoni. Não posso deixar de contar que criaram um grupo Forpaz depois das reuniões, fizeram o “Rap da paz” e já se apresentaram inúmeras vezes. Foi muito bacana.

Outros benefícios do Forpaz são: discussão e implementação da mediação de conflito no âmbito escolar, pois, realmente, há técnicas e procedimentos, isso não se aplica de qualquer maneira, é um caminho de criação de comissões de mediação; discussão ampla na rede municipal e estadual sobre a importância do regimento - durante dois anos o Município discutiu isso, com a realização de seminários e tudo o mais, e agora tem um documento pronto, elaborado; inserção de vários adolescentes no programa Aprendizado no Senai; conscientização da comunidade escolar sobre a importância da cultura de paz; criação de “blog” do Forpaz, forpaznascolas.blogspot.com, a fim de permitir uma discussão ampla com a sociedade.

Tiramos alguns encaminhamentos do Forpaz para este fórum: necessidade de capacitar os candidatos à direção da escola, pois um critério da rede estadual é de haver capacitação, emersão dessas pessoas, capacitação continuada durante um período mais extenso antes da realização das provas para que as pessoas estejam mais preparadas para assumir esse cargo; e necessidade de realizar seminários regionais para discutir o regimento escolar amplamente com todos os segmentos da escola.

Trouxe algumas fotos da primeira reunião do Forpaz com os alunos do Polo Educativo Padre Pavoni. Essa na foto sou eu, de cabelo grande. Como disse, discutimos de que forma enxergavam a violência e como ela se dava no âmbito escolar. É interessante verificarmos que havia representantes da Polícia Militar, de uma escola de portadores de necessidades especiais, da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo, da magistratura; à frente vemos o Dr. José Honório, Juiz da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, que estava presente, representantes de várias instituições e a Adelaide, da Secretaria de Educação.

Agora, seguem as fotos de algumas reuniões do Forpaz que contaram com a participação da Suely, da Arlete, dos representantes do Ministério Público, da saúde e da rede de medidas socioeducativas de todas as partes.



Gostaria de deixar o recado para que se mobilizem, não desistam, não deixem de acreditar, lutem, acreditem no ser humano. Se conseguirmos mudar uma pessoa que seja ou plantar uma semente que seja, já estaremos satisfeitos, e muito. Continuem na luta. Há horas que também tenho vontade de desanimar. Há quatro anos estou na coordenação desse fórum. Houve dias em que havia apenas duas pessoas na reunião; inúmeras vezes quis desistir, mas tenho persistido. E hoje estou muito feliz de estar aqui passando essa experiência a todos. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradeço a Dra. Roberta de Mesquita Ribeiro por sua brilhante exposição, palavras e referências a resultados obtidos por meio do Forpaz. Neste momento, passaremos a palavra ao Sr. Celso Penna Fernandes Júnior, Promotor de Justiça Cível da Infância e Juventude, para sua exposição sobre o tema. Seja bem-vindo, Dr. Celso.

Palavras do Promotor de Justiça Celso Penna Fernandes Júnior

Em primeiro lugar, agradeço o convite da Assembleia Legislativa para participar deste fórum técnico de segurança na escola, peça fundamental para começarmos a encarar o problema da violência dentro e fora da escola. Agradeço à Assembleia esta iniciativa muitíssimo importante: fazer um fórum técnico que abranja várias regionais de todo o Estado, trazendo suas ideias para discutirmos e apresentarmos soluções.

Na pessoa do Deputado Bosco, que está presidindo esta reunião, cumprimento a Assembleia Legislativa, os demais integrantes da Mesa, como o Prof. Walter Ude, as Dras. Maria Sueli e Roberta Mesquita e todo o Plenário, especialmente a colega Maria de Lurdes e a Dra. Maria Elmira, Coordenadora da Educação no Estado de Minas Gerais.

Primeiramente, quero fazer uma breve explicação exatamente sobre as nossas funções para que fiquem bem claras para todos. Somos três Promotores de Justiça da Infância e Juventude Cível: eu, Maria de Lurdes e Matilde, que é uma outra colega. Dentro das nossas atribuições está a defesa da educação. Acompanhamos várias políticas públicas, e uma delas é a da educação. A Dra. Maria Elmira coordena a atuação de todos os Promotores da Educação em Minas Gerais. Então, em cada Comarca do Estado, há um Promotor da Infância e Juventude que acumula a função de defesa da educação. É importante ressaltar isso. A minha função é ser Promotor da Infância de Belo Horizonte, da educação de Belo Horizonte. A Dra. Maria Elmira é Promotora do Patrimônio Público e coordenadora da área de educação no Estado, da atuação dos Promotores em Minas Gerais.

Há um outro ponto que quero mencionar. Este fórum é um momento importante para fazermos uma defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando falamos por aí, temos pouca oportunidade de fazê-la. Digo isso porque li as propostas que foram encaminhadas e observei que uma delas é reformular ou alterar esse estatuto. Muito embora não expliquem de, que trata essa reformulação e mudança, até já imagino o que seja. Quero fazer essa defesa aqui porque o estatuto tem uma lei muito pouco conhecida. Eu mesmo passei a conhecê-lo melhor quando vim a ser Promotor de Justiça da Infância e Juventude em Belo Horizonte há 10 anos. Como a grande maioria das pessoas, também não o conhecia. Na minha opinião, do ponto de vista social, é a lei mais avançada que o Brasil possui. Se há uma lei, um instrumento legislativo que proporcionará e viabilizará a defesa da criança e do adolescente e o combate à violência não só na escola mas também na sociedade, podemos dizer que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não estou dizendo que seja perfeita nem que não é necessário mexer nela. Tanto que houve recentemente uma alteração no estatuto que melhorou bastante alguns aspectos da questão da adoção. No entanto, isso não vem ao caso. De qualquer forma é uma lei importantíssima que a sociedade precisa defender.

Quando discutimos o Estatuto da Criança e do Adolescente em nível nacional, observamos que, infelizmente, é sempre em razão de um momento de emoção e comoção de um assassinato cometido por algum adolescente. Nunca se promove uma discussão minimamente racional desse estatuto, que foi uma lei elaborada por vários setores da sociedade. Houve uma grande mobilização social com abaixo-assinado propondo emenda ao art. 227 da Constituição. Depois houve também uma grande mobilização de vários setores da sociedade para elaborá-lo. Hoje dificilmente ele seria aprovado no Congresso da forma como é. Mas é uma lei muito avançada. Precisamos defendê-lo e tomar cuidado com propostas de mudança nele.

Nesse aspecto, é importante mencionar a questão do ato infracional, que tem relação com a questão de violência na escola. Temos essa ideia que é transmitida pela imprensa e pelas discussões que ocorrem nas emissoras de televisão de que o Código Penal é mais severo do que o Estatuto da Criança e do Adolescente - pelo menos na visão da nossa sociedade que gosta de reprimir antes de prevenir. Isso não é verdade. Do ponto de vista de prevenção, o estatuto é muito mais eficiente do que o Código Penal.

O Estatuto, ao contrário do Código Penal, é muito mais eficiente nesse aspecto; e, quando se fala de punição para o adolescente autor de ato infracional, ele também não é menos severo que o Código Penal. Então, o adolescente pode cumprir medida de internação durante três anos e semiliberdade por mais três anos. São seis anos de restrição de liberdade, em tese, que o estatuto prevê, o que não é muito diferente do Código Penal quando se vai aplicar uma pena na maioria dos crimes graves que ocorrem por aí. Basta observar. Outro dia mesmo passou na televisão, julgamento que não acompanhei, mas tratava-se de um “cara” que matou a mulher, uma manicure, acho, que foi filmado, e ele deu vários tiros na mulher. Esse “cara” foi condenado, e a irmã dele, em entrevista na televisão, dizia: “Não, daqui a três anos ele estará solto, não há problema”. É basicamente a mesma coisa: trata-se de um crime gravíssimo, em que se tirou a vida de uma pessoa de forma fria, e tudo foi filmado. Isso é muito comum na sociedade brasileira.

Trabalhei na área infracional durante quatro anos e víamos, excepcionalmente, casos de adolescentes como autores de homicídios em Belo Horizonte. Não sei dizer como está hoje, mas, na minha época, isso era bastante raro, ao contrário do que víamos em homicídio de adolescentes vítimas - o Prof. Walter Ude mencionou um dado de 80 jovens, não sei se adolescentes ou jovens. Eu e a Maria de Lourdes realizamos uma investigação há alguns anos no IML e ficamos abismados com a quantidade de crianças e adolescentes assassinados na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Acredito que o IML faz necrópsia de crimes não só de Belo Horizonte. A média mensal aqui de homicídios era aproximadamente essa, de crianças e de adolescentes; não computamos pessoas acima de 18 anos. E era homicídio mesmo, via-se claramente, com tiros na cabeça, crimes de execução.



Entramos com uma ação civil pública contra o Ministério Público Federal, contra os governos federal e estadual, de Minas Gerais, e municipal, de Belo Horizonte. Tendo em vista que crianças e adolescentes são prioridade absoluta, têm direito à vida e outras coisas, pedimos que a Justiça condenasse os três entes – governos federal, estadual e municipal – a pagar uma multa por cada criança e adolescente vítima de homicídio no Brasil, multa que seria paga pelos três entes e depositada no Fundo da Criança e do Adolescente do Município onde ocorreu o homicídio. Ou seja, se ocorreu em Governador Valadares, depositar-se-ia no Fundo da Criança e do Adolescente de Valadares, que receberia o valor da multa para aplicar em política voltada para a criança e o adolescente. Essa ação foi protocolada na Justiça Federal, junto ao Ministério Público Federal, em litisconsórcio, foi extinta na 1ª instância e está em grau de recurso no TFR. Isso apenas a título de informação.

Porém, é importante distinguir a questão do ato infracional, porque muitas vezes pensamos que o Código Penal é muito mais severo do que o estatuto, o que, na verdade, não é. Mesmo porque, quando se trata de medida socioeducativa restritiva de liberdade a adolescentes, se se comparar com o adulto, com o tempo de vida que um adulto tem, proporcionalmente essa medida é muito mais grave. Se se aplica uma medida de três anos de internação a um adolescente que tenha 15 anos de idade, se se comparar com a pena de cinco anos a um adulto de 30 anos de idade, é proporcionalmente muito mais grave essa pena para o adolescente.

Não vou repetir o que já foi dito aqui sobre trabalho em rede, porque creio que já foi mencionado pela manhã e agora à tarde por expositores que fizeram isso de forma brilhante. Li as propostas apresentadas por várias partes do Estado, e elas apontaram, realmente, o ponto central. Qual é a questão? Trabalho em rede. Li várias propostas de trabalho em rede. Acredito que a minha ajuda seja deixar aqui a nossa experiência – minha e da Maria de Lourdes – com o trabalho em rede, na Promotoria da Infância e Juventude.

Vejamos a primeira questão. Quando se fala em trabalho em rede, temos de entender que não adianta esse trabalho ser feito de cima para baixo. Ele pode até começar de cima para baixo, mas, para que dê certo, é preciso que os principais interessados o assumam e compreendam a sua importância. Só assim dará resultados. Se isso não for feito, não adianta querer trabalhar em rede. Podemos apresentar muitas soluções, que podem ser boas, como as que foram apresentadas aqui, mas elas não vão funcionar a médio e longo prazos. O que importa, realmente, é a articulação entre os vários setores. As medidas são importantes, mas têm de vir da necessidade criada pelo trabalho em rede.

Finalizando, quero também mencionar uma proposta que temos de trabalho em rede a partir da educação, da organização das escolas. Aqui, em Belo Horizonte, estamos fazendo uma discussão com a Conspiração Mineira pela Educação e queremos começar com esse movimento um trabalho em rede. Na verdade, esse trabalho já foi iniciado há alguns anos pela Conspiração Mineira na Regional Norte de Belo Horizonte e em alguns Municípios do entorno da Cidade Administrativa. A ideia é começar esse trabalho um pouco diferente na Regional Norte de Belo Horizonte. Se der certo, faremos com que esse trabalho se expanda por toda a cidade de Belo Horizonte, depois para outros Municípios de Minas Gerais e, quem sabe, para o Brasil. Mas a ideia é fazer uma rede de educação a partir do trabalho das Diretoras e dos Diretores das escolas públicas estaduais e municipais. A ideia é começar esse trabalho em uma regional de Belo Horizonte, por quê? Toda a estrutura dessa política de atendimento à criança e ao adolescente e de assistência social e saúde é municipalizada e descentralizada. No caso de Belo Horizonte, ela é organizada a partir das regionais. Os conselhos tutelares se organizam a partir das regionais. Por falar em Conselho Tutelar, há algum Conselheiro aqui? Não. Não. Estou falando de Conselheiro Tutelar.

O primeiro ponto de trabalho em rede não é ficarmos levantando culpado de nada, mas estou vendo aqui os guardas-municipais e o pessoal da Polícia Militar. Acho extremamente positivo esse interesse pela questão da violência nas escolas. No entanto, considero estranho não haver nenhum Conselheiro Tutelar, porque ele é peça fundamental quando falamos em trabalho em rede, em área social. Há uma Conselheira ali. Isso é uma exceção.

A presença do Conselho Tutelar em qualquer questão que envolva acompanhamento social de criança e adolescente é fundamental. Ele é a peça-chave, o elo entre a criança, o adolescente, a família, a escola e o serviço de assistência. Repito: ele é muito importante. Logicamente, como já disse, quando trabalhamos em rede, não temos de levantar culpado de nada; temos de ver o que está posto e começar a trabalhar; temos de ver se os vários atores se entendem para começar um trabalho articulado em rede.

Enfim, essa é a ideia que tenho a respeito do combate à violência na escola e minha contribuição para o debate. Quero ajudá-los a desenvolver essa questão. Portanto, agradeço a atenção de todos e coloco-me à disposição para responder às perguntas.

O Sr. Presidente - Agradecemos o Dr. Celso por suas brilhantes palavras. Dirigindo-me às Conselheiras Tutelares, que muito nos honram com sua presença nas galerias, esclareço que convidamos todos os conselhos para todos os encontros regionais – mesmo os conselhos da Região Metropolitana quando do evento realizado em Contagem. Aliás, tivemos uma participação importantíssima dos representantes dos conselhos tutelares, que contribuíram muito, com várias sugestões. Deixo esse esclarecimento sobre a questão dos convites: eles realmente foram direcionados aos conselhos, que tiveram uma importante participação nos encontros regionais, a exemplo do que acontece hoje.

Aos Conselheiros da educação, sempre presentes, o nosso muito obrigado. Tenho certeza de que contribuirão neste fórum da mesma forma que contribuíram nos encontros regionais; a participação dos senhores e senhoras foi importante, então será de grande importância no fechamento dos nossos trabalhos.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, encerram-se as inscrições e inicia-se a fase de debates. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer sua intervenção.

Debates

O Sr. Presidente - A primeira inscrita é a Sra. Clarise Fernandes da Silva, da ONG Clarosofia Núcleo Mundial, que disporá de até 2 minutos.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Ilustres Deputados, demais componentes da Mesa, senhores e senhoras presentes, boa tarde. Meu nome é Clarise Fernandes e sou Presidente da ONG Clarosofia Núcleo Mundial. Nossa instituição é sistematizada em 84 gestões em que estão inseridas ações conjuntas nas áreas de saúde, educação e habitação. Clarosofia é uma matéria interdisciplinar ético-filosófica e de ciências sociais e humanas que estuda a transparência e a clareza, direcionada para o desenvolvimento do raciocínio, objetivando a desenvoltura do ser humano, para promover o bem-estar social. Nossa instituição trabalha com diagnóstico social, de que tenho aqui um modelo, e tem como objetivo fazer intervenção a favor de qualidade de vida para todos, pois todos têm o seu lugar, no sol ou na sombra – acredito nisso, e a nossa instituição e os nossos filiados em vários segmentos de trabalhadores também acreditam nisso.

Nós, da Clarosofia, fazemos atendimento psicológico a alunos, docentes e pais, nas escolas de ensino fundamental e médio, desde 21/11/2008, de acordo com proposta já aprovada. Ocorre que, apesar de a proposta ter sido aprovada e de o ilustre Deputado André Quintão ter encaminhado requerimento aos órgãos devidos, nada aconteceu. Dizem que a razão é a falta de recursos, mas não acredito nisso, até porque sabemos que há uma situação de mau uso do dinheiro público. Então, gostaria de ter um esclarecimento e vou encaminhar a pergunta ao Deputado Bosco.

Como é possível a Assembleia Legislativa, com os Deputados, recorrer ao governo federal para buscar recurso federal, ciente de que isso é necessário para o complemento da execução das tarefas, considerando que os problemas são maiores que os recursos - que dizem que o nosso Estado tem - e que, como sabemos, o Anastasia não governa sozinho, mas em conjunto?

Percebe-se que hoje as pessoas têm de ter uma resposta dos Deputados e dos políticos, afinal não é todo político que é corrupto. É importante dizer que não estão defendendo político nenhum aqui. Quando falarem que algum político é corrupto, é preciso dizer que aquele político roubou, desviou dinheiro público. Se for comprovado que vários políticos vêm fazendo desvio e mau uso do dinheiro público, é preciso citar o nome e falar onde ele se encontra para que esse bandido seja preso. Creio que os políticos têm de ser respeitados, pois precisamos deles.

O Sr. Presidente - Clarise, gostaria de contar com sua contribuição em virtude do tempo.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Principalmente a nossa instituição, que tem três projetos aprovados, mas disseram que não há recursos. Na verdade, tem recurso sim. O projeto socioeducativo que era para ter sido colocado nas escolas foi colocado no ProJovem, que não teve critério algum para fazer tomada de recurso público. Portanto queremos que os projetos da ONG Clarosofia Núcleo Mundial sejam respeitados. Afinal, hoje essa ONG tem 15 mil filiados, é uma comunidade, por isso quer respeito da Assembleia Legislativa. Não se pode vetar a voz e a vez nas propostas encaminhadas nesta Casa.

Gostaríamos que a Proposta de Ação Legislativa nº 1.359, denominada Acompanhamento Psicológico ao Professor de Ensino Fundamental e Médio nas Escolas Públicas, seja respeitada, considerando-se que é de autoria da Clarosofia Núcleo Mundial. O nosso desejo é que essa proposta seja implementada para garantir a efetivação de sua qualidade. De acordo com a proposta que está sendo feita, estão querendo fazer visitinha nas escolas, mas a questão é ter um profissional diferenciado. Isso tem de ser estudado com muito carinho, pois o ser humano não é um bando de gado sem líder. Ele tem de ser respeitado, valorizado, amado, cuidado e velado de verdade e efetivamente.

O Sr. Presidente - Agradecemos a presença e a participação da Sra. Clarise Fernandes da Silva. Saiba, Clarise, que você é sempre bem-vinda à Assembleia Legislativa e tem acesso praticamente a todos os gabinetes dos Deputados desta Casa. No entanto, como você fez várias indagações e questionamentos, gostaria que encaminhasse à Mesa tudo que apresentou e também o que não deu tempo de apresentar para que depois possamos responder-lhe de forma ampla.

Quanto à questão da aplicação de recursos do governo federal, gostaria de lhe dizer que temos a participação desse governo, mas estamos aqui justamente discutindo isto neste fórum: medidas e projetos. Com certeza, precisamos ter uma participação efetiva do governo federal junto ao governo do Estado de Minas Gerais.

Para agilizar esta parte do debate, registro que recebemos várias perguntas, que foram encaminhadas para cada um dos expositores, a fim de que pudessem já tomar conhecimento delas e, de pronto, responder às indagações. Portanto, antes de passar a palavra aos expositores para suas respostas, gostaria de sugerir, se assim for possível, que, no final da participação de cada um, informem o endereço eletrônico para que os nossos participantes, caso queiram fazer mais alguma pergunta ou até mesmo buscar algum detalhamento, possam ter esse canal junto aos nossos expositores.

Lincoln Emanuel de Melo - Boa tarde. Meu nome é Lincoln, sou estudante do Instituto de Educação e tesoureiro da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas da Grande Belo Horizonte – Ames-BH.

É muito importante debater a segurança nas escolas, mas devemos tratar isso com seriedade. Ouvi a fala da companheira e vi muita cara de deboche. Hoje o descaso com a juventude é muito grande. Há mais de 270 mil usuários de “crack” só na RMBH, e 70% deles são jovens. É uma pena a Ames-BH não ter sido convidada. Só fiquei sabendo do que está acontecendo aqui porque comparei à Casa para resolver algumas coisas, pois estamos participando do congresso da União Brasileira dos Estudantes.

Para concluir, penso que às vezes tentam incriminar muito os jovens, mas não fazem programas de prevenção, deixando a juventude do jeito que está, principalmente na periferia. O governo do Estado deve investir mais na juventude porque o que vejo hoje na região metropolitana e em todo o Estado é o descaso do governo em relação aos jovens.

Agradeço. Não poderei ficar, mas considero importante debatermos este assunto aqui e tratá-lo com seriedade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço ao estudante Lincoln, que representa a Umes-BH, e digo a ele que encaminhamos o convite a todos os grêmios estudantis para que os estudantes participassem conosco. De qualquer forma, agradecemos muito sua participação. É por meio de participações como a sua que cumprimos o objetivo deste fórum.

Passo a palavra ao Prof. Walter Ernesto Ude Marques, para que responda as perguntas que lhe foram direcionadas.

O Sr. Walter Ernesto Ude Marques - Tentarei sintetizar, em razão do tempo. Classifiquei as perguntas.

A pergunta da Ten. Grace está voltada para o professor: se não se deveria dar apoio e orientação aos professores. Isso é necessário no trabalho em rede. Na experiência que tive em Vespasiano, em um trabalho que realizamos de enfrentamento à violência sexual

contra crianças, a queixa das professoras, em uma pesquisa que fizemos e até publicamos em livro, é que elas estão se sentindo sozinhas, abandonadas pela Secretaria de Educação, pelos supervisores de educação, pelas famílias e pela sociedade, convivendo com crianças violentadas da educação infantil. Como diz um psicólogo amigo meu, a dor do outro não é minha, mas ela me dói. Então, a constante convivência da professora com crianças violentadas produz nela sofrimento e adoecimento. Realmente, elas estão sozinhas, abandonadas, e é por isso que precisam integrar-se no trabalho em rede para se sentirem, com certeza, mais fortalecidas.

O Guarda Municipal Ricardo Bispo pergunta sobre a ideia de instituição total. Realmente, a escola não é uma instituição total, não é uma instituição completa, assim como também não é a polícia, a assistência social, a saúde, a Assembleia. Todos somos instituições incompletas e necessitamos trabalhar conjuntamente para tentar gerar redes de proteção, trabalhos preventivos e protetivos.

Esta pergunta da Adriana Timóteo de Oliveira, da Sedes, sempre aparece: quais as dificuldades de um trabalho em rede? São muitas: as relações de poder, as vaidades, a formação especializada e fragmentada. Mas, com o tempo, construindo-se o trabalho integrado e com melhores resultados, romperemos essas barreiras.

Quanto aos mapas solicitados por duas pessoas, eles estão gravados no sistema da Assembleia e eu os disponibilizo pelo meu “e-mail”: walterude@fae.ufmg.br”.

O meu amigo Hélio Moreira escreveu: “sofredor atleticano, negro, cristão, utópico, sonhador”. Ele pergunta como vejo a espiritualidade no trabalho intersetorial. Vejo com bons olhos e bom coração, porque ela faz parte da humanidade. Somos seres transcendentais, pensáveis e impensáveis, dizíveis e indizíveis. Como dizia Pascal, existem razões que a própria razão desconhece, existem mistérios na vida. A religião é fundamental, no meu ponto de vista, e mesmo como cientista não a ignoro. Religião vem do latim “religare”, religar. Ontem fui com o Prof. Gilles à Apac, em cujo trabalho a religião é muito importante. Ele é francês e disse que seria difícil desenvolver um trabalho religioso em presídio na França por causa do confronto e da tensão entre o Estado e a Igreja. Ele lamentou que a religião não faça parte do trabalho educativo.

Outra questão é a respeito do ECA. O Promotor Celso falou em defesa do ECA, que também defendo. O estatuto é muito pouco conhecido, inclusive no próprio Judiciário, não sendo estudado na escola de direito nem na de pedagogia. O jurista Oris de Oliveira, que participou da redação do estatuto, disse que muitas vezes as pessoas perguntam por que uma lei tão avançada para uma sociedade tão atrasada. Ele respondeu que, para se criar uma lei atrasada para uma sociedade atrasada, não precisaria de lei. Então o direito também tem utopia, como uma sociedade melhor, mais humana e mais justa. Obrigada.

O Sr. Presidente - Estamos recebendo a participação dos internautas, a quem cumprimentamos e agradecemos pela audiência. O Sr. Alexandre Flausino, de Alfenas, encaminhou a seguinte pergunta ao Prof. Walter: “Hoje há um grande número de empresas atuando no mercado da segurança e pouco incentivo à educação dos nossos jovens. Como o senhor disse, a cadeia tem cor e grau de instrução. Qual seria a atitude do poder público para a mudança dessa situação?”.

Com a palavra, o Sr. Walter Ernesto Ude Marques.

O Sr. Walter Ernesto Ude Marques - É uma pergunta muito complexa para se responder em 1 minuto. Precisamos discutir as relações raciais e a desigualdade. A ideia de cotas, não como fim, mas como meio, é necessária para que pessoas negras, mestiças e da periferia tenham acesso à universidade. Cotas já existem, na faculdade de medicina tem branco e rico. Não vamos ser hipócritas. São medidas que podemos tomar como mediação para criar uma sociedade diferente.

O Sr. Presidente - Obrigada. Com a palavra, a Sra. Maria Sueli de Oliveira Pires, para responder às perguntas.

A Sra. Maria Sueli de Oliveira Pires - Obrigada, Deputado. Vou-me desviar um pouquinho da pauta, para render uma homenagem em agradecimento ao Humberto, ao Hugo, à Solange e a toda a equipe da Assembleia Legislativa, que deu suporte a todos esses trabalhos. Sabemos que é uma dedicação verdadeira a essa causa.

Quero complementar - não tive tempo de falar na minha exposição - que, tanto a concepção, o desenho, como a implementação dos cursos de mediação de conflito e mediação escolar foram resultados da consolidação de programas como o Mediação de Conflitos, da Secretaria de Defesa Social, e o Mediar, da Polícia Civil.

Gostaria de condensar três perguntas que me foram direcionadas, em relação à oferta de conteúdos curriculares ou não curriculares, que, de alguma forma, contemplam a preocupação deste fórum. Há projetos de lei que tramitaram, ou que estão tramitando, que vão nessa direção. Temos examinado cuidadosamente cada um deles, temos nos manifestado, por meio das Secretarias da Casa Civil e de Relações Institucionais, favoráveis à inclusão de conteúdos. Sabemos que há núcleos curriculares que são predefinidos pela Lei de Diretrizes e Bases, mas todas as nossas atividades pedagógicas têm flexibilidade suficiente para acolher conteúdo dessa natureza. Muitas vezes, cabe às escolas, aos projetos políticos pedagógicos das escolas, em sua condução tão bem feita pelos professores, pelos gestores escolares, com a participação dos colegiados escolares, acrescentar esses conteúdos à prática pedagógica. Quero também dizer que, em relação à participação das entidades não governamentais nos programas intersetoriais da Secretaria, os quais citei, elas poderão, sim, ser acolhidas por meio de chamadas que faremos a partir de 2012. Tanto entidades públicas quanto privadas e não governamentais, o terceiro setor, poderão ser acolhidas nessa chamada.

Estou com o endereço eletrônico de pessoas que me fizeram essas perguntas, às quais responderei com mais objetividade e vagar por “e-mail”. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos a Maria Sueli pela sua participação, pelas respostas. Passo a palavra à Dra. Roberta de Mesquita Ribeiro para responder às perguntas a ela direcionadas.

A Defensora Pública Roberta Mesquita Ribeiro - Primeiramente, responderei à pergunta de Joubert, que diz que gostaria de conhecer o Forpaz. Ele pergunta como fazer para participar deste fórum. O Forpaz está aberto para qualquer um que deseje participar. Podem encaminhar um “e-mail” para mim, que encaminharei os convites. Também temos o blog, que, na verdade, ainda está em construção. O meu “e-mail” é roberta.ribeiro@defensoria.mg.gov.br.

A Adriana, da Seds, pergunta se o Forpaz tem alguma ação para trabalhar a paz escolar que não esteja necessariamente dentro da escola. Ela trata isso de acordo com a questão trazida pelo Walter sobre o todo e a parte do todo. Os encaminhamentos, os caminhos e as ações do Forpaz são determinados, como já disse, a partir da discussão do grupo e da participação de todos. Então, as ações são



decididas reunião por reunião. Existe, sim, um trabalho da Adelaide, que faz parte do Forpaz, com as famílias. Ela pretende implementar a escola para as famílias, com palestras de conscientização e de divulgação de direitos. O Forpaz tem também o papel político de tentar propor políticas públicas ao Estado e ao Município, políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente, ações e programas. Então, estamos não só com ações voltadas para a violência no âmbito escolar, mas também com todas que, de alguma forma, interferem nessa situação no âmbito escolar.

A outra pergunta é da Marly, do Consep de Varginha. Ela pergunta sobre os muitos alunos com deficiência que sofrem violência moral e são excluídos, e não, incluídos no ambiente escolar. Ela pergunta se eu não acho que os órgãos competentes deveriam fiscalizar mais como está sendo a acolhida desses alunos na escola. Com certeza, Marly, a acessibilidade desses alunos e a inclusão no ambiente escolar são importantíssimas para o desenvolvimento desse ser humano. As instituições Ministério Público e Defensoria Pública estão aí, sim, para cobrar a efetivação dessas políticas, para que haja esse acesso e essa acolhida, de forma adequada. Estava aqui a Promotora Coordenadora do CAO da Educação, e penso que isso, então, é um caminho. Também há a Defensoria de Deficientes Físicos, a Defensoria de Direitos Humanos e a Defensoria da Infância e Juventude. Em várias comarcas, há Defensoria Pública, e, infelizmente, em muitas outras, ela não existe. Contudo, onde ela existe, está de portas abertas para recebê-los.

Ficou faltando uma outra pergunta, mas me comprometo, depois, a respondê-la por "e-mail", se for o caso. Posso respondê-la? A última, então, é do Hélio, que fala sobre as minorias étnicas que são vítimas e pergunta como trabalhar a criminalização sem a redução da idade penal dos jovens e adolescentes das periferias. Infelizmente, as nossas leis são feitas, muitas vezes, para que sejam criminalizados e penalizados os pobres e os excluídos, o que verificamos nas nossas unidades prisionais e nos nossos centros de internação. Contudo, digo que temos, sim, como responsabilizar os adolescentes, no Estatuto da Criança e do Adolescente, porque ele, como foi dito aqui, é uma lei avançadíssima, implementada a partir de uma convenção internacional dos direitos da criança e do adolescente. Ele não é uma inovação, no Brasil, é quase apenas uma repetição dessa norma internacional. Então, devemos buscar a efetivação desse Estatuto e a implementação de medidas socioeducativas nos Municípios, as medidas em meio aberto que não existem na grande maioria dos Municípios. Então, se há uma intervenção imediata após a prática do ato infracional, muitas vezes, conseguimos um efeito e um resultado muito bons, mudando a vida desse adolescente. A internação não será, então, uma solução para esse problema, porque essa é uma medida excepcional que restringe a liberdade, o bem maior do ser humano.

Esse adolescente precisa voltar a conviver em sociedade, e não é ali dentro que ele aprenderá a construir essa vida diferente, apesar de o trabalho nessas unidades ser muito sério - há um trabalho de articulação com a família, de tentar realmente encaminhar esse adolescente. E o tempo do adolescente é muito diferente do tempo do adulto. Para um adolescente, ficar três anos em um centro de internação é muito diferente de um adulto passar três anos preso. Isso é muito tempo, é a perda da adolescência e da juventude. A redução e a institucionalização não trarão resposta. Na verdade, precisamos buscar a efetivação das políticas, como disse, e uma intervenção na vida dessas pessoas desde o nascimento, e não, na adolescência. Depois de não ter havido intervenção alguma, não podemos querer que o Estado dê conta por meio da medida socioeducativa. Obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Dra. Roberta de Mesquita Ribeiro pela participação.

Neste momento, passo a palavra ao Dr. Celso Penna Fernandes Júnior para também responder às perguntas a ele direcionadas.

O Promotor de Justiça Celso Penna Fernandes Júnior - A primeira pergunta é do Matias Ribeiro e fala sobre a responsabilidade do Estatuto na fabricação de delinquentes. Particularmente, discordo, e foi o que eu disse aqui. Acho que o Estatuto não fabrica delincente: os delinquentes existem no Brasil por uma série de outros motivos, mas não por causa do Estatuto. Pelo contrário, o Estatuto combate a delinquência e com muito mais eficácia que o Código Penal.

Quero apenas fazer uma ressalva. Idealizamos política, e, quando vemos campanha política ou quando perguntamos a qualquer pessoa na rua sobre política na educação, todos dizem que ela é a mais importante que existe. Se não é a mais, é uma das mais importantes. Ninguém diz que a educação é secundária, que não precisa de educação. No entanto, estamos aqui na Assembleia discutindo problemas de violência em escola. Isso é porque as coisas não vão bem, temos problemas. Apesar de a educação ser a política mais importante do País, há uma série de problemas. Quando idealizamos política, corremos este risco: idealizamos política, solução e responsabilidade. Precisamos colocar o pé no chão. Estamos falando aqui de rede, e rede é pé no chão: trabalha-se com questões concretas. É preciso largar um pouco os preconceitos, parar de achar que teremos solução mágica, que o problema não tem solução ou que isto é responsável por aquilo, etc. Isso não leva a nada, tanto é que a educação hoje, apesar dos investimentos feitos, não atinge o efeito que queremos, que a sociedade quer e que o governo quer.

Acho que boa parte disso se deve à idealização da educação. Idealizamos, mas jogamos para os outros. Pensamos: "Para mim é importante, mas não sei o que acontecerá lá". É uma política como qualquer outra, há vários setores envolvidos, com interesses contraditórios e legítimos. Precisamos considerar isso tudo quando discutimos educação. Se existe alguma coisa que se destaca como prioridade na educação é a criança e o adolescente. Não sou eu que estou falando, é a Constituição do Brasil que fala isso, que diz que a criança e o adolescente são prioridades absolutas. Na política de educação, se há alguma prioridade, algum setor que se sobressai, algum grupo de interesses que se sobressai sobre outro, é o interesse da criança e do adolescente. Acho fundamental pararmos de idealizar as coisas aqui e pôr o pé no chão.

Quero dar uma sugestão ao fórum e à Assembleia. Vi - e até faz parte do Conselho Estadual de Educação - uma das propostas do fórum, que veio do interior, que é alterar o Conselho Estadual de Educação. Acho que é importante alterar esse Conselho, concordo plenamente. Mas acho que é tão ou mais importante alterar os conselhos municipais de educação - alterar ou criar, não sei, depende do caso -, quem sabe, adotando a mesma fórmula de organização que a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente preveem para os conselhos dos direitos da criança e do adolescente. Há conselho paritário, metade do poder público, e conselho deliberativo. O Conselho de Educação de Belo Horizonte não é deliberativo na política de educação. Acho fundamental a sociedade participar de um conselho deliberativo.

Quem sabe será adotando a mesma fórmula de organização que a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente preveem para os conselhos dos direitos da criança e do adolescente - conselho paritário, metade do poder público, e deliberativo? O Conselho



de Educação de Belo Horizonte não é deliberativo. Acho fundamental a sociedade participar de um conselho deliberativo. Então, quem sabe os Municípios poderão adotar essa fórmula do Estatuto da Criança e do Adolescente para os conselhos de educação - paritário, sociedade civil, poder público, com representação da sociedade. Quem sabe não avançaremos, já que a política de educação é tão importante para a sociedade? Quem sabe avançaremos na discussão de admitir outros setores da sociedade que não apenas aqueles diretamente interessados na política da educação, como o professor, o dono da escola, etc.?

As outras duas perguntas que chegaram aqui dizem respeito à questão de ato infracional, "bullying" dentro da escola. Não me sinto à vontade para dizer o que deve ser feito, porque isso depende de uma outra discussão. Acho que não dá para colocarmos essa questão aqui tão rapidamente. Depois, se as pessoas quiserem me procurar, conversarei com elas. Pergunta: "O que deve ser feito quando a criança e o adolescente praticam atos infracionais e 'bullying' dentro da escola?". Por último, há outra pergunta sobre a questão da religião, das igrejas cristãs dentro da escola. Pessoalmente sou contra a participação de qualquer tipo de igreja, cristã ou não, dentro de escola pública. A escola pública é um espaço onde as pessoas podem manifestar suas religiosidades, mas sou contra essa interferência de doutrina cristã ou não dentro de escola pública. É isso o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos, mais uma vez, ao Dr. Celso Penna Fernandes Júnior a colaboração. Quero informar aos senhores e às senhoras que já estamos chegando ao final desta segunda mesa. Em seguida, passaremos para a terceira, que, com certeza, será mais breve e mais enxuta. Antes, porém, quero ler uma pergunta direcionada ao Presidente da Mesa pela Ten. Grace: "Estamos plantando sementes. Poucas vão germinar agora, no presente. A maioria germinará no futuro, ou seja, o resultado dos trabalhos será mais efetivo no futuro, pois são ações eminentemente propositivas. O governo está preparado para trabalhar com a prevenção e guardar resultados para o futuro?".

Grace, cumprimento-a e agradeço-lhe a participação. A Maria Sueli falou de algumas ações de participação do governo que estão sendo efetivadas e elaboradas. No entanto, gostaria de dizer - e todos sabemos disso - que vivemos em uma sociedade moderna e globalizada. Os problemas que enfrentamos hoje não são os mesmos enfrentados por nossos avós e nossos pais, quando bastava um olhar ou um aceno deles para que a situação se resolvesse. Hoje vivemos em uma sociedade com uma geração totalmente diferenciada. Não temos um modelo pronto e eficaz para ser aplicado no momento, embora tenhamos várias legislações criadas há alguns anos. Acredito que, por meio de discussões, fóruns e ações de todos os segmentos, realizados de forma integralizada, buscaremos no governo apoio para enfrentarmos este momento por que passa não apenas Minas Gerais, mas também todo o Brasil. No entanto, acredito que os projetos apresentados pelo governo, como o Escola Viva, Comunidade Ativa, estão surtindo um efeito muito importante. Também considero bastante positivo o programa Professor da Família, lançado pelo governo. Acho que esse professor poderá trabalhar com as crianças que hoje são vistas como crianças-problema dentro da escola. De agora em diante, ao invés de elas serem expulsas, colocadas para fora da sala de aula, serão entregues à responsabilidade desse professor da família, que vai visitá-las em casa. Então, muitos programas estão surgindo e, com a ação conjunta de todos os segmentos, terão tudo para dar certo.

A Polícia Militar, que é uma representação do governo, está trabalhando com o Proerd e outros programas. Acredito que estamos no caminho certo. Precisamos ter firmeza e trabalhar de forma conjunta.

Quero, antes de encerrar esta fase, ressaltar a importância da participação de todos nos grupos de trabalho, que acontecem amanhã, a partir das 8 horas. O documento de proposta que vocês receberam será discutido nos grupos. Portanto, pedimos a todos que o analisem com atenção e não se esqueçam de trazê-lo para os trabalhos de amanhã.

Agradeço a nossos expositores desta segunda mesa, em nome da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em nome da Comissão de Segurança Pública, enfim, em nome da Assembleia Legislativa, pela grande participação dos senhores e senhoras. Muito obrigado. Estejam à vontade.

2º Painei

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a compor a Mesa para o 2º Painei o Exmo. Sr. Luciano Campos Silva, Doutor em Educação pela UFMG e Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto; a Exma. Sra. Maria Beatriz Costa Pereira, professora e coordenadora do movimento Viva e Deixe Viver; e os Exmos. Srs. Cap. PM Hudson Matos Ferraz Júnior, Coordenador Operacional e Metodológico do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd -, da PMMG; e Jeferson Botelho Pereira, doutorando em direito pela Universidad del Museo Social Argentino, de Buenos Aires, professor de ensino superior, palestrante na área de direito e Delegado Regional da Polícia Civil em Governador Valadares.

Antes de passarmos a palavra aos expositores, a coordenadoria informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia, em fichas próprias distribuídas pelas recepcionistas. As perguntas serão respondidas ao final das exposições, no momento previsto para o debate. Para que possamos organizar o debate, esclarecemos que os interessados poderão entregar às recepcionistas suas inscrições e seus questionamentos durante o transcurso das exposições.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar dos debates. Para isso basta acessar o "hotsite" do fórum técnico, no portal da Assembleia, que é o www.almg.gov.br; clicar em Participe Agora e preencher o formulário para envio das perguntas ou encaminhar suas perguntas pelo telefone 0800-709-2564.

Passamos a palavra ao primeiro expositor, o Sr. Luciano Campos Silva, doutor em educação pela UFMG, para sua apresentação sobre a prevenção e o combate à violência escolar.

Palavras do Sr. Luciano Campos Silva

Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente quero agradecer o convite da Assembleia. Penso que este é um momento importante. O professor universitário geralmente tem uma vida muito solitária; dizem que ele costuma angariar muito mais, durante a vida, bibliografia do que biografia. Realmente é um trabalho solitário, mas tenho tentado, dentro do possível, que a solidão dos gabinetes



das pesquisas não me deixe fora dos debates da área da educação. Por isso sempre aceito esses convites e faço questão de agradecer que tenham suscitado essa saída da universidade, que é tão importante.

Em segundo lugar, agradeço o convite porque este é o momento de deslocarmos a discussão de um tema tão relevante, tão polêmico e tão caloroso de certos lugares, que a meu ver são indevidos, para um palco menos caloroso, mas também apaixonado e mais sensato, com maior número de pessoas vindo de diversas posições e interessadas pela qualidade da educação, sobretudo da educação pública. De forma que acho que fazemos aqui, hoje, um deslocamento interessante. Costumo dizer que mais desconhecemos do que conhecemos sobre violência escolar, porque as informações que nos chegam são geralmente de pouca qualidade. Acho que este debate nos permite qualificar a discussão sobre a violência escolar no nosso Estado.

Penso que é um momento importante também porque, de alguns anos para cá, as pessoas passaram a falar sobre a violência escolar. Eu diria que as pessoas passaram a se entusiasmar com a violência, nem sempre entusiasmadas pela qualidade da nossa educação. A Profa. Miriam já deve ter falado sobre isso pela manhã, mas é unânime no meio científico a defesa da tese de que, embora não possamos negar a violência nas escolas, seja no Brasil, seja no mundo, há uma tendência a se superestimar a violência nas nossas escolas e a se produzir a violência. Isso não é o Luciano que está dizendo, é quase que já um consenso no meio científico. De modo que acho que o risco de negar a violência é grande, mas o risco de inflamar os ânimos, de dizer que a escola é somente o palco da violência e da desobediência, que a escola pública sobretudo é apenas o espaço do não aprendizado, do analfabetismo, de crianças que ficam anos e anos sem aprender nada, de professores ineficientes está dado. Esse risco está dado justamente num momento tão importante para a educação, em que os setores populares finalmente chegam à escola. Convido todos, então, para que este fórum seja realmente em defesa da escola pública, embora em alguns momentos tenhamos que reconhecer que a escola pública tem problemas. Mas reconhecer que a escola pública tem problemas não é dizer que ela só tem problemas. Acho que temos que defender a escola pública.

Vejo muitos colegas da academia, de outros espaços, efetuando uma dura crítica à escola e aos professores. Diria que temos de ter cuidado com isso. Este é o momento em que mais temos de falar “sim” para a escola pública e defendê-la. Às vezes falo com os meus colegas de Universidade que me parece pelo menos um pouco estranho que comecemos a falar em fim da escola, em escola inadequada justamente na hora em que aqueles que sempre estiveram excluídos da chance de estudar estão dentro dela. Sou um defensor da escola, dos professores, pois acredito que nenhuma política pública, seja visando ao aprendizado, seja visando à melhoria, poderá ser eficaz se não passar pelos professores. Um pouco da minha fala será em cima desse ponto.

Quanto àqueles que acusam a escola de ineficiência, que tentam desmoralizá-la, isso é porque muitas vezes eles não dependem da escola pública, até porque já têm os seus títulos de doutorado retirados nessa mesma escola. Aqueles que não defendem a escola pública, além de não dependerem dela, muitas vezes têm medo dela, e ainda há aqueles que não defendem a escola pública porque acham que não podem lucrar com ela. Os interesses são muito variados.

Podem estar perguntando de onde falarei sobre a temática da violência escolar. Sou professor universitário, fui professor da educação básica durante 12 anos da minha vida. É pouco, mas sou um rapaz jovem. O meu lugar de investigação sobre a temática da violência é o lugar de quem vai pesquisar no ambiente da escola, ou seja, tenho desenvolvido pesquisas dentro das escolas, conversando com professores, com alunos e, muitas vezes, com as famílias dos alunos. Quando vejo os colegas falarem do chão da escola, digo para eles que não estou mais no chão da escola, mas tenho o prazer de dizer que pesquiso o chão da escola. Então, é o lugar de um pesquisador que não condena trabalhar com números, com estatísticas - trarei dados, pois tenho desenvolvido esse tipo de pesquisa também -, mas, sobretudo, de um pesquisador que tem investigado as práticas dentro de sala de aula. Acho importante ver como a escola efetivamente funciona. É um pesquisador que, embora lide com o tema da violência, está muito preocupado com um tema que é correlato e quase não tem visibilidade, quase não aparece na televisão, quase não somos convidados a ir a algum lugar para falar disso. Refiro-me à temática da indisciplina no espaço da sala de aula. Falarei disso daqui a pouco. Enfim, aqui está um pesquisador que não lida diretamente com as mortes nas escolas, com os assaltos, mas sobretudo com aquilo que a professora chamou, de manhã, de microviolências e com aquilo que não categorizo como violência, que são as formas de indisciplina dentro do espaço escolar. Então, é esse pesquisador que falará um pouco com base em suas pesquisas.

Vinte minutos para falar sobre esse tema é pouco tempo, mas temos de usá-lo para dar o recado que entendemos mais importante. Portanto, o meu exercício foi ler as propostas que vocês fizeram nos vários fóruns regionais, pensar nas pesquisas que tenho realizado, que outros colegas, até em outros países, têm realizado comigo ou sobre o mesmo tema e pensar no recado que quero dar, que convicções tiro dessas pesquisas para falar para este grupo tão seletivo que está aqui na base da formulação das políticas públicas.

Tenho selecionado algumas coisas que nos ajudam a pensar, a prevenir e a combater a violência. Prevenir é importante porque prevenção é sempre uma antecipação, mas não podemos negar o combate. Sempre trabalhamos com dicotomias: ou a polícia tem de estar na escola ou não. Pergunto se ela tem de estar, quando e para quê. Temos de entrar nesse acordo. Podemos combater a violência e preveni-la. Uma das melhores formas de combate é exatamente prevenindo essa violência.

Defenderei pontos de vista oriundos de pesquisas que tenho realizado, os quais não são tão habituais. Podemos prevenir a violência no espaço escolar de duas formas. A primeira delas seria criar um ambiente escolar organizado, disciplinado, seguro e voltado para a aprendizagem e a boa convivência. Estamos convencidos de que, sem um olhar para esse ambiente escolar, sem um olhar para a organização desse espaço, para a vigilância, não com câmaras, mas feita por professores e profissionais, não conseguimos falar em prevenção de violência ou indisciplina. Nossas escolas estão muito desorganizadas, largadas, com muitas atividades extras que as impedem de exercer as atividades fundamentais. Essa é uma forma de prevenir a violência nas escolas, ou seja, organizando a sua gestão, o seu cotidiano. Outra forma seria prevenir comportamentos perturbadores menos graves e menos visíveis. As pesquisas têm apontado claramente que grande parte dos comportamentos violentos só se tornam possíveis em espaços onde existe frequente descumprimento de regras simples. Nossas escolas são marcadas por comportamentos simples, fortuitos, invisíveis, que chamo de indisciplina e que pode resultar em casos mais graves. Eu poderia demonstrar dados de um ambiente escolar em que um simples problema comportamental gera conflitos entre professores e alunos e até violência. Combater comportamentos menos graves, de



menor importância e visibilidade é uma chave para prevenção de comportamentos mais sérios. Como várias pessoas disseram, o efeito educativo é muito bom, pois começamos a agir justamente quando o sujeito está cometendo atos pequenos. Estamos diante de diversos policiais que sabem que ninguém resolve assaltar um banco do dia para a noite e se tornar um criminoso. A escola cumpre muito esse papel de levar a criança a situações de que não gostaríamos - simples comportamentos, pequenos desacatos e pequenas desautorizações. Combater isso na sala de aula é combater a violência ou as situações que podem causá-la.

Permito-me fazer algumas sugestões mais abrangentes, como a necessidade urgente de não confundir violência e indisciplina no espaço escolar, no espaço policial e nos outros espaços que trabalham em rede com a escola. Em 2006 defendi uma tese com um texto robusto que utilizava a literatura internacional e mostrava a existência dessa confusão. Agora, as pessoas começam a ver que eu estava certo, que essa confusão não pode existir. Não que seja fácil distingui-la, mas é possível. Isso é a chave para sabermos o momento de chamar a polícia ou a família. Distinguir esses fenômenos, dar-lhes visibilidade, dizer que o que acontece em sala de aula e é simples tem de ser visto pelos professores, pela escola, enfim, pela Secretaria de Educação. Isso é importante porque, como diz um criminoso, as coisas começam com atos pequenos, o grande delito começa com pequenos delitos.

Indisciplina e violência têm causas diferentes. Portanto, é preciso olhar para elas de forma diferente. Um menino que cometeu ato de indisciplina uma ou duas vezes pode tornar-se professor; um menino que começa a cometer casos violentos tem de ser olhado de outra maneira. Então, distinguir esses fenômenos é importante.

Singularidade dos sujeitos envolvidos: não são os mesmos sujeitos que estão envolvidos em um ou outro caso. Exigência de intervenções diferenciadas: cada caso exige um tipo de intervenção.

Queria mostrar como a indisciplina é importante, pois estou fazendo um estudo quantitativo. Em toda Minas Gerais, quando se pergunta aos alunos com que frequência o professor deve esperar muito tempo até que os alunos façam silêncio, 50% deles dizem que em toda aula ou na maioria delas. Ou seja, os dados mostram que metade dos alunos que cursam a 5ª série em Minas Gerais dizem que seus professores não conseguem começar a aula, porque os alunos não deixam. Esse é um fenômeno relevante, como é relevante, guardadas as devidas proporções, como também é complicado um tiro dado em uma sala de aula ou em uma escola.

Chamo a atenção para mais uma coisa na indisciplina: vejam os itens I, II e III da indisciplina por faixa. Coloquei a proficiência, o resultado dos alunos em Matemática e em Português. O número I mostra a escola em que, segundo os meninos, há pouca indisciplina. Estou falando de indisciplina, e não, de violência. O III mostra a escola com muita indisciplina. Vejam que, de um extremo a outro, há uma diferença de 24 pontos em Português e 29 em Matemática, ou seja, um ambiente indisciplinado, com pequenos problemas, faz cair o rendimento dos nossos alunos. Por isso é preciso haver visibilidade e atenção para esses fenômenos.

Outra proposta é a necessidade de ações que visem zelar pela integridade, autoridade, respeitabilidade e trabalho do professor. Dizemos que a escola deve ocupar um papel central neste país, que o professor deve trabalhar, que o professor tem importante papel na formação da cidadania, mas pouco o valorizamos, pouco dizemos que o professor deve ser tratado com respeitabilidade. É preciso falar, sem ter vergonha. É necessário que o professor tenha autoridade, é necessário que os órgãos externos ajudem-no a lidar com questões que envolvam sua autoridade, é necessário que o professor que esteja com 40 crianças na sala seja respeitado. E aí chamo a atenção para um fato: quando vamos às periferias e aos bairros mais pobres, o professor quase sempre é o único profissional que esses jovens conhecem com curso superior, que estudou e escolheu uma vida que passa pela escola. Eles olham para esse professor e sentem dó, como os alunos nos têm dito nas pesquisas. Então, devemos recuperar a dignidade desse profissional que está dentro da sala de aula, e isso passa por ele, pelos órgãos públicos e pelos órgãos que podem ajudar o professor. Como exemplo, cito o brilhante papel da Guarda Municipal, que acompanho mais de perto.

Além disso, é preciso haver um tempo para o investimento do professor, um tempo para planejamento. O professor deve respirar ao sair de uma sala de aula. Falamos tanto em mediação de conflito, mas como o professor mediará conflito saindo de uma sala e entrando em outra? Devemos acompanhar mais a rotina de um professor. É importante haver tempo para planejamento, tempo para conversar, tempo para conhecer seus alunos, pois o professor não os conhece. Costumo dizer que, hoje, o professor tem um monte de conhecimentos culposos. Ele sabe que o pai do menino foi preso, mas não se esse aluno escreve bem, apesar de ser professor de Português, pois tem que corrigir não sei quantos trabalhos e não consegue nominar e reconhecer as letras. Essa é uma discussão urgente.

Outra proposta é a necessidade de ações que visem construir um clima relacional e de aprendizagem assente nas regras, na responsabilidade, no respeito e no diálogo. O professor deve recuperar sua autoridade, mas temos visto em pesquisas que hoje autoridade funciona somente se for dialogada. É preciso haver uma autoridade que responsabiliza, mas respeita os jovens. Os jovens querem ser respeitados, e, quando o professor respeita, sendo exigente, os alunos nos têm dito que esse professor se importa com eles. Em quantas pesquisas o aluno diz: "Aquele professor que desistiu de nós é aquele que não liga mais, que não coloca regras, que nos abandonou". É necessário investir num clima escolar baseado na regra, no respeito e na exigência. Exigir do professor, sim. Cobro muito dos professores isso, mas é preciso exigir dos alunos e dos pais.

Por fim, para encerrar, apresento a quarta proposta, que é muito simples e já foi citada hoje.

Quando falamos sobre redes e envolvimento de outros órgãos, deveríamos estar muito atentos ao que chamo de casos persistentes. Nossos alunos não são todos bagunceiros nem violentos, pois há aqueles que estão muito bem – e obrigado – na escola, estudam e a adoram. Agora, há os casos persistentes. Do ponto de vista da violência e da indisciplina, os nossos esforços deveriam se voltar sobretudo para esses estudantes. Precisamos buscar uma rede de proteção para eles, pois a escola não tem dado conta justamente desses casos que são muito persistentes.

Para finalizar, espero que este fórum seja realmente um espaço de valorização da escola e que não falemos do fim da escola, mas, sim, do começo de uma escola republicana no Brasil. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".



Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Boa tarde a todos e a todas. Assistiremos agora à exibição de um vídeo com um depoimento sobre o projeto Valores Humanos na Música, experiência exitosa no combate à violência no ambiente escolar.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Neste momento, temos a alegria de passar a palavra para a Sra. Maria Beatriz Costa Pereira, professora e coordenadora do movimento Viva e Deixe Viver, para a sua exposição sobre o tema.

Palavras da Sra. Maria Beatriz Costa Pereira

Boa tarde! Os senhores não podem imaginar a emoção que estou sentindo de estar aqui, hoje, pois é um trabalho de 12 anos só com esse projeto – aliás, um trabalho solitário na minha parte, porque, quando chego à escola, ele se multiplica. Na verdade, o que me habilita a estar aqui são os meus 37 anos de experiência nas escolas. Sou pedagoga formada pela UFMG. Durante todos esses anos, trabalhei em escolas públicas difíceis, localizadas em bairros pobres como Parque São João e Ressaca, em Contagem, e, no final da minha experiência e carreira, numa escola particular de ensino médio na região do Alípio de Melo.

Então, a minha experiência é grande em relação à escola, à criança, ao jovem. Mas o divisor de águas que me fez pensar mais ainda numa coisa com que sempre me preocupei, que é o ser humano, foi algo que aconteceu na minha vida, e alguns de vocês me acompanharam. Foi em 1999, quando minha filha, médica, Dra. Flávia Costa Pereira, indo para o Hospital Odilon Behrens num domingo, às 6h15min, bateu o carro e dois dias depois faleceu. Nesse momento é que o ser humano realmente é testado na sua capacidade de enfrentar os fatos. Hoje sei que é conhecido com um nome chique, “resiliência”, em que você se curva igual a um bambu, mas volta. E, do fundo daquele poço, eu tinha de encontrar um motivo para viver, para voltar a ser feliz.

Como educadora à época, trabalhando com adolescentes, eu pensei: gente, na escola, todas as vezes em que acontece alguma coisa muito triste e difícil com nossos alunos, sempre os levamos a pensar que toda situação tem lado positivo e lado negativo. E qual será o lado negativo dessa história? E fui percebendo, pela comoção da população à época, por uma jovem médica perder a vida por causa da embriaguez de outro motorista, então pensei que isso não poderia ficar daquela forma. Então comecei, naquele dia, a pensar sobre um movimento. Daí surgiu o Viva e Deixe Viver. Na verdade, ele surgiu de uma música de que minha madrinha falou quando eu disse a ela que estava montando um movimento e pensando no seu nome, e ela disse: “Olhe, Pe. Zezinho tem uma música que fala assim: ‘Diante de ti ponho a vida e ponho a morte, mas tens de tentar escolher. Se escolhes matar, também morrerás; se escolhes viver, também viverás; então vive e deixa viver’”. Foi daí que surgiu o Viva e Deixe Viver. Aliás, eu soube recentemente que há uma ONG em São Paulo com esse nome. Lá é ONG, o meu é movimento. Outro dia brincaram na comissão: “Movimento de uma só”. Lá eles contam histórias para as crianças nos hospitais, uma tarefa lindíssima. O meu movimento, o que foi? Vamos ver, vou distrair vocês um pouquinho. O último vídeo apresentado foi excelente para justificar. Então, vamos ver se vou sensibilizar vocês com a apresentação.

Gostaria que ligassem a música. Eu ouvi essa música dezenas, centenas de vezes, porque eu queria fazer alguma coisa com os alunos da escola. Primeiro, era a minha escola, e essa música de Marcus Viana, este mineiro maravilhoso, trouxe a mim a ideia de um projeto em que o ser humano estivesse no centro. Não importa a idade, porque hoje esse projeto está tanto nas creches como nos asilos. O ser humano necessita constantemente de ser amado, de ser visto, de ser olhado com amor, com carinho. Hoje, tantas vezes eu tive a felicidade de, nesta mesa, ouvir pessoas falando: “Cuidado, procure ver, procure enxergar, veja aquele aluno que está na sua frente. Olhe-o com amor. Não deixe que a sua dificuldade cresça com ele”. Essa música tem dois nomes: quando orquestrada, chama-se “Tema da Vida” e, quando cantada, chama-se “Neomágica”. Daí, ao escutar essa música, foram surgindo estes anéis que estão na gravura, porque eu precisava trabalhar esse ser humano para chegar à sua riqueza, representada ali pela cor amarela, que é o âmago do ser humano, os valores morais tão bem falados aqui, hoje. São valores, são virtudes do ser humano que fazem com que ele se torne um ser humano mais humano.

Meu tempo está acabando, e a Dra. Míriam já falou que professor fala demais. Pessoal, esse foi o primeiro projeto. Vocês o verão na tela. Esse trabalho é voluntário. Sou muito grata a Deus por estar aqui, por ter a oportunidade de divulgar para todas as regiões de Minas Gerais que existe algo bem simples, uma pequena possibilidade de ajuda para vocês. Vimos hoje que temos de dar as mãos, mas já existe alguma coisa bem palpável e concreta. Professor tem mania de ser muito imediatista. Ele diz: “Vocês falaram isto e aquilo, mas o que tem de concreto?”. Logo o “site” vai aparecer, e vocês poderão abri-lo e ver que temos 10 projetos prontos para serem usados.

O nome do projeto é Viva e Deixe Viver. A cada ano fui desenvolvendo uma temática diferente com base naquela primeira perspectiva que vocês viram ali, com o objetivo de desenvolver, de despertar o autoconhecimento. Quando uma pessoa se conhece sabe das suas dificuldades e qualidades e começa a aprender a lidar com isso. Na escola em que eu trabalhava vivenciei, por quatro anos, o efeito desse projeto na sala de aula. Lá o aplicávamos uma vez ao mês, mas os professores tinham uma fala específica. Ah, falei nos professores. Vou às escolas por solicitação do Supervisor ou do Diretor. Não cobro nada por isso. É um trabalho voluntário. Só peço que me levem e tragam para casa. Muitas vezes estou na Citrolândia, na Serra e em tantas escolas no meio de ambientes difíceis e, se chego com alguém da escola, posso não ser estranhada. E, nessa minha experiência de ida e vinda, vejo que o grupo que, em um primeiro momento, está mais precisando trabalhar consigo mesmo, que mais precisa autoconhecer-se, valorizar suas qualidades e despertar sua sensibilidade é o dos professores. Aliás, uma vez, em uma escola de Contagem, ao final da minha fala, uma professora disse: “Beatriz, você falou que temos de gostar dos nossos alunos, mas como vou gostar deles se não gosto nem de mim?”. Ela foi completamente sincera.

Então, esse projeto está aí à disposição de vocês. Podem acessá-lo e verão que comecei com as virtudes.

É importante esclarecer que não se trata de um projeto religioso. Com minha experiência em escolas, eu sabia que não poderia privilegiar nenhuma tradição religiosa porque assim eu estaria excluindo alunos da sala de aula. Então, fui buscar minha inspiração no livro “Pequeno Tratado das Grandes Virtudes”, do Sponville, e descobri que aquele amarelo que vimos há pouco, aquele ouro, a



riqueza do ser humano está nas virtudes, que o transformam em uma pessoa com um lidar mais solidário, amoroso e equilibrado, ciente de que tem de aprender e modificar muitas coisas, mas tem uma vida pela frente.

Então, “Virtudes do Ser Humano” começa sempre com histórias, crônicas e músicas. Vocês devem ter gostado da música que coloquei aqui. Nas escolas, testo os professores perguntando se se arrepiaram ao ouvir uma música. Sempre há uma turma que diz “não”, ao que respondo que sua sensibilidade vai mal; precisamos pôr violinos na sala de aula! Sabem por quê? As pessoas vão sofrendo e vão se colocando em redomas de vida: “Aconteceu com ele, mas não foi comigo”. Peguei-me perguntando isso no dia seguinte ao acidente da minha filha: por que aconteceu comigo? Graças a Deus, não fiquei nem 5 minutos nessa indagação. Em primeiro lugar, porque não saberia a resposta. Em segundo, porque poderia ser com a filha do meu irmão, do meu vizinho, do meu amigo ou, de preferência, de alguém que eu não conhecesse. Gente, a violência está em todos os lugares, e uma das propostas desse projeto é aprender a ser feliz apesar das dificuldades por que você estiver passando. A ideia é fortalecer os nossos meninos, porque a vida não está nem é fácil.

Assim, vocês verão no projeto: “Aprendendo a Conviver” e “Aprendendo a Ser Feliz”, sempre iniciando com histórias e depois abrindo para o diálogo. Não foi o que pediram? Diálogo, tempo para cada um se expressar e falar das dificuldades que tem para conviver e amar! “Amar Se Aprende Amando” - gente, por meio desse projeto, estamos ensinando nas salas de aula os meninos a amar! Nossos meninos estão de tal forma arredios que, quando chegamos perto de um deles para abraçá-lo, ele se arrepiava como um gato: o que é isso, professora? Ou, como dizem na gíria, “me tira”. Ou seja, não quero amar porque já estou muito decepcionado com o amor. Assim, temos de mostrar a eles que o que vale é o que fazemos, não, o que recebemos em troca; que o importante na vida é fazermos a nossa parte.

Vocês verão no projeto “Encantados pela Natureza” que, ao trabalharmos o amor das pessoas, falamos, por exemplo, na valorização do ipê amarelo. Fiz uma palestra em um lote em frente a uma escola em Neves - no Bairro Florença, se não me engano -, onde havia um ipê amarelo florido. Perguntei aos professores se haviam dado aula para os meninos ali. “Onde, Beatriz?” Respondi: debaixo do ipê amarelo. Vocês mostraram aos meninos a beleza que é olharmos um ipê amarelo de baixo para cima? “O quê? Tem ipê lá?” Ou seja, não estão vendo. E esse amor pela natureza é muito importante. Não estamos pedindo crianças mais ecológicas? Esse amor pelo ipê é isso. Vendo o projeto, vocês vão dizer que a Beatriz enlouqueceu, porque lá peço que admirem a gota de orvalho em uma grama, um capim. Vocês vão dizer que a Beatriz pirou. Pirei, mesmo. Sou uma pessoa sonhadora e acho que, no dia em que o educador deixar de sonhar, está na hora de sair da escola e abrir um carrinho de pipoca ou de sanduíche, porque ele é responsável pela formação desses meninos. Disse o mesmo, em Ponte Nova, para os estudantes que se formavam na licenciatura de Português: “Vocês não sabem que professor ganha mal? Vocês estão a fim de amar o filho dos outros? Porque, se não estiverem a fim, então vão vender roupa, que dá muito mais dinheiro, ou vender pipoca e sanduíche com carrinho. Formandos, saibam que a função do educador não é função, é missão divina”.

Aí vem o projeto “Despertando o 'Homem Bom' Que Existe entre Nós”, que trabalha a solidariedade começando por nós. Nesse projeto, faremos uma faxina com esses meninos. Vocês dirão: “Beatriz, você enlouqueceu? Faxina com meninos de 7, 8 anos?”. Verão que há um projeto dos jovens, dos adultos e das crianças. Responderei que vou, sim, mas sabem por quê? Conversando com a minha netinha de 3 anos, às vezes ela me fala: “Vó, estou com muita raiva daquele meu coleguinha”. Ou seja, desde pequenininhos já estão crescendo dentro dessas crianças sentimentos que não são bons e que não deveriam estar sentindo.

Depois vem o projeto “Aprendendo a Perdoar”. Este, então, quando chego na escola, falo o seguinte: “Professores, daremos atividades aqui, contaremos histórias, cantaremos músicas e mostraremos a estes meninos o quanto é importante perdoar o pai, perdoar a mãe e perdoar o colega”. Eles dirão: “Mas é impossível perdoar. Isso é coisa de Deus”. Digo-lhes: “Não. Perdoar não é fácil, mas é possível”. Didaticamente provo, por meio de todos os encontros, que é possível.

Por fim, o projeto deste ano de 2011: “As Mãos Que Oferecem Flores Ficam Sempre Perfumadas”. Nesse projeto, trabalho o coração que vê, a caridade e tento trabalhar crianças e jovens para o trabalho voluntário. Ver o outro, chegar no outro sem que esse outro chegue até você, sem que ele lhe peça, mas, sim, porque o seu coração viu e sentiu que ele precisava de ajuda.

Para o ano que vem, já estou montando um projeto, mas quem quiser me mandar sugestões, agradeço, pois levo um ano selecionando as histórias dele. Afinal, conheço muito bem nossos alunos, e, se eu puser histórias bregas, eles ficarão zoando com os professores. Duvido. Apliquem alguma história desse projeto na sala de aula para verem se várias crianças ficarão muito sensibilizadas e se você, professor, até irá chorar por causa daquilo que será trabalhado. Todos terão oportunidade de falar de suas dores, de suas angústias e dos seus medos, mas também perceberão: “Puxa, professora, eu consigo perdoar”.

“Convivendo em Família” é o que estou planejando para o ano que vem. Vamos dialogar com esses meninos, porque, se eles não conseguirem agora, como filhos, iluminar as suas casas com algumas luzes de perdão, de concordância, de tolerância e de humildade para aceitarem alguma coisa, não faz mal. No entanto, um dia eles serão mãe e pai, e aí coloco a minha esperança e meu sonho de que teremos famílias ninhos e que de lá sairão crianças prontas para viverem a vida aqui fora, neste mundo tão violento.

Peço a Deus que ilumine cada cabeça aqui presente e que muitas das medidas que este fórum trouxer sejam além da parte de todos – de polícia, de limites, etc. – e possam ajudar essas crianças em suas dificuldades, em suas emoções e em seus sentimentos. Muito obrigada.

Rapidamente gostaria de dizer que estarei aqui todos os dias, até quinta-feira, participando com vocês. O “site” está lá para quem quiser maiores detalhes. Contem comigo. Estou à disposição de vocês. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides” e à apresentação de música.

O Sr. Presidente - Agradeço a belíssima palestra da Profa. Maria Beatriz Costa Pereira. Quem conhece o trabalho da Profa. Beatriz sabe que ele faz a diferença em todo local. O Parque São João é um exemplo disso. A comunidade de lá tem profundo carinho, e esse exemplo da Beatriz é fundamental. Ela é alguém que perdeu uma filha e procura preencher o vazio que há em seu coração - natural, quando se perde um ente querido - cuidando do outro. O ser humano sempre depende do outro, e cuidar do outro é, sem dúvida nenhuma, a melhor forma de construir uma cultura de paz. Belíssima palestra, Beatriz.



Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Neste momento, assistiremos a mais uma exibição do vídeo com depoimento sobre uma experiência exitosa no combate à violência no ambiente escolar.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Para mais informações sobre esse vídeo e o relevante projeto, é só acessar o “site” www.iveminas.blog.br.

Neste momento, tenho a honra de passar a palavra ao ilustríssimo Sr. Hudson Matos Ferraz Júnior, Capitão da PMMG, Coordenador Operacional e Metodológico do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd. A Polícia Militar foi uma parceira fundamental para a realização deste importante fórum técnico, com presença em todas as etapas do fórum e, mais uma vez, com a brilhante presença e contribuição aqui nesta etapa final. Estar ao lado da Polícia Militar é sempre uma honra e um prazer muito grande para todos nós. Com a palavra, o nosso Cap. Hudson Matos Ferraz Júnior, para sua exposição.

Palavras do Cap. PM Hudson Matos Ferraz Júnior

Sr. Presidente, integrantes da Mesa, Profa. Beatriz, com quem é uma honra compor a Mesa, por ser ex-aluno de ambientes escolares, ouvimos com muito entusiasmo a sua fala. Agradeço a gentileza do convite da Casa, em nome do Comando da Polícia Militar de Minas Gerais. É sempre uma honra estar aqui, contribuindo para que a sociedade discuta, não a respeito da violência, mas da cultura de paz, e tentarei mostrar como a Polícia Militar trabalha para isso.

Trabalho na Seção de Protagonismo Infanto-Juvenil de Prevenção às Drogas. Ali está o nosso “e-mail” e telefone. A Polícia Militar é reconhecida por sua característica doutrinária, estabelecendo procedimentos de atuação. Recentemente foi desenvolvido um documento que regula o emprego da Polícia Militar em todo o Estado, que passa pelo convite da escola. Não entramos na casa das pessoas sem pedir licença, e a escola é um ambiente de respeito em que, quando convidada, a Polícia Militar desenvolve algumas ações de produção de conhecimento desse espaço para definir ações de intervenção e prevenção. Nas ações de intervenção, temos o policiamento escolar, que interage com esse espaço, e um arcabouço de outros serviços.

O policiamento escolar consiste em um conjunto de práticas devidamente estruturadas para o ambiente, com programas e serviços baseados em evidências científicas, cuja destinação principal é a proteção de pessoas, das nossas crianças, com a linguagem de acordo com a necessidade local. Cada escola tem uma cultura e uma necessidade a ser adaptada.

Trabalhamos com o Proerd, com o programa Jovens Construindo a Cidadania, com a Patrulha Escolar, que é um referencial antigo, e com o Conselho de Segurança Escolar, uma referência. Nessa questão disciplinar, é essencial o estabelecimento de referenciais com a cultura dos pais, com a família e os educadores.

O serviço praticado pelo Proerd é um dos serviços de polícia comunitária orientado para o problema das drogas. O seu alicerce é um esforço cooperativo, que envolve a família, a escola e o Estado, por meio da Polícia Militar. Esses atores estabelecidos buscam dotar o jovem de formação adequada e resgate de valores para ter o melhor referencial para seu crescimento e tornar-se melhor cidadão.

Isso impacta na atividade de polícia e na comunidade. Tenho certeza de que muitos de vocês já observaram isso na presença do policial. Ele empondera jovens com informações para que possam definir a postura que adotarão futuramente. Não será somente a Polícia Militar, a escola ou o pai quem definirá isso, mas chegará o momento da autonomia em que ele deverá fazer boas escolhas.

Esse programa estabelece relações positivas entre o jovem, que tem uma cultura própria, e a comunidade escolar. O policial passa a ser visto como servidor, e não como aplicador da lei. Isso é uma coisa sem precedentes para a Polícia Militar. Servimos, e a criança nos procura até mesmo para dar um autógrafa ou tirar uma foto. Isso é uma honra sem igual, renova nossa vontade de melhor trabalhar para a educação. É muito legal. Replica informações e políticas públicas sobre drogas e abre o diálogo, o que é essencial em uma cultura de paz. É disso que nos esquecemos. Nós, mineiros, falamos “dedo de prosa”. Está faltando exatamente isso. Sentar, conversar ou não sentar e ir para portas de escolas, bater um papo, estabelecer procedimentos. Entretanto, falta os atores se apresentarem. Há vários atores, mas o diálogo não é estabelecido, e o Proerd oportuniza isso. No Proerd, os policiais são voluntários. Para desenvolver atividade de programa de prevenção tem de haver um policial diferenciado. Então, o voluntariado é uma obrigação no perfil do policial, que passa por um treinamento de 80 horas. É preciso ter uma postura adequada para o ambiente escolar, uma visão diferenciada. Essas coisas são trabalhadas durante o curso. Trata-se de um curso exaustivo, sob a supervisão da Sra. Grace, nossa Supervisora Pedagógica, que trabalha comigo todos os dias. É uma honra trabalhar com ela. O policial muda a postura, porque é uma exigência do ambiente escolar, e passa a desenvolver o programa por um semestre letivo. Esse reconhecimento, essa conspiração, essa mobilização é tão importante, não apenas para a comunidade, mas também para o policial, que ele passa a ter uma nova postura, a postura de educador. Não estamos em sala de aula - onde só entramos quando há convite das escolas - para ser professor. Pelo contrário, estamos ali para apoiar o projeto pedagógico estabelecido pela escola. Esse reconhecimento cria uma nova sistemática e uma nova postura de polícia. Ao longo desses anos, a Polícia Militar vem crescendo, se aperfeiçoando e entendendo melhor o seio da sociedade, da qual saímos.

Trabalhamos sob referenciais. O que está demonstrado ali é muito interessante para os educadores. A principal referência de zero a cinco anos são os pais, os nossos familiares. Há um segundo momento de referencial, em que a criança e o jovem são expostos ao ambiente escolar, em que passam a ter uma paixão pela escola. Entretanto, o terceiro momento é que nos preocupa, porque é nesse momento que há o aliciamento dos nossos jovens, na idade de 9, 11 anos, na pré-adolescência e na adolescência, quando ele busca novos referenciais. Gangues e traficantes aproveitam esse momento de busca de referenciais para aliciar nossos jovens e crianças.

É pensando nisso que atuamos com o programa, que é uma ação continuada do Estado, desde os anos iniciais até a fase adulta. Há um currículo para cada momento. Há cinco currículos no Proerd: o currículo para educação infantil, que não trabalha sobre drogas, e, sim, sobre resgate de valores, referenciais de segurança, como atravessar uma rua. Há também o currículo-base de 9 a 11 anos, destinado a crianças, em que trabalhamos valores, resgastes e falamos também sobre drogas. Existe o currículo educacional para adolescentes, para o ensino médio e para os pais. Às vezes, os nossos pais se esquecem de como desenvolver o diálogo. Durante um curso, de cinco encontros, com duração de 2 horas, é trabalhado isso com os pais. Então o Proerd vem se estruturando no Estado



desde 1998 e chegou a esse patamar de atendimento. Este é um dado estatístico de 2010: na educação infantil, do 1º ao 4º ano, 36 mil crianças foram atendidas; crianças, do 5º ano, 1.480.000; adolescentes, 394 mil; e 13 mil pais, que passaram pelos nossos currículos. Foram mobilizados para estarem conosco, com a escola, com os educadores para desenvolverem ações preventivas. Isso tudo equivale a cerca de 2 milhões de pessoas que passaram pelo atendimento do Proerd, que é o maior programa de prevenção do Estado. É uma honra para nós estarmos presentes e desenvolvermos essas ações. Já passamos desse número. Este ano, salvo engano, estamos em 2.190.000 pessoas que passaram por ele, de forma bem simples e humilde, com formações qualificadas e trabalhando com a família, a escola e os jovens policiais. Isso é muito bom para nós e impacta na relação do consumo. Esses são alguns dos fatores que alteram a relação de consumo de drogas. O Proerd age em cada uma dessas frentes que fomentam o consumo de drogas. Com esse trabalho, melhora-se a autoestima.

Sr. Deputado, um policial do Proerd devidamente treinado faz a segurança de mil crianças. São mais de 10, 15 ou 20 escolas e um policial, que trabalha com respeito, conhecimento, mobilização e alegria. Isso não tem precedentes e valoriza a autonomia a ser buscada pela escola, como apoiadora desse projeto, pelo jovem e pela família. Esta está sendo chamada a voltar àquilo que é sua obrigação, porque onde não há orientação familiar existem impactos na escola e demanda de serviços de polícia, e não é bem isso que queremos. Temos reconhecimentos internacionais, o Proerd está presente em 58 países do mundo. Mais de 36 milhões de jovens já passaram por ele. O nosso Estado é o segundo maior em atendimento do Proerd no País, é uma referência reconhecida por vários sistemas de prevenção. Minas Gerais é um centro de treinamento internacional reconhecido desde 2005. Ou seja, fora dos Estados Unidos, em 58 países do mundo, só existem 9 centros de treinamentos, sendo Minas Gerais uma referência internacional, bem mineira. Gostamos de deixar essa chancela bem ali guardada.

Esta é uma formatura de apenas 5 mil jovens que passaram pelo Proerd. Esta é uma figura representativa. Este é um policial da Rotam cercado por jovens para tirar essa foto. Vejam o serviço de polícia. Esta é a essência da Polícia Militar: trabalhar a prevenção e o resgate de valores, sendo um referencial quando chamado.

Temos também outros serviços. Falamos sobre o Proerd, mas não podemos esquecer que temos mais e mais serviços. Quanto mais ações no ambiente educacional houver, eu ainda acho que é pouco. Devemos ter vários atores com propostas pedagógicas e, para isso, há o programa Jovens Construindo a Cidadania, um projeto de polícia comunitária em que o jovem é trabalhado em momentos pontuais. Com esse resgate de cidadania, então, o jovem é chamado à autonomia e se cria um ambiente escolar muito mais saudável, com a participação do professor, o nosso referencial. Não podemos esquecer o nosso referencial: o educador. Estando presente a Polícia Militar, trabalhamos mobilização, resolução de problema e protagonismo e se cria um grupo de alunos que fomentarão a segurança da escola. O policial servirá como orientador. Ele entra, orienta e, para esses jovens que já têm um perfil, desenvolve mais ações.

Então, são gerados alguns passos para se instalar o JCC, conseguir o apoio da escola, agendar a visita e estabelecer procedimentos. Tudo é sistematizado, e isso leva a vários componentes. Nove componentes são trabalhados pelos jovens, como relatório sobre atividades que possam impactar na questão de crime, resolução de conflitos e mediação que falte. O jovem deve saber relacionar-se, pois essa é uma necessidade de crescimento.

Há também os projetos de ações e outros que não podemos mencionar, em razão do curto espaço de tempo. Estando presente, o JCC também gera absurdos impactos: estimula a comunidade, há o referencial da escola, melhora o ambiente escolar e fortalece a família escolar e o Estado. Há algo de que me esqueci na questão do Proerd: com ele, o JCC e o policiamento escolar, estamos em 4 mil escolas do Estado, como convidados. Não estamos dando conta porque há mais convites e mais necessidades sendo desenvolvidas. O JCC tem 341 educadores e 60 mil pessoas assistidas.

Este é um quadro-resumo. Temos 700 policiais que atendem, por ano, 250 mil jovens. A Patrulha Escolar é o referencial de 167 cidades, onde já existem 28 Conseps Escolares, em que a sociedade foi chamada a se organizar para definir situações de disciplina, regulamentos e posturas a serem adotadas. O Proerd está presente em 543 Municípios.

A Polícia Militar, dentro dessa preocupação, vem se aperfeiçoando cada vez mais. Há, no resumo, mais de mil policiais na atividade preventiva em ambiente escolar devidamente qualificados, que trabalham em conjunto com os educadores e estabelecem procedimentos antes e durante a atuação preventiva. Depois dessa atividade, abre-se uma porta, senhoras e senhores, absurda para outras ações preventivas. É uma capilaridade sem igual, e não discutimos somente violência. Precisamos trabalhar valores, disciplina. Estamos conversando sobre essa necessidade de regras, de combinados. O Proerd, por exemplo, desenvolve combinados que são aceitos pelos jovens; eles mesmo estabelecem os nossos combinados, como levantar a mão para fazer uma pergunta, esperar uma pessoa falar para depois se manifestar. São regras que aprendemos com vocês, educadores, e que estiveram, em algum momento, perdidas.

A Polícia Militar fala com muito entusiasmo a respeito de seus programas de prevenção. Colocamos os nossos serviços à disposição de cada uma das senhoras e de cada um dos senhores, à disposição de cada integrante deste fórum para trabalharmos juntos em prol de nossas crianças, dos nossos jovens e da nossa família. Com muito entusiasmo e alegria estamos presentes, quando somos chamados, em mais de 4 mil escolas. Temos esse reconhecimento, mas também temos nossa perspectiva de atuação, temos procedimentos e respeitamos a família. E é por meio dessa família que solidificaremos nossas crianças, o crescimento, a cidadania, o amor e a paixão, professora - a Profa. Beatriz fala com um carinho absurdo.

Os policiais do Proerd, do JCC e da Patrulha Escolar são voluntários e fazem de sua profissão o seu "hobby". Esse é o diferencial: amamos o que fazemos e amamos para quem fazemos, e fazemos para nossa sociedade, para nossa família e para nossas crianças. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Cap. Hudson Matos Ferraz Júnior as palavras. Capitão, não há festa mais bonita do que uma formatura do Proerd. Realmente, é um grande espetáculo e um trabalho maravilhoso que a Polícia Militar desenvolve. Tive oportunidade de estar presente em várias e vejo que é um programa realmente muito interessante.



Neste momento, ouviremos o último palestrante desta Mesa, o Dr. Jeferson Botelho Pereira, doutorando em direito pela Universidad del Museo Social Argentino, de Buenos Aires, professor de ensino superior, palestrante na área de direito e Delegado Regional da Polícia Civil na nossa caríssima cidade de Governador Valadares. Na etapa regional, tivemos oportunidade de ter a participação do senhor e do nosso companheiro Delegado também. A Polícia Civil também é uma importante parceira neste fórum técnico. O Dr. Jeferson Botelho Pereira disporá de 20 minutos para sua explanação.

Palavras do Sr. Jeferson Botelho Pereira

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Presidente, Deputado Carlin Moura, e, de forma especial, a Deputada Maria Tereza Lara, que tive o prazer e o privilégio de conhecer hoje nesta Casa. Cumprimento, especialmente, o Deputado José Bonifácio Mourão. Gostaria de parabenizar o Luciano pela brilhante exposição, a Profa. Maria Beatriz e o Cap. Hudson. Também gostaria de cumprimentar, nesta Casa, a Ilma. Superintendente Regional de Ensino de Governador Valadares, Profa. Sandra Márcia Ferreira. Cumprimento também a Conceição Gazzinelli, Superintendente de Ensino da minha cidade do amor fraterno, “civitas amoris fraterni”, Teófilo Otôni, e a colega Superintendente de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, que aqui também se faz presente. É grande o meu apreço e respeito pela educação deste país. Um abraço especial à professora e educadora Elisa Costa, do Centro Interescolar da progressista cidade de Governador Valadares, e também ao investigador Robson Mourão, que aqui se faz presente.

Gostaria de falar um pouco sobre a minha trajetória na segurança pública. Há 26 anos, trabalho nessa área. Gostaria de citar quatro cidades e fazer referência a cada uma delas. Teófilo Otôni foi o berço da segurança pública nos idos de 1985, quando ingressei na segurança pública, ostentando e defendendo as cores da valiosa Polícia Militar de Tiradentes, onde fui Soldado do 19º Batalhão de Polícia Militar. Após a graduação, fui para a Polícia Civil, e a minha primeira designação foi para Teófilo Otôni. Trabalhei também em Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha. Ontem estive em Governador Valadares. Agradeço o apoio e o apreço do nosso Chefe, do Chefe do 8º Departamento de Polícia Civil, Dr. Valmir, que se faz presente. Ele é um exemplo de homem, é honesto e é meu espelho. Possui todos os atributos que um homem deve ter. Hoje sinto uma alegria imensa por assumir o 2º Departamento de Polícia Civil, com sede na Cidade de Contagem. Gostaria de agradecer ao Dr. Jairo Lélis, Exmo. Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, por esta oportunidade. A partir de hoje, Contagem, Betim, Esmeraldas, Ibirité, Ribeirão das Neves e quejandos fazem parte da minha vida, fazem parte do meu “show.”

Gostaria de explicar o tema “Segurança nas escolas: por uma cultura da paz.” O que seria segurança? Segurança é aquele estado de sentir-se seguro. Estamos aqui, nesta reunião, desde a parte da manhã e temos a certeza, talvez inequívoca, de que este andar não cairá sobre nossas cabeças. Isso é segurança! Segurança é direito fundamental, está desde o preâmbulo da Constituição, faz parte do texto central, do corpo central dessa lei maior, por força da chamada interpretação do bloco de constitucionalidade, originada na França e adotada pelo Brasil. Então, se colocarmos um adjetivo à frente da segurança – segurança no trabalho, segurança ambiental -, será que é essa segurança ambiental que queremos nas escolas? Se colocarmos o adjetivo “pública”, será que a segurança é mesmo pública? Se colocarmos o termo “jurídica”, será que se transformará em segurança jurídica? Ela será jurídica na qualidade e na estabilidade social? A professora, enquanto educadora, estará protegida contra ataques de jovens pueris? Enfim, qual a segurança que queremos?

Falei de segurança, agora falarei de educação. Temos no art. VI pelo menos 10 direitos sociais: alimentação, lazer, saúde, trabalho, proteção aos desamparados, etc. O primeiro direito que aparece outro não é senão o da educação. Isso foi feito de propósito. O poder constituinte de 1988 inseriu, no preâmbulo, Direitos Sociais antes de Direito Individual, porque havia uma lógica. O direito social é muito mais importante que o direito individual. Era isso que queria dizer-lhes.

Na França, 23,9% dos alunos sofreram algum ataque físico, alguma agressão física; 74,9% sofreram alguns insultos; 45,1% sofreram ou foram vítimas de furtos dentro da escola. Isso mostra que a violência não é discutida somente pelo Brasil. Na Argentina, há uma temática da Presidenta Cristina Fernández de Kirchner justamente na mediação de conflitos. Os Estados Unidos se enveredam pela chamada Tolerância Zero, do “broken windows”, das janelas quebradas. O México traz um programa contra a violência na busca da paz “por ti, por mi y por el mundo”.

O Brasil adota essa teoria mexicana, que é a teoria da paz. Mas a paz está onde? Para falar de paz, antes de entrar no nosso projeto, vou dizer sobre as gerações de direito. Cada época tem o seu momento. Tivemos uma primeira geração de direito voltada para as chamadas liberdades públicas, em que o indivíduo era o ator principal dessa proteção, havia uma garantia vertical de que ele não poderia ser vítima da opressão estatal. É o chamado “status negativus”, de Jellinek. Era uma época em que se protegia o cidadão, caminhando e avançando. Hoje temos a proibição do retrocesso social. Não se pode retroceder mais, temos de caminhar para a frente. Eis que aparece a revolução industrial e surge uma necessidade premente de se proteger a classe trabalhadora. Aí surgem os direitos sociais, em que está inserida a educação. A primeira Constituição que tratou do assunto direito social foi a de 1934. Aí estava a educação.

Num outro momento, de terceira geração, vêm os chamados direitos difusos, a solidariedade e a fraternidade. Aí fechamos: fraternidade, igualdade e liberdade, o lema da Revolução Francesa.

Em seguida vem a quarta geração de direito, que é a diversidade, que é a informação, que é a globalização. Posteriormente vem a quinta geração de direito, que é a cultura da paz. Em seguida aparece a sexta geração, que é o direito da bioética, que envolve direito, filosofia, medicina. Temos segurança como direito de segunda e de quinta gerações, o direito social e a cultura da paz. É mais ou menos isso.

Como todos sabem, a educação sozinha não transforma a sociedade. Sem ela, tampouco a sociedade muda. Esse é o ícone da educação brasileira. Desenvolvemos, em Valadares, com a Superintendência Regional de Ensino, esse projeto Capacitar, que tem a finalidade precípua de multiplicar formadores de opinião. É um projeto pioneiro. Agradeço, a esta Casa, a este parlamento, a oportunidade que estou tendo para divulgar esse trabalho que penso ser de grande relevo social.

Já foi dito aqui sobre a geração de políticas públicas do governo do Estado, em que tivemos, no primeiro momento, nos idos de 2003, o equilíbrio financeiro, passando, em 2005, pelo Estado para Resultado, e em 2006, Estado em Rede, com o que trabalhamos



hoje - a Justiça, o Ministério Público, a polícia, este Parlamento, os Municípios, o meio ambiente e a educação. Temos aqui alguns princípios fundamentais do Estado em Rede, como a subsidiariedade, em que nenhum órgão é mais importante que o outro, não há órgão principal - o principal é o interesse, a supremacia social, a coordenação e a participação democrática. Esta reunião hoje é uma forma inequívoca, irrefutável, da participação da chamada administração pública gerencial, em que há participação popular, gestão participativa, compartilhada, e por isso essa iniciativa deve ser enaltecida. Temos ainda a flexibilidade, pois nem tudo é rigidez, a transparência administrativa, princípio constitucional ligado à moralidade administrativa, a retroalimentação do processo de planejamento e as políticas públicas.

Então, qual é o fundamento do nome Projeto Capacitar? Ele tem o objetivo de capacitar profissionais que sejam formadores de opinião em temas sensíveis para a sociedade, justamente os professores da rede pública de ensino médio e fundamental. A Polícia Civil, sempre atenta à sua finalidade social, não pode se escusar de abordar determinados temas ligados às questões policiais, para que a sociedade civil possa saber lidar com algumas situações, quando enfrentá-las. O Projeto Capacitar elegeu os professores justamente para repassar alguns temas sociais importantes para a construção da paz. Os temas sociais que colocaremos para os senhores são justamente ligados às drogas, ao papel do educador e da escola no combate às drogas. De propósito não coloquei papel da escola e do educador, mas papel do educador e da escola, porque, pela teoria do alemão Otto Gierke, o órgão tem a vontade representada pelo seu agente. É por isso que o professor, e não a escola, tem a missão principal.

Temas ligados à violência doméstica e familiar, violência contra o meio escolar, direitos humanos e cidadania, crimes cibernéticos, “bullying”. Fases do projeto: 1ª fase – o papel do educador e da escola no combate às drogas. Cito aqui uma frase muito interessante: “A boa educação constrói os elementos necessários para vencer a sedução das drogas. A melhor proteção contra elas vem da parte mais nobre do ser humano, seu nível relacional.”

O lançamento foi em Governador Valadares. Esse foi o dia do lançamento, com uma palestra sobre drogas: “Capacitar para intervir”. Essas são algumas camisas promocionais acerca do projeto, e alguns “folders”. Esse material foi distribuído no dia da campanha educativa.

Foi feito um sumário, e desenvolvemos conceitos básicos sobre drogas: sua classificação; tipos de usuários; principais motivações para o uso de drogas; o que não se deve dizer à família sobre drogas, caso os pais duvidem que os filhos estão usando drogas, se os responsáveis não comparecem para a audiência, quando pensam diferente; como identificar um usuário; tipo de usuário – usuário de maconha, se fez uso do delta-9-tetrahydrocannabinol ou do erythroxylum coca Lam. Enfim, foi maconha, cocaína, “oxi”, que é o oxidado, óleo 3G, merla ou paco, que hoje é um genocida na Argentina e infelizmente está chegando ao Brasil. Não é o Paco da novela.

Falamos sobre boato que corre na escola, sobre como a direção fará a abordagem, sobre como avisar aos pais que o filho está usando drogas, sobre como proceder com o aluno que é flagrado com drogas. Então, todos esses conhecimentos são repassados durante essa exposição. Temos agora algumas imagens da palestra desse projeto, na sua primeira etapa. A segunda fase abordou aspectos importantes sobre a violência doméstica. Um Delegado de polícia, Dr. Clériston Amorim, proferiu uma palestra sobre esse tema, sobre a evolução histórica da Lei Maria da Penha, os direitos das mulheres nesse contexto histórico, atuais entendimentos da jurisprudência acerca da proteção, da Lei nº 11.340. Tivemos o passo a passo do fato delituoso até o processo judicial, as tutelas, as medidas protetivas que são solicitadas ao Poder Judiciário. Houve, também, um material de divulgação do trabalho que é feito pela Polícia Civil. Em seguida, uma equipe de trabalho com a assessora do Deputado Mourão, em primeiro plano.

A terceira etapa tratou de um assunto ligado à criança e ao adolescente, os avanços e retrocessos da Lei nº 8.069, que já foi objeto de discussão aqui hoje, nesse ambiente de trabalho. Em seguida, vemos o convite à participação. Vemos imagens do local da terceira etapa. Há ali o Dr. Pedro Henrique Cunha, hoje Delegado Titular da Delegacia de Buritis, um dos mentores dessa iniciativa em Governador Valadares. Na próxima imagem, nós o vemos falando sobre “bullying”, principalmente sobre a responsabilidade objetiva do Estado, o que assustou muitos educadores e é muito importante. É bom trazê-lo à colação.

Adiante vemos a quarta e a quinta etapas, realizadas no último sábado em Valadares, com temas ligados aos direitos humanos e cidadania. Há aqui um “banner” de divulgação, com temas como “Construindo a cidadania”, “Os direitos humanos, direitos individuais e coletivos”. Em seguida, temos algumas fotos do local, num ambiente lotado, com aproximadamente 250 professores e especialistas nessa área. Na sequência, temos uma política de desenvolvimento, de implementação nesse contexto dentro da sala de aula.

A última etapa estamos programando para o mês que vem, em que trabalharemos o uso responsável da internet, que tem sido, hoje, infelizmente, um câncer social. Com a evolução, vêm os problemas e também os crimes cibernéticos. Sabemos que a vida é bem mais rica do que a previsibilidade normativa. A internet, a “cyberlog” é algo cujos valores devemos repensar. Por fim, vemos o cronograma do projeto, bem como o orçamento com pouca oneração ao Estado e as fases.

A Polícia Civil está se adaptando, de forma gradativa, às mudanças da sociedade moderna. De forma sempre inovadora, a Polícia Civil vem cumprindo o seu papel social, trabalhando ao lado da sociedade e fazendo o seu trabalho de polícia repressiva; e não somente isso, mas também a polícia preventiva.

Agradeço a todos pela paciência. Aconteça o que acontecer no futuro, sei que aprendi três coisas. A vida, mesma a mais dura, é o tesouro mais belo e milagroso. A segunda coisa, é que o sentimento do dever cumprido torna a vida feliz. E a terceira coisa, é que as drogas, o ódio, a violência, o desasossego e a luxúria não podem e jamais poderão criar um castelo milenar e imoral. O único caminho é a estrada do amor abnegado, do amor criador, que não deve ser tão somente pregado, mas praticado consistentemente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Bosco) - Agradecemos ao Sr. Jeferson Botelho Pereira por sua brilhante participação e exposição.



Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste momento, daremos início à fase dos debates. As perguntas por escrito já foram recebidas. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensando as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer sua intervenção.

Debates

O Sr. Presidente - Há dois inscritos para fazer pergunta oral. Com a palavra, o Sr. Rodrigo Carvalho Magalhães, da Secretaria de Educação de Fervedouro.

O Sr. Rodrigo Carvalho Magalhães - Boa tarde a todos. Minha pergunta é dirigida ao Prof. Luciano. No fórum da região da Mata, fiz o mesmo questionamento. Gostaria de saber, pelas pesquisas que o senhor realiza, em quantas escolas as famílias participam efetivamente das decisões? Quantas escolas têm conselho escolar funcionando com poder deliberativo? Recentemente, fiz uma capacitação na UNB sobre a importância da implantação desses conselhos, reli as propostas apresentadas, e em nenhuma delas ficou clara a expressão “implantação efetiva dos conselhos escolares”. Quando a escola se abre à comunidade, certamente torna-se um espaço mais seguro. São os pais de alunas e alunos que estão lá dentro deliberando e nos ajudando a rever essas questões de segurança.

Estou hospedado na casa de uma família de classe média cujo filho de 14 anos estuda na rede católica de ensino de Belo Horizonte. Esta semana, ele sofreu violência. Hoje pela manhã, a Profa. Míriam disse que não foi “bullying” - termo que abriu muitas mentes, permitiu reflexão nos berços das escolas. O adolescente foi violentado pela professora, que foi demitida, mas o problema não foi resolvido. Às vezes, a direção das escolas públicas e privadas estão completamente perdidas no que se refere à violência e à segurança. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Rodrigo a participação e passamos a palavra ao Prof. Luciano.

O Sr. Luciano Campos Silva - Obrigado pela pergunta, Rodrigo. Como alguém que milita e trabalha no campo da sociologia, penso que, nas últimas décadas, tivemos um incentivo muito forte à participação da família, o que ainda não ocorre na escola.

Sou contra a família ir à escola, mas os estudos sociológicos mostram que a grande contribuição da família acontece quando ela acompanha o filho, principalmente em sua casa, incentiva e pergunta como foi o dia. Hoje as escolas costumam avaliar muitas famílias pelo número de vezes que aparece nas escolas. Acho que essa é uma conduta equivocada. Nós, professores, temos muita dificuldade em ir às escolas dos nossos filhos, o que não significa que não participamos da vida escolar deles, que não damos importância a ela. Esse é um aspecto importante. Esse aviso é para encerrar?

O Sr. Presidente - Prof. Luciano, como endereçamos as perguntas a cada expositor, dê sequência à palavra e responda aos demais questionamentos endereçados ao senhor.

O Sr. Luciano Campos Silva - Rodrigo, o problema é confundir o “bullying” com outras formas de violência. De todos esses conceitos, o “bullying” é o mais claro, pois a expressão nasceu no Norte da Europa; definindo muito bem todas as características do que é e do que não é. O grande problema é confundir “bullying” com coisas que nem sequer são violências, por exemplo, brincadeiras que chamamos de jogos rudes. Esse é o risco.

Marcos José pergunta se as salas de aula superlotadas contribuem para a indisciplina. Marcos, o problema é que o Brasil ainda não decidiu o seu rumo. No mundo inteiro, países que escolheram ter turmas superlotadas, com mais alunos, optaram por ter uma retaguarda grande; ou seja, se o professor assume muitos alunos em sala, há uma equipe pedagógica que o auxilia fora do ambiente da sala de aula. Os países que optaram por ter poucos alunos em sala, obviamente têm uma equipe de retaguarda menor. Diria que no Brasil há turmas superlotadas e nenhuma equipe de retaguarda. Esse é o problema. Digo isso porque, diferentemente de alguns colegas meus que também trabalham na educação, francamente não acredito que a escola possa ser uma coisa muito diferente do que realmente é. E falo com tranquilidade, pois optamos por colocar todo o mundo na escola. O que inventamos, como projeto de civilização e projeto de escola, foi essa escola aí. Essa escola não foi criada à toa, mas foi criada para se colocar todo o mundo na escola. Não acredito que teremos uma coisa muito diferente como, por exemplo, um aluno por professor. O fato é que devemos melhorar a escola que está aí. Como disse, devemos melhorar agora, quando todo o mundo está dentro dela, porque antes era mais fácil fazer isso. Agora é que somos convocados a melhorar a escola.

Ernani Ferreira pergunta se indisciplina e violência têm causas diferentes. Sim. Pergunta ainda se violência decorre da indisciplina. De acordo com as nossas pesquisas nas escolas, salas de aula onde ocorre muita indisciplina são espaços propícios a problemas de natureza mais grave; ou seja, diminuindo-se os problemas de natureza menos grave, simples, fortuitos, também diminuiremos a oportunidade de surgirem problemas mais graves, para cuja solução muitas vezes se recorre à polícia. Em alguns casos, é preciso recorrer à polícia mesmo. Não tenho uma posição crítica. A polícia não deve sempre ser chamada apenas para agir, ela pode ser chamada preventivamente. São ótimos os projetos que o Capitão apresentou.

Alexandre Flausino, de Alfenas, pergunta sobre o excesso de tarefas dadas pela escola. Eu também acho que a escola tem excesso de tarefas. Acho bonito o Capitão dizer que, quando levamos mais uma atividade para dentro da escola atendemos principalmente a uma demanda, respeitando o tempo, a vida, a diversidade das escolas. Isso é bonito, mas nem sempre ocorre. E diria mais: muitas vezes os projetos chegam para perturbar a escola. Pergunte isso aos professores. É preciso ter cuidado, pois são procedimentos em que todos devem ser ouvidos, Capitão.

O Sgt. Miranda pergunta se o professor discute e conhece a questão da segurança pública e da segurança em ambiente escolar.

Acredito que o professor discute pouco e não conhece essa questão. Por exemplo, os professores têm grande dificuldade em conhecerem o papel da polícia e da Guarda Municipal. Isso gera conflito. Aliás, Sargento, o professor não conhece procedimentos pedagógicos relacionados à gestão da sala de aula, pois, muitas vezes, consideramos isso equivocado. Trabalho com isso e considero que é um procedimento correto. Quando encontro os meus ex-alunos, pergunto-lhes: “Como está a escola?”. Esperamos que digam que estão ensinando muita matemática e biologia. No entanto, dizem que os alunos estão difíceis e que não conseguem se relacionar.

Os professores têm de ser preparados para gerir uma sala de aula e equipes e para lidar com conflitos e problemas nesses espaços. Nesse sentido, a universidade é muito frágil.

Uma pessoa me enviou por “e-mail” um pedido para que eu conceituasse “disciplina” e “violência”. É possível fazer essa distinção, sobretudo com base na natureza da regra, nos impactos que tem esse comportamento e na sua gravidade. Enviarei para ela um texto onde discuto isso. O meu “e-mail” é lucianocampos@ichs.ufop.br. A forma mais fácil é lembrar que sou professor da Universidade Federal de Ouro Preto - linda cidade próxima de Belo Horizonte - e procurar na página. Obrigado.

O Sr. Presidente - Mais uma vez, agradecemos ao Prof. Luciano Campos Silva. Quero comunicar a todos os participantes que, a partir de sexta-feira, a Assembleia tornará disponível todo o material, inclusive os gráficos e o material que foi exibido aqui pelos nossos expositores, no “site” da Assembleia. Então, a partir de sexta-feira, colocaremos todo esse resultado à disposição dos senhores e das senhoras.

A Sra. Sara Caixeta, de São Sebastião do Paraíso, no Sul de Minas, é mais uma inscrita.

A Sra. Sara Caixeta - Deputado Bosco, muito mais que análise de matéria para a votação que vise à adoção de medidas para a segurança nas escolas, hoje, no primeiro dia, já estamos levando uma aula de sensibilidade bastante grande, falas com muita determinação e resiliência, assim como projetos de amor. Isso é muito importante. Cumprimento todos os palestrantes, pois estamos sendo realmente privilegiados.

Quero apresentar três pontos. Um deles é a defesa do ECA que foi apresentada nesta tarde. É muito importante retornarmos a essa questão, porque será matéria de votação futuramente. O outro ponto é a necessidade de formação continuada de professores em relação ao conteúdo do ECA. Quero falar também sobre o monitoramento por câmeras. Ouvimos aqui que houve bastante críticas a esse tipo de medida, mas tenho um depoimento muito positivo em relação às escolas que têm câmeras monitorando, onde diminuiu bastante a incidência de invasão. Não câmeras dentro da escola, para os alunos, mas como medida de proteção à escola. Não acredito que possa haver prejuízo no diálogo que estamos buscando simultaneamente ao aperfeiçoamento.

Como foi dito pela professora, temos um Estado laico. É muito importante falar sobre isso. Ouvimos hoje falarem sobre minorias. No entanto, não foi dada importância à minoria religiosa ou à diversidade religiosa. Normalmente a gestão da escola impõe símbolos religiosos de sua preferência. É importante atentarmos para esse tipo de violência que acontece. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Nós agradecemos à Sara Caixeta. Peço a compreensão de todos vocês em relação ao tempo, porque este é um fórum de três dias e hoje ainda teremos aqui uma reunião extraordinária, que acontecerá daqui a pouco, neste Plenário.

Neste momento, passo a palavra à Sra. Maria Beatriz Costa Pereira, professora e coordenadora do movimento Viva e Deixe Viver, que fez aqui uma brilhante palestra e que agora passa a responder as perguntas a ela direcionadas.

A Sra. Maria Beatriz Costa Pereira - Tenho somente uma pergunta. Agradeço os elogios que chegaram para mim. Eles são um estímulo: “continua, Beatriz, continua”.

A questão do Guarda-Municipal de Contagem Ricardo Bispo é: “Vemos hoje pequenas questões disciplinares sendo tratadas com receio pelos pedagogos. Está faltando um contato mais eficaz com os alunos?” Agora, não sei a entonação que faço: “É preciso combater o enfrentamento pela aproximação aos alunos?”

Não sei se entendi bem. Nossos profissionais estão precisando, sim, ser bem preparados. A minha experiência como pedagoga, como supervisora de escola, mostrou-me nesses anos todos que toda vez que fazemos um mau atendimento, um atendimento rápido, o problema volta dobrado. Ou se atende bem ou não se atende naquele dia. Ou, tipo assim - falo igual aos meninos, vocês ouviram? “Tipo assim”. Chega um menino muito nervoso na sua sala, você diz: “Senta”. Oferece água para ele, e você também toma. Enquanto ele vai tomando a aguinha dele, ele está se acalmando e você também. Tem horas que ultrapassa. Todas as partes calmas, então vamos começar a conversar. E você precisa ter tempo. Se esse atendimento for malfeito e se você criticar ou julgar esse aluno sem saber direito tudo o que aconteceu e sobre os outros envolvidos, certamente estará criando um problema e, no dia seguinte, ele chegará acompanhado do pai, da mãe, do avô, de todo o mundo. Então precisamos, sim, de que os professores e os pedagogos estejam bem preparados para lidar com esse ser humano que está chegando à nossa mão.

Gostaria apenas de fazer um conserto. Talvez vocês saiam daqui pensando que estou falando com os professores que é preferível eles venderem pipoca a serem professores, porque o salário é pouco. Não é isso. Longe de mim. Sempre pensei que o professor merecia o maior salário do mundo. Fui professora a vida inteira e também sofri com os baixos salários. Mas há uma diferença: não faço disso um motivo para maltratar o meu aluno. Nunca fiz.

O Sr. Presidente - Agradeço mais uma vez a brilhante participação da Sra. Maria Beatriz. Neste momento, passaremos a palavra ao expositor Hudson Matos Ferraz Júnior, Capitão da Polícia Militar.

Antes, porém, Capitão, recebemos aqui duas perguntas dos internautas, que estão participando efetivamente do nosso fórum, endereçadas ao senhor. Uma vem da cidade de Divinópolis, encaminhada pela Joana Santos Costa. A pergunta é: “É correto um policial da patrulha escolar falar para a Diretora da escola chamar o 190 para uma criança de 8 anos? Como não banalizar a presença da polícia nas escolas?”. Já encaminharei a outra, Cap. Hudson, porque são duas. Esta é daqui mesmo, da Capital, de Belo Horizonte, endereçada por Paulo Fernando. A mensagem é a seguinte: “Se o Proerd está dando certo, por que não disponibilizar mais policiais para atender as escolas que tanto necessitam? Fiquei sabendo que na Capital o comando da PM está deslocando os policiais que trabalham nesse projeto para outras áreas”.

Repasso então ao Capitão as duas perguntas dos nossos internautas.

O Cap. PM Hudson Matos Ferraz Júnior - Agradeço as perguntas encaminhadas, e há uma terceira pergunta: “O que falta para o Proerd atender em todas as escolas? Mais investimento? Planejamento participativo dos governos estadual e municipal? Como desenvolver isso de forma a suplementar essa necessidade?”

Em relação à pergunta da Joana, este fórum instrui a respeito de alguns limites. Quando a escola padroniza seu projeto pedagógico, estabelece regras que devem ser socializadas para os educadores, pais e alunos. Uma criança de 8 anos não domina isso na questão de disciplina, o que deve ser resgatado. As pessoas desconhecem o limiar entre disciplina e ato infracional. Fico muito feliz ao ouvir o



professor, e em Divinópolis um excelente trabalho é desenvolvido nessa área pelo Ministério Público, esclarecendo qual é o papel de cada um, como deve ser feito e quais procedimentos. Não adianta só a escola desenvolver isso. A escola, com o corpo técnico, um grupo de educadores, um grupo de pais e outros atores que militam nessa questão devem estabelecer esse diferencial. Esse limiar é muito complicado, e compreendemos a ansiedade da Joana.

Quanto à pergunta do Paulo, a USP fez uma pesquisa em 2003 e confirmou que há 95% de aceitabilidade do Proerd no Estado de São Paulo. Os 5% restantes são os que querem mais e mais Proerd. É uma estrutura que demanda recursos, e o Estado vem investindo, disponibilizando policiais treinados e a cartilha. O impacto desse investimento é de apenas R\$1,00 por criança, enquanto o impacto do investimento em tratamento da dependência química, o custo operacional dessa pessoa, chega a R\$100,00 por dia. Investir na prevenção é sempre melhor que remediar.

Como podemos investir mais? Chegamos à terceira pergunta. Os Municípios podem desenvolver subvenções junto com as unidades da Polícia Militar e com todos os colegiados, investindo não somente no Proerd, mas em todas as práticas pedagógicas de sucesso, atividades relevantes para cada estrutura de escola. É importante o investimento não somente sob subvenção, mas que os Vereadores incentivem mais essa prática, porque, quanto mais, melhor a estrutura e menores problemas e dificuldades haverá no ambiente educacional.

No tocante à questão do comando de policiamento da Capital, tivemos alterações no calendário escolar que impactaram no serviço de polícia e precisávamos adotar posturas de fortalecer a segurança em algumas áreas enquanto a solução fosse apresentada. Os policiais estão à disposição, desenvolveram as suas metas no primeiro semestre e, ao mesmo tempo, desenvolvem outras ações de segurança. O policial do Proerd trabalha na parte operacional e administrativa e voluntariamente nas escolas. Não podemos abrir mão das outras atribuições de polícia das quais somos convidados a participar. O policial do Proerd trabalha em várias vertentes, daí a particularidade de Belo Horizonte. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos, mais uma vez, à Polícia Militar, por meio do Cap. Hudson Matos Ferraz Júnior, pela sua brilhante participação. Sabemos que o desafio da Polícia Militar é grande em relação à extensão desse projeto, muito bem elaborado. O Cláudio tem realizado um trabalho muito grande na região do Planalto de Araxá. A demanda é cada dia maior. Lembro que há, em todo o Estado, mais de 3.700 escolas estaduais. Então vão precisar aumentar bastante o efetivo para suprir e atender todas as escolas. Mas vamos trabalhar para que isso ocorra.

Passo palavra ao Dr. Jeferson Botelho Pereira, que também não ficou sem pergunta.

O Sr. Jeferson Botelho Pereira - A pergunta é do Oldair Novaes, da Zailde, do Marcos Godinho e da Almira. Certamente são pessoas da melhor cidade deste Estado para se viver, Teófilo Otôni. O grupo pergunta: “Agora que o senhor está lotado em Contagem, qual é o seu papel no combate à violência nas escolas?”. Meu papel é de parceria. Quero firmar algumas parcerias com essas cidades vulneráveis. Sabemos que o assunto ligado ao tráfico de drogas tem sido o combustível para a inquietação da sociedade mundial, e não apenas de Minas Gerais e do Brasil. A droga é um câncer social, uma epidemia. Quando o “crack” chegou, no final dos anos 80, precisamente em 1988, vindo dos Estados Unidos, trouxe grandes consequências deletérias para a criminalidade e para a violência. É interessante que se faça a definição de violência e de criminalidade. Tudo que é criminoso é violento, mas nem tudo que é violento é criminoso. Essa é a lógica da coisa, a leitura desses dois temas que, às vezes, são usados indistintamente. Pretendo fazer esse tipo de parceria.

A lei sobre drogas, Lei nº 11.343, de 2006, prevê três frentes: uma preventiva, uma de tratamento e uma repressiva. Evidentemente que a atividade-fim da Polícia Civil, que ela exerce com legitimidade e exclusividade, a função investigativa, está mais atinente à política repressiva. Entretanto, não podemos fechar os olhos para a política preventiva. É interessante que se criem neste Estado mais fazendas, como a Esperança, para a recuperação de drogados. A Fazenda Esperança é uma unidade importante. Aliás, há várias unidades no Brasil, em todos os Estados. Em Minas Gerais são quatro unidades: na região da Zona da Mata, em Santa Maria de Itabira, em Três Marias e na minha Teófilo Otôni. Na verdade, está localizada na região de Poté e Ladainha. É bom que se corrija, senão o pessoal que está assistindo lá do outro lado vai começar a me reprimir. Então é interessante que se criem neste Estado mais fazendas Esperança. Gostaria de fazer o encaminhamento aqui, Deputado, da criação da Fazenda Esperança, que é baseada no trabalho, na convivência e na espiritualidade. E tem dado certo no Brasil. Aliás, não apenas no Brasil, mas também na Alemanha, em Córdoba, na Argentina, onde há duas unidades, e na Dinamarca. Então é uma experiência importante que deve ser criada neste Estado. Hoje a família de drogadito tem sofrido muito, principalmente com o “crack”, que é uma ida sem retorno. Essa droga tem tanta potencialidade lesiva que é capaz de causar dependência no primeiro contato, que só demora 2 minutos.

Para quem não sabe, o “crack” é a pasta-base do “Erythroxyton coca”, cocaína, misturada com amônia, bicarbonato e soda cáustica. Ela passa por um processo de aquecimento e de resfriamento, quando aquela substância vai se solidificar e assumir uma forma de pedra. Durante o consumo, essa pedra causará certos estalos, como se estivesse quebrando biscoitos: “craque, craque”. Daí o nome “crack”. Na verdade, na farmacologia jurídica, não se conhece o “crack”. Quando o Perito faz o exame de constatação, não aparece “crack”, mas cocaína. Então, mais uma vez, gostaria de agradecer a este Parlamento por ter convidado a Polícia Civil para efetivamente participar deste evento. Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente - Mais uma vez, agradecemos ao Dr. Jeferson, solicitando-lhe que leve a toda a Corporação da Polícia Civil o nosso abraço, em nome da Assembleia Legislativa. Sabemos da importância da ação da Polícia Civil em nosso Estado. A Polícia Civil sempre teve, e continuará tendo, o nosso respeito, a nossa admiração e a nossa parceria na Assembleia Legislativa.

Já não se encontra mais presente a Sra. Clarise, que esteve conosco na segunda mesa de debate. Ela encaminhou à Mesa todos os questionamentos, as indagações e até mesmo as sugestões.

Informo a todos os participantes que a ata deste fórum técnico, contendo a transcrição completa das exposições e debates, será publicada no jornal oficial do Estado, “Minas Gerais”, no “Diário do Legislativo”, na edição do dia 15/10/2011. Então confirmamos que, a partir do dia 15, os senhores e as senhoras terão a oportunidade de conhecer todo o decorrer dessas plenárias, ou seja, deste



fórum tão importante que estamos realizando. Como lembrou muito bem o Deputado Carlin Moura, a data será especial e sugestiva: o Dia dos Professores.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais e também as entidades parceiras manifestam seus agradecimentos aos expositores e debatedores, às autoridades, ao público em geral, aos telespectadores da TV Assembleia que nos acompanham, ao vivo, e aos internautas que nos acompanham pela internet, e também convida todos os inscritos neste fórum técnico a participarem dos grupos de trabalho, que se reunirão amanhã, dia 5 de outubro, a partir das 8 horas. O Grupo 1 - "Violência no ambiente escolar" - terá como coordenadora a Sra. Vanessa Chaves de Jesus de Moraes, que está presente. Desde já, agradecemos-lhe a contribuição em todas as reuniões preparatórias em que esteve presente junto a nós. Então, sob a coordenação de Vanessa Chaves de Jesus de Moraes, Sargento da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, o encontro será no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, no Hall das Bandeiras, entre o prédio e a praça. Não se preocupem, pois teremos agentes e equipes de apoio para direcionarem todos os integrantes e participantes do fórum.

O Grupo 2 - "Integração de ações e programas" - será coordenado pelo Sr. João Paulo Bernardes Gonçalves, Gerente de Resolução Párfica de Conflitos da Secretaria de Estado de Defesa Social. O local será o auditório da Escola do Legislativo, na Avenida Olegário Maciel, nº 2.161, bem próximo à Assembleia. O Grupo 3 - "Prevenção e combate à violência escolar" - terá como coordenador o Sr. Ivan Sérgio Martins dos Santos, integrante da Secretaria Municipal de Educação de Betim. O local da reunião do Grupo 3 será no Teatro da Assembleia Legislativa, no andar térreo, neste prédio. É logo na entrada principal da Assembleia.

ATA DA 36ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/10/2011

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Bosco - Homenagem póstuma - Apresentação artística - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Apresentação dos pedidos de destaque - Votação e aprovação do documento final, salvo destaques - Discussão, votação e aprovação dos destaques - Leitura, votação e aprovação de novas propostas - Palavras do Deputado Carlin Moura - Palavras do Deputado Bosco - Priorização de propostas - Aclamação da Comissão de Representação - Entrega do documento final - Encerramento.

Comparecimento

Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Paulo Guedes - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Doutor Viana - Fred Costa - Gustavo Corrêa - João Leite - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Paulo Lamac - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tiago Ulisses.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do fórum técnico "Segurança nas escolas: por uma cultura de paz", com a apresentação, discussão, votação e aprovação das propostas por tema; leitura, votação e aprovação de novas propostas; priorização das propostas; e aclamação da comissão de representação.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida para tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública; os Exmos. Srs. Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação; e Deputado Carlin Moura, membro da Comissão de Educação; a Exma. Sra. 3º-Sargento PM Vanessa Chaves de Jesus de Moraes, coordenadora do Grupo 1 - Violência no Ambiente Escolar; e os Exmos. Srs. 2º-Sargento PM Emerson Cláudio Souza, relator do Grupo 2 - Integração de Ações e Programa, e Ivan Sérgio Martins dos Santos, integrante da Secretaria Municipal de Educação de Betim e coordenador do Grupo 3 - Prevenção e Combate à Violência Escolar.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Gostaria de registrar a presença do Deputado Federal Vítor Penido, por Minas Gerais, que acompanha esta reunião a respeito de segurança nas escolas. Seja muito bem-vindo, Deputado, ao Plenário da Assembleia Legislativa. Quero registrar, com prazer, a presença da Aparecida Maria Martins Pereira, que está botando para quebrar na minha classe. Ela é relações públicas, também cuidadora e pertence ao Consep 125, 125ª Companhia da Polícia Militar, em Belo Horizonte. Ela dá mais algumas informações, animando a nossa classe.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Agora assistiremos a um vídeo institucional com imagens e depoimentos dos encontros regionais realizados.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Bosco

Sr. Presidente, quero cumprimentar, por intermédio de V. Exa., todos os integrantes da Mesa, os Deputados citados e os não citados, as senhoras e os senhores. Desejo, mais uma vez, um bom dia de trabalho.



Sr. Presidente, para iniciarmos de forma bastante positiva, a exemplo dos outros dias, gostaria de solicitar a V. Exa. que fosse disponibilizada neste momento a palavra ao Sr. Silvério do Prado, assessor educacional do Fesempre, que fará aqui uma homenagem ao saudoso Pe. Geraldo Magela Teixeira, ex-Reitor da PUC Minas e do Centro Universitário UNA, que lamentavelmente faleceu no último dia 29.

O Sr. Silvério do Prado - Primeiramente, quero desejar um bom dia a todos e cumprimentar a Mesa, que tanto tem colaborado para a educação neste país, principalmente os Deputados que fazem parte da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa.

Meu nome é Silvério do Prado, sou e estou professor, com muita honra. Sou Assessor Educacional da Federação dos Servidores Públicos e Diretor da UGT. Quero aproveitar este importante momento para prestar uma pequena homenagem a esse educador, para que, lá de cima, ele nos ilumine e abençoe todos os educadores que aqui estão; e, ao mesmo tempo, torcer para que os Deputados, sensibilizados, aprovem e referendam as propostas que forem aprovadas nesta plenária.

O Pe. Geraldo Magela Teixeira foi Diretor do Colégio Municipal de Contagem, professor da Funec, Secretário de Educação em Contagem, Reitor da PUC e Reitor do Centro Universitário UNA, cofundador da Rede de Universidades Latino-Americanas e Europeias, Presidente da Associação Brasileira de Universidades Comunitárias e membro do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Pe. Geraldo Magela foi grande baluarte da educação no Brasil e era dotado de sabedoria, competência e sensibilidade. Essas palavras traduzem o administrador escolar e educador que foi o mestre Pe. Geraldo Magela Teixeira.

Em busca da inovação, sempre atualizado, marcou presença por onde passou com seu modo peculiar de viabilizar gestões coerentes com seu pensamento voltado para o ensino, a pesquisa e, principalmente, para a formação do ser humano e o bem-estar da sociedade.

Pe. Geraldo Magela se foi, mas deixou-nos também um legado indelével: milhares de ex-alunos conscientes, formadores de opinião, muitos profissionais apaixonados pela educação, inclusive eu, em busca do ensino de qualidade, do verdadeiro, do bem e do belo. Pe. Magela gostava muito da palavra “utopia” e dizia que os homens deveriam sempre buscá-la e dela se alimentar. Deveriam sonhar e tornar-se reféns de seus sonhos. Dessa utópica visão de transformar pela educação nos alimentaremos e de nossos sonhos seremos reféns.

Continuaremos trabalhando para que seus exemplos jamais sejam esquecidos. Sabemos que as realidades socioeconômicas são mutantes, por isso acompanhamos essas evoluções aspirando a novos horizontes e conhecimentos, focando as contínuas transformações do ser humano e de sua realidade. Só em ações conjuntas como esta, organizadas e coletivas, conquistaremos melhores condições de trabalho, valorização do professorado, do magistério e dos profissionais da educação, aliás, daqueles voluntários da Polícia Militar que tantos bons serviços prestam, principalmente para o Proerd. Só em ações conjuntas organizadas e coletivas, conquistaremos melhores condições de trabalho, de desenvolvimento e de paz.

Pe. Magela, nós, participantes deste fórum técnico, lamentamos seu desaparecimento. Muito obrigado.

Homenagem Póstuma

O Sr. Presidente – A Presidência, em atenção ao pedido do Sr. Silvério do Prado, solicita a todos um minuto de silêncio em homenagem ao Pe. Geraldo Magela.

- Procede-se à homenagem póstuma.

Apresentação Artística

O Sr. Presidente - Assistiremos agora à apresentação musical do artista Mc Yuri, cujo “funk” consciente prega o combate à violência.

- Procede-se à apresentação musical.

O estudante Iuri Zanoni Faria de Andrade - O crime não presta. O crime não presta. O crime não presta. Primeiramente, agradeço a Deus; depois, a todos vocês. Em nome dos jovens, agradeço à Polícia Militar por trazer segurança para nós.

Vou mandar uma música aqui que fiz em homenagem à minha avó, que me criou desde pequenininho. Resolvi fazer uma música para ela, porque ela me deu muito valor e dou muito valor a ela. A gente não pode ter vergonha de abraçar a pessoa que a gente ama, não podemos ter vergonha de falar que a gente ama. Por isso fiz essa música.

O Sr. Presidente - Iuri, será que você pode fazer sua apresentação daqui? Porque não estamos vendo você deste lado. É possível você fazer daqui da frente?

O estudante Iuri Zanoni Faria de Andrade - Beleza.

O Sr. Presidente - Vocês não gostaram, porque ele estava pertinho, mas os professores, as pessoas desta galeria estão perdendo.

O estudante Iuri Zanoni Faria de Andrade - Beleza. É mais ou menos assim.

- Procede-se à apresentação musical.

O estudante Iuri Zanoni Faria de Andrade - Eu queria deixar um recadinho. Abracem as pessoas que vocês amam muito. É por isso que agora vou abraçar os meus amigos. O meu pai Alex Gusmão de Andrade; o meu amigo do peito - “somos amigos, amigos do peito” - Robson Anísio; a namorada do meu pai, Lola Mendes; e o policial coordenador do Proerd. Eu amo todos vocês. E também o meu parceiro Alex Rossi, que está fazendo a filmagem, bem como o Ederson Balbino, que está ali.

O tempo na terra é muito curto, por isso abraça a pessoa que você ama, porque mais cedo ou mais tarde você poderá perdê-la. Recentemente, perdi a minha avó e fiquei muito triste. Eu fiz essa música bem antes de perdê-la. Aliás, eu fiz até um “show” com ela. Ela já se apresentou comigo. É por isso que você deve abraçar a pessoa que ama, porque o tempo aqui na terra é limitado. Beleza? Se vocês gostaram mesmo, agora batam palmas e façam barulho.

Também gostaria de agradecer a todas as professoras das escolas, a professora que nos ajuda no projeto Canto nas Escolas e ao pessoal da segurança, aos policiais. Agradeço ainda aos Deputados. Beleza?

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Iuri. Tivemos a alegria e a satisfação de receber um DVD seu. Não sei onde está sendo vendido, porque ele não informou, mas vocês poderão fazer contato com o pai dele ou com o seu amigo Alex Rossi, pelo www.yuribh.com.br,



para conhecê-lo melhor, ou pelo telefone (031)78124442. As escolas poderão convidá-lo para apresentação. Vou passar a palavra ao Robson, para maiores informações.

O Sr. Robson Anísio - O Yuri BH vai às escolas todas as sextas-feiras. Essas idas fazem parte de um projeto muito bacana chamado Funk Consciente pelo Social e pela Paz. O projeto começou em abril deste ano, e já visitamos 16 escolas. A 17ª escola a ser visitada fica no Bairro Mantiqueira. Esse projeto tem por finalidade pregar valores familiares, além de divulgar o lado bom do “funk”, que é o “funk” do bem, com letras que pregam a paz e dizem não às drogas e ao crime. Ele pretende deixar claro aos jovens que, além de o crime e as drogas não prestarem, existe um futuro muito melhor do que eles imaginam, seja por meio da música ou do esporte. De alguma maneira, eles vão conseguir vencer fazendo o bem.

O Iuri Zanoni Faria de Andrade canta desde os 10 anos de idade. Começou com uma música chamada “Minha avó”. Posteriormente compôs “O crime não presta”. Em seguida, “emplacou” em todo o Brasil com a música “A sirene da escola”. E hoje ele se apresenta até para uma plateia de 40 mil pessoas, como aconteceu no “show” que ele fez em Viçosa, no final de semana, para comemorar os 140 anos dessa cidade. Ele conseguiu reunir, no parque de exposição, 40 mil pessoas. Iuri Zanoni Faria de Andrade é o Yuri BH.

Uma criança que fala, de igual para igual, para os jovens de sua idade, que o crime não presta, que as drogas não prestam. Vamos, com isso, conquistando o coração desses jovens, em cada escola onde vamos, em cada centro de internação provisória que visitamos. É um projeto que tem dado certo, que tem conquistado o coração dos jovens e também de todos os educadores das escolas da Grande BH. Se alguma escola se interessar em levar avanti esse projeto consciente, que fala da paz e do social, estaremos à disposição no próximo ano. Graças a Deus, já estão agendadas todas as escolas até o final do ano. Basta entrarem em contato conosco pelos telefones 92511663 e 30325452.

Finalizando, o Iuri Zanoni poderá levar para as escolas essa mensagem, acreditando que o que fazemos em vida ecoa na eternidade. O que o Iuri faz hoje no projeto das escolas vai ecoar, com certeza, no coração desses jovens por toda a eternidade. Agradeço, de coração, o convite feito pelo pessoal da GDI da Assembleia Legislativa, aos Deputados, ao Deputado João Leite. Muito obrigado pelo carinho e pela recepção. Lembramos, como disse o Iuri, que o crime não presta, não presta de forma alguma. Essa mensagem que o Iuri leva para as escolas, juntamente com o Ederson Balbino, o Alex e a Lola, que também frequentam as escolas como DJs, é muito importante. Obrigado a todos vocês e meu bom dia.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Iuri e ao Robson.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência informa aos participantes que esta plenária terá a seguinte organização: leitura pelos participantes do documento de propostas dos grupos de trabalho; apresentação pelos coordenadores dos relatórios dos grupos de trabalho; leitura pela Mesa das propostas do documento final; apresentação oral dos pedidos de destaque; votação e aprovação, por maioria simples, do documento final, salvo os destaques; discussão, votação e aprovação, por maioria simples, dos destaques; leitura, votação e aprovação de novas propostas; priorização de até 10 propostas por tema; aclamação da comissão de representação; entrega do documento final.

A Presidência informa aos participantes que esta plenária terá a seguinte dinâmica, no tocante a discussão e priorização de propostas:

1 - A Presidência vai anunciar o número de cada proposta e a Mesa receberá, proposta por proposta, os pedidos de destaque, os quais deverão ser feitos oralmente, por meio dos microfones do Plenário.

2 - Os destaques podem ser feitos para suprimir ou modificar. A fim de agilizar os trabalhos, a Presidência solicita aos participantes que as alterações propostas sejam substanciais, de conteúdo, evitando-se mudanças pouco significativas, às vezes uma palavra. Solicita, caso seja necessário, que se dirijam ao grupo que coordenam, porque a mudança poderá ser feita no texto, sem a necessidade de destaque.

3 - Aprovado o relatório, salvo destaques, será concedida a palavra por até 2 minutos aos participantes para a apresentação dos destaques, alternando-se um favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência. Iniciado o regime de votação, não será permitida apresentação de questões de ordem.

Votação das novas propostas e moções, se houver, desde que sejam formalizadas por escrito e assinadas por, no mínimo, 30% dos votantes presentes - § 3º, X, do art. 19 do Regulamento. Atenção, votamos um regulamento e queremos segui-lo. Ajudem-me.

Esgotados os destaques e a votação das novas propostas, serão priorizadas até 30 propostas nesta plenária final, sendo 10 propostas por tema, grupo de trabalho, levando-se em consideração as propostas discutidas e aprovadas - art. 20 do Regulamento.

Informamos aos presentes que as inscrições de candidaturas à comissão de representação do fórum técnico poderão ser realizadas encaminhando-se os nomes à Mesa até às 11 horas, impreterivelmente. Então, quem deseja fazer parte da comissão de representação, pode inscrever-se até às 11 horas. Lembramos que as vagas são destinadas tanto aos inscritos institucionais quanto aos individuais, sendo necessário o preenchimento de formulário específico para cada representação.

A ata deste fórum técnico, contendo a transcrição completa das disposições e debates, será publicada no “Diário do Legislativo” de 15/10/2011. A TV Assembleia está transmitindo ao vivo esta plenária do fórum técnico “Segurança nas escolas: por uma cultura de paz”.

O Presidente Dinis Pinheiro, a quem agradecemos muito a realização deste fórum, convida para participarem, na próxima segunda-feira, do Encontro Regional do Vale do Mucuri, em Teófilo Otôni, etapa final do seminário legislativo “Pobreza e Desigualdade”. A etapa final acontecerá aqui, na sede do Palácio da Inconfidência, nos dias 24, 25 e 26 de outubro. Na segunda-feira, o Deputado Dinis Pinheiro e os Deputados estarão em Teófilo Otôni, na cidade diamante, para a realização dessa etapa do Encontro Regional do Vale do Mucuri, com toda aquela querida população. Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - A Prefeita Maria José Hauelsen, de Teófilo Otôni, já foi Deputada nesta Casa. Certamente, vai esperá-los lá.



O Sr. Presidente – A Deputada Maria José Hauelsen serviu muito bem ao povo mineiro nesta Casa. Ela estará lá com o nosso Presidente e os nossos Deputados.

Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

O Sr. Presidente - Farão uso da palavra neste momento os coordenadores dos grupos de trabalho, para apresentação do relatório das atividades do seu grupo. Cada um disporá de até 5 minutos para sua intervenção.

- Procede-se à apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho.

O Sr. Presidente - Aproveito para dar uma explicação à coordenadora do Grupo 1, Sgt. Vanessa. O Estado de Minas Gerais, com uma grande participação da Assembleia Legislativa, está apoiado em 58 projetos estruturadores. A Deputada Maria Tereza, sempre muito atenta, já tratou dessa questão. Como a lembrança da coordenadora está ligada a esse aspecto, a Deputada poderia dizer algumas palavras sobre o que estamos pretendendo em relação a essas ações que estão incluídas em um projeto estruturador do governo do Estado.

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

Bom dia a todos e a todas. Saúdo os Deputados João Leite, Carlin Moura, Bosco e todos os relatores dos grupos, que integram a Mesa. Ao ouvir alguns coordenadores, inclusive a representante da Polícia Militar, quero dizer que conversamos com o Deputado João Leite - e certamente o Deputado Bosco apoiará a iniciativa da Comissão - para apresentarmos emendas relativas a esses projetos tão necessários ao Estado. São programas que a Polícia Militar desenvolve dentro das escolas, e, por essa razão, cumprimento a instituição. Como este ano não houve recursos para a implementação do projeto, essa reivindicação apareceu em vários grupos. O Deputado João Leite fez o encaminhamento por meio da Casa, e a Regina sugeriu que o programa estruturador seja o “Minas mais Segura”, sobretudo por envolver a prevenção e a ação Polícia para a Cidadania. Vamos discutir o assunto nas comissões e apresentar emendas coletivas, oriundas do próprio seminário. Além dessas, há reivindicações sobre o Projeto Fica Vivo, que tem possibilitado a preservação da vida de muitos jovens e adolescentes. Queremos externar publicamente o compromisso das comissões e da Casa com esse trabalho. Aliás, a Chefe de Gabinete da Secretária, Maria Sueli, está presente e pode falar do compromisso de cada Secretaria em investir 1% na prevenção.

O Sr. Presidente - Profª. Sueli, poderia ir ao microfone fornecer essa explicação? Com a palavra, a Sra. Maria Sueli de Oliveira Pires, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Educação.

A Sra. Maria Sueli de Oliveira Pires - Bom dia a todos, à Mesa, ao Deputado João Leite, aos demais Deputados, aos ouvintes e aos participantes deste fórum. Gostaria de ratificar uma iniciativa do governo do Estado aprovada em maio, se não me falha a memória, para a destinação de 1% do recurso de custeio das secretarias da área social para o Programa Antidrogas e para todas as ações que garantam segurança aos cidadãos de Minas Gerais.

O orçamento da Secretaria de Educação deste ano, ou seja, a fatia de 1% desse orçamento de custeio é de aproximadamente R\$8.000.000,00 e será repetido no próximo ano. Destinaremos, na integralidade, essa fatia para a questão da segurança em nossas escolas. Já carimbamos R\$3.000.000,00 para a ampliação da frota da patrulha escolar, e os outros R\$5.000.000,00 serão destinados às ações propostas e demandas pela rede escolar em todo o Estado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Profª. Sueli, pelas informações. A professora disse que há R\$8.000.000,00.

A Deputada Maria Tereza Lara – Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de falar sobre a importância da participação desta Casa na garantia dos recursos para esses projetos solicitados pela própria polícia e também pelo seminário, que são o Proerd, o JCC, o Fica Vivo e o Mediar. O interessante é que a própria comunidade os reivindica. Cabe aos parlamentares desta Casa garantir esses recursos para que os projetos possam ser cada vez mais implementados. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Muito bem. Todos foram esclarecidos.

Apresentação dos Pedidos de Destaque

O Sr. Presidente - Passaremos à apresentação dos pedidos de destaque. Chamo a atenção de todos para verificarmos nosso quórum neste momento. O nosso regulamento diz que, para termos propostas novas, elas têm que ser solicitadas por 30% dos votantes. Neste momento, o Hugo, a Solange e todo o nosso pessoal estão preparados para verificar o quórum. Solicito a todos, inclusive aos que estão nas galerias, que levantem seus cartões, considerando-se também os que são votantes. Permaneçam com os cartões erguidos para que o nosso pessoal faça a contagem.

- Procede-se à contagem dos cartões.

O Sr. Presidente - Muito bem, a nossa Profª. Sueli nos salvou novamente, pois o número era 171. Com a sua contagem, ficou 172. Melhorou muito, não é? Precisaremos de 51 assinaturas para a apresentação de novas propostas, que deverão ser feitas até às 11 horas.

Passaremos à apresentação oral de pedidos de destaque. Neste momento farei a leitura do documento, proposta por proposta. Quem desejar fazer destaque deverá manifestar-se imediatamente aos microfones. O Humberto lembra a questão substantiva: se for mudança de palavras, dirijam-se por favor à Mesa, para evitarmos gastar um tempo desnecessário.

- Procede-se à apresentação dos pedidos de destaque.

O coordenador (Deputado Bosco) - Agora passaremos à apresentação das propostas na área de educação.

- Procede-se à apresentação dos pedidos de destaque.

Votação e Aprovação do Documento Final, salvo Destaques

O Sr. Presidente - Colocarei em votação o documento final, salvo destaques. Em votação, o documento, salvo destaques. Os que estiverem de acordo ergam seus cartões de votação. (- Pausa.) Está aprovado o Documento Final, salvo destaques.

Discussão, Votação e Aprovação dos Destaques

O Sr. Presidente - Passaremos à discussão e à votação dos destaques.

- Procede-se à discussão e à votação dos destaques.

Leitura, Votação e Aprovação de Novas Propostas

O Sr. Presidente - Passaremos à leitura, à votação e à aprovação de novas propostas.

- Procede-se à leitura, à votação e à aprovação de novas propostas.

O Sr. Presidente - Leremos as propostas, mas gostaria de agradecer o esforço de todos os que se deslocaram das suas cidades, a receptividade que tanto eu quanto o Deputado Bosco tivemos nas audiências realizadas no interior, o engajamento, a contribuição, as propostas e a generosidade de todos vocês, que fazem história participando deste momento.

Concederei a palavra ao Deputado Bosco, autor do requerimento que proporcionou essas audiências e este fórum que trata da segurança nas escolas. Não temos a expectativa de que tudo será resolvido. Infelizmente, temos pela frente uma construção e precisaremos de muitos anos para desfazermos muitos fatores que têm causado insegurança nas escolas, mas sei que seremos provocados por vocês para continuarmos com esse nosso trabalho na Assembleia Legislativa. Quem sabe o Parlamento Jovem do próximo ano inclua a discussão da segurança das escolas do ponto de vista desses alunos? Isso seria muito importante. Representando a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, gostaria de agradecer muito.

Antes de passar a palavra ao Deputado Bosco, concedo a palavra ao Deputado Carlin Moura, que permaneceu todo o tempo acompanhando os trabalhos, membro da Comissão de Educação e também autor do requerimento que possibilitou esta ação conjunta das Comissões de Educação e de Segurança Pública. Alguns acreditavam que deveria participar somente a Comissão de Educação, mas não aceitamos isso, pois queríamos participar. Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

Palavras do Deputado Carlin Moura

Ilustres Deputado João Leite e Deputado Bosco, de antemão gostaria de esclarecer que não fui o Deputado que defendeu a retirada da Comissão de Segurança Pública, muito pelo contrário, até porque há uma relação muito amistosa e cordial entre as duas Comissões.

Nestas palavras finais, primeiro gostaria de ressaltar que a participação popular tem sido um grande patrimônio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Na gestão do nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, essa participação a cada dia vem sendo aprimorada. Todos os fóruns e seminários realizados pela Casa têm obtido resultados objetivos e concretos.

Por exemplo, o fórum sobre mineração resultou na Comissão de Minas e Energia; o seminário sobre pessoas com deficiência resultou na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que conta com a participação de toda a comunidade. Outros eventos contribuem para a modificação de legislações, o aprimoramento do orçamento e a inclusão de novos programas estruturadores no PPAG. A garantia da eficiência e do aprimoramento da democracia depende, sem dúvida, da participação da sociedade civil.

Agradeço e parabeno as Comissões de Segurança Pública e de Educação, a nossa Consultoria, os nossos servidores, a Gerência de Projetos Institucionais – GPI - e, acima de tudo, a brilhante participação de vocês, delegados, representantes de suas comunidades e de entidades parceiras que desempenharam um papel destacado, como a Polícia Militar, a Defensoria Pública, o Ministério Público, associações, sindicatos, enfim, um rol delas, sem as quais esse seminário não alcançaria êxito.

Tenho a convicção de que, com a união, o esforço de todos, vamos, cada dia mais, construir uma escola com a cultura da paz, uma escola que ajude a construir uma sociedade nova, um Estado novo, um país novo; uma escola que valorize o seu profissional da educação, o seu educador. Percebemos que nas principais propostas aprovadas há o eixo da valorização do profissional de educação, do professor. Fico muito feliz ao verificar que várias propostas reafirmam a defesa do piso nacional para os professores e o respeito à carreira do profissional de educação. Vocês estão de parabéns. Tenham certeza de que vamos avançar na qualidade do ensino e na convivência entre pais, alunos e professores. A educação é o instrumento necessário e essencial à construção de uma sociedade de paz. Parabéns e até o próximo seminário, se Deus quiser.

A Sra. Najla Said Naaman - Peço desculpas, porque não tenho o hábito de participar de eventos em espaços como este. Conforme informações que recebi de um policial, sugiro que se faça manifestação de repúdio a uma situação que ocorre. O Estado tem a obrigação de criar infraestrutura para atender a adultos que foram presos por cometer atos infracionais graves. Não são crianças nem adolescentes, mas homens que devem cumprir penas alternativas. Às vezes estão envolvidos com a facilitação da fuga de presos, às vezes com tráfico de drogas de pequeno porte ou uso de drogas, e estão nos pátios olhando a entrada e a saída dos alunos, assim como a venda de produtos dentro das escolas. Não acredito que seja um espaço apropriado para cumprir uma pena alternativa sem vigilância constante. Não sabemos se a pessoa está realmente reintegrada à sociedade.

Palavras do Deputado Bosco

Agradecemos à Najla. Fica o seu registro. Ressalto meu orgulho e minha satisfação por estar na Assembleia Legislativa representando o povo mineiro no meu primeiro mandato. Tenho a grande honra de presidir uma Comissão tão importante, que é a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. Sinto-me honrado, ainda mais, pela grande oportunidade de participar juntamente com a Comissão de Segurança Pública, coordenada pelo nosso amigo e ídolo do Atlético Mineiro, Deputado João Leite. Este momento não poderia ser diferente. Agradeço especialmente a todos os colegas Deputados que compõem conosco a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática aqui presentes: Carlin Moura, Neilando Pimenta, Paulo Guedes e Dalmo Ribeiro Silva. Agradeço à Comissão de Segurança Pública o trabalho que realiza junto conosco. Agradeço, ainda, o apoio incondicional e importantíssimo da Casa, dos técnicos e Consultores que nos ajudaram, juntamente com as instituições parceiras, como a Secretaria de Educação, entre tantas outras instituições que estiveram conosco desde o primeiro momento. Estamos trabalhando na elaboração deste fórum há meses, para chegarmos até aqui. Agradeço a todos e a todas que, de forma direta ou indireta, trabalharam conosco para realizarmos este fórum. Muito obrigado.

Agradeço a todos os presentes que participaram das audiências dos fóruns regionais realizadas nas seis regiões do Estado de Minas Gerais, desde o Norte de Minas, passando pelos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Região Metropolitana. Num curto espaço de tempo, percorremos quase todas as Minas Gerais e tivemos uma acolhida excepcional. Em todos os fóruns que realizamos, fomos muito bem recebidos. Tivemos uma participação efetiva e com a representatividade de



todas as classes relacionadas à educação de forma direta ou indireta. Agradeço a todos os presentes e também àqueles que participaram, mas não puderam estar aqui presentes, que foram os protagonistas deste novo momento histórico, Comte. Moisés, para a Assembleia Legislativa. Ainda não vi, nos registros, uma discussão e um envolvimento tão amplos na Assembleia, principalmente com a participação dos Municípios, onde as coisas acontecem, que trataram de um assunto tão importante como este, que se refere à segurança nas escolas por uma cultura de paz. Tenho certeza absoluta de que estamos encerrando um ciclo deste fórum, porque a cultura da paz tem que ser sempre cultivada por todos nós.

Haveremos, sim, de dar um desdobramento a contento, como nos foi solicitado aqui por diversas pessoas, até pelo Prof. Silvério. O senhor pode ter certeza de que é incumbência da nossa Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e da Comissão de Segurança Pública dar sequência, fazer com que as propostas aqui apresentadas sejam efetivamente aplicadas e transformadas em ações que colham resultados positivos para que nossas instituições de ensino, quer da rede pública, quer da rede particular, sejam realmente formadoras de cidadãos críticos que serão de grande importância para o crescimento e desenvolvimento de nossos Municípios, do Estado e do Brasil. Tenho certeza de que estamos contribuindo, e haveremos de continuar a fazê-lo, para que nossas instituições sejam prazerosas e os profissionais de educação, ao saírem de suas casas em direção às escolas, façam isso com prazer, satisfação, alegria e, acima de tudo, segurança. Da mesma forma, não queremos que nossos alunos enfrentem nenhuma barreira ao saírem de suas casas para ir ao encontro da educação, dentro de nossas instituições. Então, o nosso objetivo principal é fazer com que a educação tenha esse salto de qualidade tão almejado por todos nós, mineiros e brasileiros, com segurança, o que é direito de todos nós e já está na nossa Constituição.

De forma carinhosa, estendo meu muito-obrigado a todos vocês. Contem sempre conosco, pois haveremos de continuar contando sempre com vocês. Precisamos de vocês, o Brasil precisa de vocês, e muito mais ainda Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputado Bosco. Parabéns por seu trabalho. Está aqui ao meu lado o Presidente do Parlamento Jovem de Itaobim, Luiz Gustavo Brandão. Na verdade, o Presidente é o Daniel Gusmão. O Luiz é o coordenador. Esse é um parlamentar do Parlamento Jovem, e eles já tomaram conta da Mesa.

Priorização de Propostas

O Sr. Presidente - A partir deste momento, priorizaremos 10 propostas.

- Procede-se à priorização das propostas.

Aclamação da Comissão de Representação

O Sr. Presidente - Já recebemos as inscrições da comissão que nos representará, a comissão de representação deste fórum. A Deputada Maria Tereza Lara lembra que tivemos 201 entidades inscritas neste fórum. Um sucesso absoluto. Parabéns a todos vocês pela participação. Lembro aqui os nossos amigos e as nossas amigas que deixamos pelos encontros regionais. Nem todos puderam estar aqui. Lembro aquele povo amigo de Janaúba, que nos recebeu com tanto calor. Eles não puderam vir, mas a representação está aqui. Como você se chama? Fale, por favor, no microfone, para que Janaúba a veja representando aquele povo amigo do Gorutuba.

A Sra. Deide da Cunha Silva Fernandes - Meu nome é Deide. Quero dizer que Janaúba está muito bem representada. Não só Janaúba, mas todas as regiões do nosso grande Estado.

O Sr. Presidente - Então, a Deide veio de Janaúba e está representando aquele povo amigo, aquele povo que nos recebe com tanto calor. Estão também presentes as pessoas do Sul de Minas, de Varginha, de toda aquela região, de Araxá, do Triângulo Mineiro e de Uberaba. A Vânia Célia, Superintendente Regional de Uberaba, está presente. Também Ituiutaba. Não, é a Zona da Mata. Achei que era Ituiutaba, a terra do BOA, único time mineiro que está dando alegria. De Varginha. O Galo também? Não vamos entrar por esse campo, estamos quase caindo para a segunda divisão.

A Sra. Aparecida Maria Martins Pereira - O Cruzeiro também, graças a Deus.

O Sr. Presidente - Muito bem. O Sargento está lembrando a Zona da Mata. Agora farei a leitura do nome dos representantes da Comissão de Representação:

Sociedade Civil Organizada

- 1 - Espasso Conseg : Sérgio Hirle de Souza;
 - 2 - Sind-UTE: José Luiz Rodrigues;
 - 3 - Fesempre-UGT: Silvério do Prado;
 - 4 - Centro pela Mobilização Nacional: Sandra Mara Albuquerque Bossio;
 - 5 - Associação das Mulheres Profissionais de Segurança Pública: Márcia Antônia da Silva;
 - 6 - Instituto Elo: Amauri dos Santos Barra;
 - 7 - Consep Araxá: Anderson Alves Costa;
 - 8 - Consep Acisp 6 Belo Horizonte: Marilda Xavier Lara;
 - 9 - Consep Varginha: Marly Juçara Justino Fais.
- Poder Público Estadual
- 10 - Secretaria de Estado de Defesa Social: Érika Vinhal Rodrigues Vieira; Andreza Rafaela Abreu Gomes Naves;
 - 11 - Secretaria de Estado de Educação: Maria Sueli de Oliveira Pires;
 - 12 - Defensoria Pública: Wellerson Eduardo da Silva Corrêa;
 - 13 - SRE Metropolitana C: Cláudia Aparecida Lara Augusto – Santa Luzia;
 - 14 - SRE Metropolitana A: Arlete Gonçalves Lages;
 - 15 - SRE - Divinópolis: Ana Paula de Oliveira;
 - 16 - SRE - Juiz de Fora: Fernanda Antunes Spolaor;
 - 17 - Polícia Militar de Minas Gerais: Ademildo Walguimar Ferreira - Juiz de Jora; Antônio Nelson Alves Ferreira - Igarapé; Arlen Cordeiro dos Santos - Contagem; Emerson Cláudio Souza - Araxá; Grace Maria Mello Pereira - Belo Horizonte; Helder Ferreira



Batista - Contagem; Hugo Cirino Duarte - Sabará; Luiz Carlos Gomes de Miranda - Aracitaba; Roseni Aparecida dos Santos - Caeté; Vanessa Chaves de Jesus de Moraes - Belo Horizonte; Vinicius Ciribeli de Paula - Juiz de Fora;

18 - Polícia Civil de Minas Gerais: Aline de Oliveira Amorim e Maria A. Abreu;

19 - E.E. Prof. Luiz Antônio Corrêa Oliveira - Araxá: Zulma Moreira;

20 - E.E. Bernardo Vasconcelos - Uberaba: Regina Célia de Lima;

21 - E.E. Elza Mendonça - Contagem: Maria da Glória Silva da Cunha;

22 - E.E. Interventor Júlio de Carvalho - Espera Feliz: Maria Celeste Jacinto Toledo;

23 - E.E. Dr. Abílio Machado - Formiga: José Roberto da Silva;

Poder Público Municipal

24 - Guarda Municipal de Belo Horizonte: Eder José de Souza Lopes;

25 - Guarda Municipal de Contagem: Ricardo Bispo dos Santos; Emerson da Silva Lopes;

26 - Secretaria Municipal de Educação de Caxambu: Maria do Carmo Rodrigues;

27 - Secretaria Municipal de Educação de Betim: Ivan Sérgio Martins dos Santos; Édina Maria de Souza Bermudez;

28 - Secretaria de Educação e Cultura de Varginha: Jacqueline de Souza Moreira;

Inscrições Individuais

29 - Maria Luiza de Araújo Rolla Trindade - Belo Horizonte;

30 - Silvânia Aparecida de Almeida - Araxá;

31 - Clísio Chaves Pereira - Itaobim.

Entrega do Documento Final

O Sr. Presidente - Convido a vir até à Mesa a Profa. Sueli, representando a Secretaria de Educação; a Érika, representando a Secretaria de Defesa Social; o Cap. Ferraz, representando o Proerd; a Mariana, representando a Polícia Civil; o Ten.-Cel. Moisés, representando a Polícia Militar; o Defensor Público Wellerson, representando a Defensoria Pública; o Prof. José Luiz, representando o Sind-UTE; a Sandra Bóssio, representando a sociedade civil; e o Daniel, Presidente do Parlamento Jovem, para entregarem à Deputada Maria Tereza Lara, ao Deputado Carlin Moura, à Deputada Liza Prado e ao Deputado Bosco o documento final com as propostas da plenária final do fórum "Segurança nas escolas: por uma cultura de paz".

A Deputada Maria Tereza Lara - E ao Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa.

- Procede-se à entrega do documento final, cujo teor é o seguinte:

Violência no Ambiente Escolar

1 - Implantação, em todas as escolas públicas do Estado, de sistema de monitoramento por câmeras nas áreas internas de circulação e no entorno da escola, com disponibilização de recursos para manutenção, a fim de garantir a preservação do patrimônio público e a proteção da vida das pessoas.

2 - Contratação de vigias noturnos e de porteiros diurnos com capacitação específica em vigilância e instalação de sistema de monitoramento estático.

3 - Implementação de dinâmica operacional referente ao policiamento ostensivo nas imediações das escolas, de forma a propiciar maior segurança.

4 - Garantia do cumprimento da lei que estabelece as áreas de segurança e proteção escolar.

5 - Maior integração entre a escola, a comunidade, os conselhos tutelares, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os programas de prevenção à criminalidade na administração de conflitos no âmbito escolar para o acompanhamento dos alunos que cometeram faltas graves ou atos infracionais, garantindo a permanência desses alunos nas suas escolas de origem, sempre que possível, com realização de cursos de capacitação em procedimentos de mediação, a fim de solucionar os conflitos.

6 - Alocação e garantia de recursos orçamentários e financeiros para o desenvolvimento e a ampliação de programas de prevenção destinados aos alunos dos ensinos fundamental e médio, tais como o Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd -, Jovens Construindo a Cidadania - JCC -, Programa Escola Segura - PES -, entre outros, destinando recursos também para a capacitação de policiais militares e outros profissionais de segurança pública sobre o tema do atendimento escolar.

7 - Criação, fortalecimento e visibilidade dos conselhos de segurança escolar e comunitária em todos os Municípios do Estado, dotando-os de recursos financeiros e capacitando seus membros, a fim de que a rede de ensino, os órgãos de segurança pública, do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente - SGD -, de assistência social, de saúde e comunitários possam discutir sobre a segurança local, além de propor e realizar ações integradas com vistas à efetividade da rede de segurança educacional.

8 - Implementação de maior abertura das escolas para a realização de projetos sociais que promovam a convivência na diversidade entre os alunos, o fortalecimento dos laços entre eles e a redução de suas diferenças e que permitam um conhecimento mais aprofundado das entidades públicas ou particulares.

9 - Implantação de programa multidisciplinar de segurança nas escolas e oferecimento de cursos específicos relacionados ao tema, com o objetivo de capacitar, qualificar e preparar todos os profissionais da educação.

10 - Sensibilização da comunidade escolar e fomento de espaços de discussão abertos, no contexto da diversidade humana, para receber alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, além daqueles com ascendência indígena ou provenientes de comunidades quilombolas, esclarecendo sobre todas as especificidades desses segmentos.

Integração de Ações e Programas

11 - Fiscalização da atuação conjunta dos órgãos públicos responsáveis pelos direitos das pessoas com deficiência para efetivar o cumprimento das medidas que garantam os direitos de acessibilidade universal e de inclusão social.



12 - Elaboração e execução de Lei de Responsabilidade Social do Estado, de modo a estabelecer compromissos e diretrizes de investimentos, visando à qualidade social dos serviços públicos para uma cultura de paz.

13 - Garantia, nas escolas, de acompanhamento social realizado por equipe multiprofissional composta por psicólogo, assistente social, fonoaudiólogo, psicopedagogo, a fim de contribuir para o processo educativo de estudantes, professores e famílias, efetivando, assim, a Lei nº 16.683, de 2007.

14 - Maior integração entre a Secretaria de Estado de Educação, as superintendências regionais de ensino, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público, os conselhos, as secretarias municipais e órgãos das áreas saúde, assistência social e segurança pública, buscando ampliar a rede de proteção em prol do combate à violência nas escolas.

15 - Criação e ampliação, no âmbito da rede pública estadual, de cursos profissionalizantes, de acordo com a demanda local.

16 - Fortalecimento da rede competente para o atendimento aos alunos dependentes químicos e às suas famílias e encaminhamento desses alunos para a referida rede

17 - Incentivo à criação de guarda municipal nos Municípios que não a possuem.

18 - Criação da rede integrada de proteção e segurança por uma cultura de paz, com o fim de planejar, executar, fiscalizar e nortear ações que visem o desenvolvimento de políticas públicas focadas no combate aos diversos tipos de violência que se dão no âmbito escolar, composta por representantes da Secretaria de Estado da Educação, das secretarias municipais de educação, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Militar, dos conselhos e por representantes de pais e alunos.

19 - Ampliação da acessibilidade e monitoramento dos sistemas digitais de informação, incentivo à criação de bibliotecas virtuais nas escolas, com a contratação de profissionais capacitados.

20 - Implementação e execução de ações de formação continuada sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - e sobre o SGD, com a produção de cartilhas e a realização de seminários regionais ou fóruns com a participação de educadores e outros interessados.

Prevenção e Combate à Violência Escolar

21 - Efetiva implementação de políticas de valorização e reconhecimento dos profissionais da educação, dentro e fora da escola, garantindo-se condições de trabalho, saúde, segurança; cumprimento imediato da Lei nº 11.738, de 2008, e do Plano de Carreira dos Profissionais em Educação do Estado de Minas Gerais; exigência de que os profissionais da educação selecionados para escolas públicas possuam a habilitação prevista na LDB; e investimentos na qualificação do profissional, inclusive com o aumento da oferta de bolsas de mestrado para professores e demais profissionais da educação, contando, em tudo o que couber, com o engajamento de todos os parlamentares.

22 - Aumento dos recursos investidos em treinamento, projetos e instrução dos agentes das guardas municipais, da Polícia Militar e da Polícia Civil que atuam diretamente na prevenção da violência no ambiente escolar, inclusive por meio de convênios com instituições de ensino voltadas para a segurança pública.

23 - Garantia dos direitos das crianças com deficiência, mediante criação e manutenção de espaços físicos e infraestrutura adequados às suas necessidades específicas no ambiente escolar, com construção de salas de recursos multifuncionais e capacitação de profissionais; e garantia de recursos para elaboração e execução das planilhas e dos projetos de engenharia.

24 - Instituição de fórum de estudantes para debates e formulação de propostas para o combate à violência nas escolas e a construção de uma cultura de paz, promovendo eventos e atividades que valorizem os alunos frequentes não envolvidos em atos de indisciplina.

25 - Redução do número de alunos por turma, nos seguintes parâmetros: 20 alunos nas turmas do ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano), 25 alunos nas turmas do 4º ao 6º ano e 30 alunos nas turmas do 7º ao 9º ano e no ensino médio, com adequação do quadro da escola, de maneira a garantir a qualidade do ensino.

26 - Efetivação e ampliação do programa de escola em tempo integral para todos os alunos das redes estadual e municipal, mediante parceria financeira com os Municípios, contando com infraestrutura adequada, plano de intervenção pedagógica - PIP - e acompanhamento de profissionais capacitados em educação, para colaborar com os alunos na realização das tarefas e na superação das dificuldades de aprendizagem, propiciando-se atividades de recreação (artes), esporte, informática e relacionamento humano voltados para a prática cidadã.

27 - Construção e reestruturação de centros esportivos olímpicos e centros culturais, dotados de grupos multidisciplinares, para o desenvolvimento de práticas esportivas e culturais vinculadas às práticas pedagógicas das escolas e ofertadas no contraturno, em todos os Municípios do Estado, respeitada a demanda de cada localidade.

28 - Implementação de política de assistência psicológica no ambiente escolar, com atendimento profissional especializado para as partes envolvidas, considerando-se os vários níveis de violência.

29 - Construção de novas escolas, com o objetivo de suprir a demanda nos Municípios.

30 - Reorganização e manutenção da estrutura escolar, de modo a garantir uma educação de qualidade social, que atenda às especificidades e habilidades dos estudantes.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DA 37ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/10/2011

Presidência do Deputado Duarte Bechir

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Leitura de mensagem - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Tenente Lúcio - Entrega de placa - Palavras do jornalista João Carlos Amaral - Palavras do Secretário Sérgio Barroso - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:
Bruno Siqueira - Duarte Bechir - Tenente Lúcio.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Duarte Bechir) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Bruno Siqueira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo de Minas Gerais – Abrajat-MG – pela posse de sua nova diretoria e de seu conselho consultivo e por sua importância estratégica na divulgação do turismo mineiro.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. jornalista João Carlos Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo de Minas Gerais - Abrajat-MG -; e Sérgio Barroso, Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo; a Exma. Sra. Andrea Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado; os Exmos. Srs. Hélcio Estrella, Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - Abrajat -; José Maurício de Miranda Gomes, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens de Minas Gerais - Abav-MG -; e Hernani Castro, Diretor-Secretário do Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau, representando o Diretor-Presidente, Roberto Fagundes; a Exma. Sra. Maria Elizabeth Marques Ribeiro, Presidente do Conselho de Turismo da Associação Comercial e Empresarial de Minas - ACMinas -, representando essa Associação; e os Exmos. Srs. Arthur Viana, Diretor da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte - Belotur -, representando o Presidente, Fernando Rios; Gustavo Persichini, Superintendente da Associação Mineira de Municípios - AMM -, representando o Presidente, Ângelo Roncalli, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Pará; e Deputado Tenente Lúcio, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. José Eugênio Aguiar, Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais - Sindetur -; jornalista Carlos Lindenberg, Diretor Executivo do jornal "Tudo" e Presidente do Cepo; Caio Júlio Xavier Rodrigues, Secretário Municipal de Turismo de Brumadinho; e Vereador Amarílio Augusto de Andrade, da Câmara Municipal de Barbacena; da Exma. Sra. Monnica de Monteiro, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Eventos; e dos Exmos. Srs. Cláudio Vilaça, Presidente da Associação de Jornalistas do Serviço Público; e Fernando Aguiar Mendes, representando o Presidente da Emater-MG, Maurílio Guimarães.

Leitura de Mensagem

O locutor - Gostaríamos de fazer a leitura de mensagem enviada pelo Exmo. Sr. Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, endereçada ao jornalista João Carlos Amaral. (- Lê:)

"Prezado João Carlos Amaral, parabenizando-o por sua posse à frente dessa Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo de Minas Gerais, envio votos de sucesso aos desafios ora assumidos, solicitando que transmita meus cumprimentos aos novos membros da diretoria e do conselho consultivo dessa entidade".

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será apresentado pela cantora, compositora e instrumentista Sra. Mônica Dalmázio.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional da Belotur.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Tenente Lúcio

Boa noite a todos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de estarmos todos juntos nesta Casa Legislativa, que verdadeiramente representa todo o povo das Minas Gerais.

Cumprimento o meu amigo Duarte Bechir, que representa o nosso companheiro e amigo Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o meu grande amigo jornalista João Carlos Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo de Minas Gerais - Abrajat-MG -; o meu amigo Sérgio Barroso, Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo - Sérgio, aproveito a ocasião para destacá-lo mais uma vez, porque por onde passamos por esse Brasil afora, inclusive, em Manaus, onde estive, o seu nome é destaque; isso acontece não só em nosso Estado e em nosso país, mas também no planeta, pois hoje você é uma figura conhecida internacionalmente, de modo que ele deu parabéns pelo seu excepcional



trabalho -; a Dra. Andrea Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; o Sr. Hécio Estrella, Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - Abrajat -; o Sr. José Maurício de Miranda Gomes, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens - Abav-MG -; o Sr. Hernani Castro, Diretor-Secretário do Belo Horizonte Convention e Visitors Bureau, representando o Presidente Roberto Fagundes; a Sra. Maria Elizabeth Marques Ribeiro, Diretora e Presidente do Conselho Empresarial de Turismo, representando a ACMinas; o Sr. Arthur Viana, Diretor da Belotur, representando o Presidente Fernando Rios; o Sr. Gustavo Persichini, Superintendente da AMM, representando o Presidente Ângelo Roncalli, Prefeito de São Gonçalo do Pará.

Minhas senhoras, meus senhores, é um prazer recebê-los na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para um evento com que estamos nada mais, nada menos do que praticando um ato de justiça para com a Abrajat.

Estamos aqui hoje para prestar esta justa homenagem à Abrajat-MG pelos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento do turismo do nosso Estado e também para homenagearmos todos os seus associados, nas pessoas dos seus novos dirigentes, recém-eleitos para o biênio 2011-2012, encabeçados pelo seu Presidente, um colega desta Assembleia, de muitos anos e de dedicada atividade jornalística nesta Casa, o conceituado e competente João Carlos Amaral. Com seus parceiros de diretoria, Eujácio Antônio, Chico Maia, Sérgio Moreira, Marden da Mota, Sérgio Neves, Hernani de Castro, Carlos Felipe, Milena Santos e Antônio Claret, inicia uma nova etapa à frente dessa importante entidade, num momento crucial para o crescimento do nosso turismo.

Gostaria de iniciar minhas palavras ressaltando a importância da valorosa imprensa do nosso Estado, que procura sempre primar pela imparcialidade, pela verdade dos fatos e pela correção dos seus profissionais, que sempre nos honraram com sua presença permanente no acompanhamento das nossas atividades parlamentares. Quero citar Edmund Burke, famoso político inglês do século XVIII, que disse: “A imprensa é o quarto poder”. Já naqueles tempos o papel da imprensa, como veículo formador de opinião da sociedade, era tão importante que sua força causava grande perturbação nos poderes absolutistas da época. De fato, por meio da observação da história mundial, podemos perceber a importância da imprensa como incentivadora da liberdade, dos direitos do povo, da conscientização política e da luta pelo fim das injustiças sociais.

Embora amplamente criticada pelo posicionamento patronal que adquire em muitos casos, a imprensa sempre foi responsável, de alguma forma, pelas grandes mudanças no cenário mundial e nacional, e este talvez seja seu maior legado. Nos tempos atuais, o jornalismo assumiu um papel-chave dentro da sociedade e tornou-se um código universal que contribui para visualizar a profunda transformação social, econômica e política do mundo, em processo permanente de evolução e adaptação. No último século, a linguagem jornalística foi uma das ferramentas intelectuais que sustentaram a dinâmica e a lógica da modernidade. E podemos afirmar que, sem o jornalismo, a sociedade atual não conseguiria estabelecer os princípios do nacionalismo, das identidades culturais, da formação da chamada opinião pública e dos signos desta que hoje é chamada “a sociedade da informação”.

De fato, o jornalismo está atrelado a toda uma estrutura social e é difícil separá-lo da realidade, pois essa imprensa de hoje realiza sua função maior que é informar, o primeiro e essencial objetivo do jornalismo. E é por isso que o jornalista tem de estar bem informado. É para isso que ele tem de viver no meio dos acontecimentos. Dessa forma, a função informativa do jornalismo está ligada ao conteúdo do que é focado de modo a estabelecer a comunicação com seus leitores de forma séria e comprometida com a veracidade das informações.

Dentro do contexto geral da imprensa, encontramos hoje, de forma cada vez mais destacada, o jornalismo especializado, que é o segmento que mais vem ganhando espaço e importância junto ao mercado consumidor. E, dentro desse segmento, uma das principais áreas é a do turismo, que se faz presente em uma parcela considerável dos nossos meios de comunicação, sobretudo nos impressos, jornais e revistas, não esquecendo, é claro, da televisão e da internet, que movimentam grande parte desse mercado.

A imprensa de turismo exerce papel diferenciado entre as mídias existentes atualmente, em razão de trabalhar sempre com uma agenda positiva e com o objetivo de contribuir com a atividade turística, divulgando informações sem o comprometimento da sua independência. Esse nicho de mercado jornalístico vem ganhando cada vez mais valor por sua capacidade de entender o que o consumidor deseja e o que o mercado tem a oferecer. E uma de suas grandes características é a busca da parceria com uma ampla rede associativa da iniciativa privada, com vistas a promover atividades turísticas, com foco não só na divulgação pura e simples dos atrativos e destinos, mas também no alcance dos resultados financeiros e econômicos dessa importante atividade. Essa parceria se mostra fundamental, pois busca sempre usar as ferramentas da informação jornalística para alcançar resultados essenciais ao setor turístico, que é a atração do turista e, por consequência, dos investimentos públicos e privados para o setor.

No mundo de hoje, é consenso que o turismo é um dos mais importantes vetores de desenvolvimento econômico e, em razão das inúmeras conquistas obtidas pelo setor nos últimos anos, a atividade vem recebendo tratamento compatível com o grau de importância que tem. Nesse contexto econômico, o papel da mídia especializada em turismo é fundamental, pois a indústria do turismo movimenta diversos outros setores como transportes, comunicação, alimentação, comércio, etc. A atividade repercute ainda, de forma indireta, em dezenas de outros segmentos econômicos, e essa associação da economia com o desenvolvimento da atividade turística é um dos alvos preferenciais do jornalismo especializado em turismo.

Partindo do conhecimento de que uma pessoa, para chegar até o mercado turístico, precisa preencher alguns requisitos essenciais, como a necessidade ou o desejo de viajar e a condição financeira para isso, o agente do setor turístico sabe que o consumidor buscará informações sobre o destino desejado, geralmente por meio de jornais, revistas, internet, “folders”, etc. E é dessa hora em diante que entra o jornalismo especializado, com suas publicações, reportagens, entrevistas e estratégias de “marketing” para chamar a atenção do público leitor, informando e divulgando, com o máximo de esmero, no intuito de vender e expandir o segmento do turismo.

Assim, esses profissionais utilizam técnicas jornalísticas e uma linguagem específica para obter o maior número de leitores possível e, nesse momento, é preciso ter muito cuidado, porque, muitas vezes, as matérias de turismo se constituem em uma combinação de informação com publicidade. Entretanto, ela tem um público-alvo determinado, mas também muito diversificado, que são pessoas que viajam por diferentes razões, pertencem a culturas diferentes, têm idades, níveis socioeconômicos e interesses distintos; portanto, entendem a informação jornalística também de forma diferente, razão pela qual o jornalista especializado não pode correr o risco de induzir o turista ao erro, em razão de um material mal elaborado ou de uma parcialidade irresponsável.



Como se vê, essa atividade possui um caráter bem específico e por isso só pode, só deveria ser exercida por um profissional extremamente qualificado e com grande experiência no setor. Entretanto, a expansão dessa área no Brasil se deu de tal forma nas últimas décadas que exigiu a fundação da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - Abrajat -, que congrega profissionais da imprensa especializada do setor e busca ampliar a divulgação do turismo brasileiro na mídia nacional e internacional.

Desde então, a entidade vem crescendo em sua representatividade e atuação, estando hoje presente em todo o País. O quadro de associados registra profissionais que atuam em jornais, revistas, TVs, rádios e internet e que são os profissionais mais preparados para traçar o raio X de como anda a atividade turística brasileira.

Por esta razão, hoje homenageamos essa importante entidade do setor turístico mineiro, que se destaca pela intensa atuação na cobertura dos fatos e acontecimentos marcantes da atividade turística no nosso Estado, engrandecendo-se cada vez mais por sua importância para o crescimento do nosso turismo, tendo em vista o papel fundamental que exerce para o desenvolvimento do setor, papel esse que será valorizado ainda mais nos próximos anos, em razão do evento da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que poderão colocar o nosso país e sobretudo Minas Gerais na linha de frente do turismo mundial ou nacional nas próximas décadas. O Sérgio Barroso, como representante não só do Governador, mas de todos nós, mineiros, tem uma responsabilidade muito grande.

Acredito que podemos ampliar esses horizontes promovendo também uma parceria formal desse segmento com o poder público, pois o momento que atravessa o turismo mineiro faz necessário criar um vínculo maior entre o nosso governo e a mídia especializada no turismo do Estado. Assim, poderão nos dar o suporte necessário como fonte de informação para os trabalhos realizados pelo governo do Estado e por este Parlamento, especialmente para a divulgação dos projetos de interesse turístico em tramitação nesta Casa.

Será uma oportunidade para que a Assembleia mostre à imprensa especializada as suas inúmeras atividades voltadas para o setor turístico, obtendo uma melhor divulgação de suas ações na área do turismo para todo o Estado e também para o nosso país. Portanto, nós, parlamentares, e os jornalistas especializados em turismo, especialmente os integrantes da Abrajat espalhados por todo o Estado, devemos ser parceiros e trabalhar em conjunto na busca de um objetivo comum: desenvolver ainda mais a atividade turística em Minas Gerais.

Mais uma vez, parableno o nosso colega e amigo João Carlos Amaral e toda a sua diretoria, prestando esta justa homenagem à Abrajat-MG, na certeza de estar apenas dando o devido reconhecimento desta Assembleia Legislativa de Minas Gerais a essa importante entidade do jornalismo especializado em turismo do nosso Estado. João Carlos, dedicamos esta homenagem a você, a toda a sua diretoria e a este público seletivo. Vocês são responsáveis pelo nosso turismo em todas as situações. Estão presentes as pessoas de jornal, de revista, de televisão, de rádio, de internet, enfim, de tudo que o turista precisa para conhecer as nossas Minas Gerais.

Finalizo as minhas palavras como iniciei, agradecendo a Deus por esta oportunidade. Peço que ele continue abençoando a cada um dos senhores e a cada uma das senhoras. Vamos juntos com o Sérgio e com o nosso Governador, Prof. Anastasia. Minas Gerais fará a melhor Copa do Mundo de todos os tempos. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Duarte Bechir, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, fará entrega ao jornalista João Carlos Amaral, Presidente da Abrajat-MG, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Minas são muitas", já dizia Guimarães Rosa. Atenta às riquezas de Minas, suas belezas e à sua gente, a Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do Estado de Minas Gerais - Abrajat - tem-se destacado na divulgação de nossa terra e de nosso povo pelo Brasil e pelo mundo, contribuindo também para a valorização dos profissionais do setor. Por seu trabalho sério e sua colaboração para o desenvolvimento do Estado e a promoção da cultura mineira, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta homenagem a esta importante associação".

O Sr. Presidente - Convido o autor do requerimento que deu origem a esta reunião especial, o Deputado Tenente Lúcio, a também fazer parte da entrega da placa alusiva.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Jornalista João Carlos Amaral

Exmo. Sr. Deputado Duarte Bechir, representando o Presidente da Assembleia, o nosso amigo Deputado Dinis Pinheiro; Exmo. Sr. Secretário Extraordinário da Copa do Mundo, Sérgio Barroso - de Cipotânea, cidade que fica bem perto de Desterro do Melo e Barbacena, nossa região; o homem que vai cuidar da Copa do Mundo aqui em Belo Horizonte -; Exma. Sra. Andrea Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado, nossa amiga, muito obrigado pela presença; Sr. Hélcio Estrella, Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - Abrajat -, com quem aprendo muito nas nossas viagens pelo País, sempre buscando o que há de melhor para o turista e trazendo para aqueles que nos acompanham pela internet e pelos veículos de comunicação tradicionais, orientando o turista; Sr. José Maurício de Miranda Gomes, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem - Abav -, que também conhece a nossa região de Desterro do Melo e Alto Rio Doce e que é de Rio Espera, muito obrigado; Sr. Hernani Castro, Diretor-Secretário do Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau, representando o Presidente, Roberto Fagundes, que também é o nosso representante no Conselho Estadual de Turismo; Sra. Maria Elisabete Marques Ribeiro, Diretora e Presidente do Conselho Empresarial de Turismo, representando a ACMinas, muito obrigado à Bete, que é de Juiz de Fora; Sr. Arthur Viana, Diretor da Belotur, representando o Presidente, Fernando Rios; Exmo. Sr. Gustavo Persichini, Superintendente da AMM, representando o Presidente, Ângelo Roncalli, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Pará; Exmo. Sr. Deputado Tenente Lúcio - sem ele não teríamos esta homenagem histórica aqui no Plenário Presidente Juscelino Kubitschek: o Secretário Extraordinário está aqui representando o nosso Governador, que está em missão no exterior, na Índia, e receberá toda a diretoria da Abrajat assim que retornar dessa missão internacional. Cito ainda a presença de outros companheiros que vieram nos prestigiar, como o nosso Presidente Carlos Lindenberg, que está ali atrás, bem no estilo mineiro, quietinho, muito obrigado pela presença. Agradeço a todos vocês pela presença. Quero chamar a atenção de você que nos acompanha pela TV Assembleia no interior do Estado e também na Capital.

Sempre digo que, na vida, tudo é uma questão de ângulo e de luz, e o mais importante está no detalhe. E o detalhe importante desta noite, neste desafio que nós, como Presidente da Abrajat de Minas, estamos assumindo, vem do mais profundo do nosso coração, vem da alma do mineiro, daquele que não foge ao chamado e ao desafio. Lembro o que disse uma vez aqui, desta tribuna, o nosso Governador em exercício, Deputado Alberto Pinto Coelho: “Vocês sabem por que os rios correm para o mar? Porque os rios tiveram a humildade de se colocarem abaixo do nível do mar”. Essa é uma lição que fica muito clara para todos nós. Como disse Guimarães Rosa, o que a vida quer da gente é coragem. E eu acrescento: quer coragem e também a capacidade de sonhar e transformar o sonho em realidade. E para que o sonho vire o que queremos, essa realidade, traçamos um projeto estratégico e um plano de negócios que já colocamos em execução na Abrajat desde março deste ano, quando fomos eleito Presidente.

Uma das 12 metas do nosso projeto, que chamo de os trabalhos de Hércules, numa referência ao herói grego, começa pelo resgate da marca da Abrajat, uma entidade fundada em 1957, no Rio de Janeiro, com o objetivo de divulgar notícias do turismo. O País engatinhava, naquela época, neste fundamental setor gerador de empregos e de renda. E nossos antecessores já se encarregavam de escrever, de divulgar os fatos relacionados com a recente indústria do turismo em nosso país.

Em Minas, o espírito empreendedor e visionário do jornalista Ênio Fonseca, junto com a praticidade de Antônio Claret, deram o pontapé inicial no processo de criar a entidade em nosso Estado. Na linha do tempo, a fundação da Abrajat Minas já soma 28 anos de trabalho de divulgação do nosso rico turismo. Cada diretoria deu mais uma pincelada na tela que formou o rosto de nossa entidade: Ênio Fonseca, Hélio Fraga, João Camarão, Antônio Claret, Sérgio Moreira, o saudoso Marcos Souza Lima, Paulo Queiroga. Eles foram verdadeiros guerreiros na condução dos destinos da nossa entidade nas últimas quase três décadas.

Hoje, neste histórico Plenário que leva o nome do grande estadista Juscelino Kubitschek, a Abrajat dá um pequeno passo, mas um grande salto na história do turismo de Minas. Pela primeira vez, aqui, no coração do Parlamento mineiro, nossa entidade recebe o reconhecimento indiscutível de todos os mineiros e mineiras, aqui representados pelos 77 parlamentares - homens e mulheres que receberam o voto livre, democrático de mais de 12 milhões de vontades.

Tudo isso está sendo possível pela sensibilidade do Deputado Tenente Lúcio, do PDT de Uberlândia, Presidente da Comissão de Turismo desta Casa. Obrigado, Deputado. O senhor e seus pares têm, a partir de hoje, a eterna gratidão da nossa entidade. Entidade que tem pela frente uma longa e importante missão. Afinal, Minas tem uma chance de ouro: sediar jogos da Copa do Mundo de 2014. Esperamos que aqui seja o jogo do pontapé inicial desse espetáculo, que traz emprego, renda e obras para nossa cidade. Para isso estamos criando um portal na internet através de parceria com uma das maiores empresas de inteligência digital de Minas, a Web Consulting, pilotada pelo competente empresário Leonardo Bortoletto. Aqui presto um tributo ao gênio de Steve Jobs, nosso Leonardo da Vinci da era digital. Ele disse que a morte é um elemento transformador, criado pela própria vida, para levar embora o velho, para que o novo se instale no planeta. Já a imagem da Abrajat foi colocada nas mãos de um profissional de mão cheia, o publicitário Helinho Faria, da Faz Comunicação, que, a partir de hoje, cuida de nossa marca.

Na nossa administração, já estamos buscando outras parcerias estratégicas de fundamental importância no contexto do turismo mineiro. Contamos com o apoio, desde o primeiro momento, do nosso amigo o competente Secretário de Turismo de Minas, o Deputado Agostinho Patrus Filho, que vem fazendo um competente trabalho com sua equipe, sempre de ouvidos abertos para ouvir seus parceiros: as 43 entidades que fazem parte do Conselho Estadual de Turismo, dentre elas a nossa Abrajat, representada pelo companheiro Hernani Castro e pela companheira Emilienne Santos, filha de um dos mais importantes jornalistas mineiros, que atuou com sua inteligência na nossa entidade, o saudoso Cici Santos.

Entre outros parceiros com quem já firmamos compromisso de atuação conjunta, destacamos a Belotur, presidida pelo competente gestor Fernando Rios. A pedido dele, levamos ao congresso nacional da Abrajat, em Belém do Pará, o convite para que a reunião da Diretoria Executiva da Abrajat nacional seja realizada em Belo Horizonte, em junho de 2013. Convite que entregamos pessoalmente ao nosso Presidente, o jornalista Hélcio Estrella, a quem agradecemos a ilustre presença neste Plenário, momento histórico para nossa entidade.

Queremos também agradecer o apoio, a receptividade, que tivemos na visita que fizemos ao empresário Celso Pichioni, que representa, em Minas, a empresa aérea American Airlines. Agradecemos também à diretoria regional da Copa Airlines e ao gerente regional da TAP, Carlos Dias.

Outro companheiro de primeira hora é o Presidente da ACMinas e do BH Convention Bureau, Roberto Fagundes. Na ACMinas estamos muito bem-representados no conselho de turismo pelos abrajatianos, os nossos ex-Presidentes Sérgio Neves e Antônio Claret Guerra. Aliás, Claret é um dos fundadores da Abrajat nacional, Diretor nacional da entidade e nosso representante junto ao Conselho Municipal de Turismo ao lado de outro conselheiro, o jornalista Walter Freitas.

Nossa entidade tem 11 Diretores, um time de futebol – uma relação direta com a Copa do Mundo. Nosso maior ativo está no patrimônio humano que esses e essas companheiras representam. Afinal, acredito que o tamanho de uma entidade depende do talento, da criatividade, da dimensão humana e profissional de quem faz parte dela. Queremos agora apresentar o rosto de cada um, para os quais solicito uma salva de palmas. Começamos pelo nosso Vice-Presidente de Comunicação Chico Maia, que está fora do País, fazendo cobertura jornalística de futebol; o Vice-Presidente de Relações Institucionais Antônio Claret Guerra; o Diretor de Finanças Eujácio Silva, que chamo de nosso Ministro da Fazenda; o Secretário-Geral Carlos Felipe, que nos brindou com a execução do Hino Nacional; os conselheiros fiscais Sérgio Moreira, Vice-Prefeito de Paraopeba; Marden Couto, Chefe da Assessoria de Comunicação da Belotur; e o nosso fotógrafo Valdez Maranhão - que veio do Maranhão, com sua belíssima feijoada, que, pela primeira vez, foi realizada em seu Estado, São Luiz do Maranhão -; e os representantes do Conselho Estadual de Turismo Ernani de Castro e Emilienne Santos; do Conselho Municipal, Claret e Paulo César Pedrosa; da ACMinas Sérgio Neves e Antônio Claret Guerra; do Conselho de Ética, Walter Freitas, que é também advogado, e duas mulheres da mais alta competência, Suely Guerra e Leila Mara; e o nosso Vice-Presidente Regional de Juiz de Fora, na Zona da Mata, César Romero, que veio nos prestigiar.

Encerrando, aproveito para agradecer o apoio da minha família: Cida Amaral, nossa decoradora, que também cuida do meu visual e do visual dos companheiros da Abrajat, se precisarem; meus filhos, que não estão aqui por motivo de trabalho, Júlio César Amaral,



formado em ciência da computação, Eduardo Amaral e minha filha Natália, que está ali atrás e que se forma agora engenheira ambiental – vai ficar aí para ajudar o nosso país e o nosso planeta na área ambiental.

Por fim, quero prestar uma homenagem especial às mulheres - à Dra. Andrea e à Beth, que estão à Mesa; à Cida e a todas as outras mulheres aqui presentes. E o faço contando um “causo” mineiro. O Obama, Presidente americano, e a Michelle, primeira-dama, foram a um jantar chiquíssimo, em Washington, onde a Michelle descobriu que o cozinheiro, o chefe de cozinha, era um amigo de infância. Apresentou-o ao Obama, que foi muito simpático e carismático, mas que, logo depois, disse à Michelle, em particular: “Está vendo, Michelle? Se você tivesse se casado com ele, agora você seria cozinheira”. Ela respondeu: “Você está enganado, Obama; se eu tivesse me casado com ele, ele seria agora Presidente dos Estados Unidos da América do Norte”. Pensem nisso. Muito obrigado pela presença de todos.

Palavras do Secretário Sérgio Barroso

Boa noite, senhoras e senhores. Cumprimento o nosso Deputado Duarte Bechir, a quem agradeço o convite para estar aqui hoje, com o qual fiquei, realmente, muito lisonjeado. Explicarei mais tarde a importância de estar aqui nesta cerimônia.

Deputado Tenente Lúcio, muito obrigado pelas suas palavras. V. Exa. foi extremamente bonzinho comigo. Tento fazer a minha parte, mas, certamente, conto com esta Casa, liderada pelo Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, e com as Comissões ligadas à Copa do Mundo, como a Comissão de Turismo, liderada por V. Exa., e a Comissão de Esportes, liderada pelo jogador Marques. Sempre chamo o Marques de jogador, apesar de ser Deputado. Os senhores têm me ajudado muito. Sem a ajuda desta Casa, que é tão importante, e a magnitude das pessoas que a representam, realmente, eu não seria nada.

Gostaria de agradecer o convite ao jornalista João Carlos Amaral, que falou sobre Desterro do Melo, mas me disseram que os prédios de Cipotânea estão fazendo sombra em Desterro do Melo, como também em Rio Espera. Não sei se isso é verdade. Dra. Andrea Abritta, Sr. Hélcio Estrella, Sr. José Maurício Miranda, Sr. Hernani Castro, Sra. Maria Elizabeth, Sr. Arthur Viana, Sr. Gustavo Persichini, senhoras e senhores.

Falarei um minuto sobre a Copa do Mundo e sobre a importância de estar aqui com a Abrajat.

Sempre olho para a Copa do Mundo como um fator mais importante em termos de oportunidades, de negócios e de desenvolvimento econômico. Não sei se a Fifa está pensando muito em Copa do Mundo, pois a vejo se preocupando demais com os seus resultados econômicos. O futebol tem sido um veículo para todos buscarem os seus caminhos e saberem aonde chegar. Futebol e Copa do Mundo são um somatório de paixão e emoção, e a minha obrigação é fazer isso tudo através da razão.

Perguntam-me sobre o que faço em Minas Gerais. Minas realmente está à frente de todos os Estados em todas as modalidades. Parece incrível, mas Minas Gerais está à frente de todos os Estados em relação à questão aeroportuária, com todos os problemas que enfrentam os aeroportos mineiros, principalmente o de Confins. Em mobilidade urbana, nosso Estado está à frente de todos. Se alguém duvidar disso, pode ir aos outros Estados verificar a dificuldade para se chegar de um ponto ao outro para qualquer atividade e, principalmente, para se chegar aos estádios de futebol.

As obras do Mineirão estão 100% em dia, e o estádio será entregue em dezembro de 2012. Fala-se muito que o Estádio Olímpico de Londres será entregue 9 meses antes das Olimpíadas, mas o Mineirão será entregue 18 meses antes da Copa do Mundo.

A questão dos hotéis, que certamente interessa muito à Abrajat, em termos de jornalismo e turismo, vai ser resolvida. Alguém me disse que Minas Gerais não teria condições ou competência para abrir a Copa do Mundo porque não tem hotéis. Respondi a uma autoridade muito alta, um Governador de Estado - vou declinar seu nome - que Minas Gerais tem hospitalidade. Ele me disse isso na frente de toda a imprensa. Minas Gerais está construindo 28 hotéis na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e há 17 licenciamentos. Temos condições de acomodar, na Região Metropolitana, mais 10 mil pessoas em residências. Tudo está catalogado. Temos todo o sistema de hotelaria pronto para a abertura da Copa do Mundo.

Tenho trabalhado muito mostrando que temos também um dos Estados mais importantes turisticamente deste país, pois 50% do patrimônio histórico está em Minas Gerais. A todo o mundo que me fala que tem o Corcovado digo que temos Inhotim; se dizem que têm as praias, digo que temos as cidades históricas. Estão vendo que isso é um debate de negócio. Copa do Mundo é negócio. Se fosse somente futebol, a abertura da Copa do Mundo teria de ser em Belo Horizonte, porque temos o estádio mais moderno. O Mineirão vai ser o primeiro estádio a ser entregue. Em matéria de negócios, não podemos ser imponderáveis. Temos de viver o certo, o garantido, aquilo que realmente vai acontecer. O Mineirão vai ser entregue em 31/12/2012, 18 meses antes da abertura da Copa. Ele terá capacidade para 64.500 pessoas, tudo garantido, nada de assentos flutuantes ou removíveis. É um estádio com toda a modernidade, com uma esplanada externa. É um dos poucos estádios do Brasil que vai ter contada a história do futebol por meio de um museu. Ele tem alta tecnologia, cobertura completa, acomodará todas as poltronas.

A Fifa disse, em alto e bom som, que o estádio que não estiver pronto até dezembro de 2012 estará fora da Copa do Mundo. Mentira. O estádio que vai ser escolhido para a abertura da Copa do Mundo só vai estar pronto em 2014. Não estamos discutindo meritocracia, mérito. Por mérito, Belo Horizonte, Minas Gerais faria a abertura da Copa do Mundo. Estamos discutindo negócios. Toda essa celeuma em volta das leis da Copa só está começando. Vamos tê-la por vários e vários meses, se não ultrapassar o tempo da Copa. Tudo isso são negócios. No dia em que sentarmos em grupos e negociarmos apropriadamente com a Fifa, certamente grande parte dos nossos direitos serão respeitados. Negócio, negociação. O que aprendi na vida foi que nunca temos o que merecemos, mas só temos aquilo que negociamos. Isso deve ser a razão de o Governador ter-me colocado nessa posição, pois sou uma pessoa de negócios. Amo futebol, tenho paixão, tenho emoção, mas trato assuntos de governo, recursos do erário com a razão. Todos esses contratos foram assinados, desde 2007 para cá, para que realizemos uma Copa do Mundo com respeito. Temos de ser respeitados. Mas dentro do Estado de Minas Gerais eles serão respeitados, com lógica, com clareza e sempre negociando.

Estive na Alemanha e na África do Sul. Os alemães conseguiram negociar com a Fifa, porque ela os respeitou pelo fato de a Alemanha ser um país desenvolvido. No entanto, os sul-africanos conseguiram negociar muito pouco com a Fifa, que veio com muitas imposições - e no Brasil não me estranharia se acontecesse a mesma coisa. É claro que nós, Minas Gerais, somos apenas um



Estado e uma cidade-sede, dentre as 18 cidades-sedes, mas, no que depender de nós, iremos para o consenso, claro. Temos de trabalhar como brasileiros em primeiro lugar. Trabalharemos de uma forma tal que defenderemos, com unhas e dentes, os interesses de Minas Gerais, mas sem emoção, pois a emoção faz com que você acabe perdendo a razão. Agiremos com razão, com lógica, com clareza, conhecendo detalhadamente os contratos, sabendo o que assinamos e nos comprometendo com aquilo que assinamos. Na verdade, honraremos os compromissos e contratos, mas isso não quer dizer que faremos simplesmente o que querem que façamos.

Tenho tomado muito do meu tempo analisando esses contratos, principalmente o chamado contrato máster, que é o contrato do governo federal com a Fifa que, de certa forma, envolve todos os Estados. Talvez esse tema seja o mais importante para todos nós e certamente para Minas Gerais, que demandará a maior parte do tempo. No que diz respeito à entrega de obras e compromissos, estamos muito bem. Afinal, compromisso, contrato e respeito são características do mineiro, mas negociaremos todos os dias, todas as horas, todos os pontos de todos os contratos. Tentaremos um consenso com outros Estados e trabalharemos com eles para que possamos mostrar uma força coletiva.

Atualmente, somos uma federação completamente desfederalizada. É cada um para si, cada qual faz da sua maneira e com o seu estilo. Sobre a questão da meia-entrada, já escutei quatro versões diferentes: que se deve respeitar e pagar; que não se deve respeitar; que se deve respeitar e não pagar; e que não se deve respeitar nada. Para mim, nenhuma das quatro soluções é a mais adequada. A mais adequada é um debate comum entre os Estados e o governo federal para mostrar à Fifa a nossa posição final, o que queremos para nós. Acredito que o lucro em operações seja muito importante para todos, mas, talvez, o excesso de lucro seja prejudicial para todos nós.

Portanto, temos de trabalhar. Não sei nada na minha vida que não dê trabalho. Se não trabalharmos muito não produziremos muito. Aqui em Minas Gerais meritocracia faz parte da nossa história. Desculpem-me estar fazendo este pronunciamento desta forma, mas achei oportuno fazê-lo aqui, na Casa do povo, em um evento tão importante com este, numa cerimônia para a Abrajat, juntamente com o jornalismo real de turismo em Minas Gerais e com representantes de várias outras organizações e associações. Precisamos muito do apoio de todos vocês para que possamos concluir esse trabalho.

Não sabemos se Belo Horizonte fará a abertura da Copa do Mundo, pois não somos nós que decidimos, mas, sim, a Fifa, no dia 20 de outubro, em Zurique. No entanto, faremos a melhor Copa do Mundo. Isso com certeza faremos, pois temos uma sintonia fina entre Estado e Município. Estaremos trabalhando para interiorizar a Copa do Mundo e para trazer o máximo possível de seleções para treinar em nossos campos das gerais, principalmente do interior do Estado.

Há 19 cidades inscritas como candidatas a subse-des. Esperamos “emplacar” o maior número de cidades, das 31 possíveis, para os visitantes que estarão no Brasil.

Muitos podem não acreditar, mas Copa do Mundo bem trabalhada, bem feita é um “handicap” muito forte para o comércio, para a indústria e para a nossa sociedade. Vamos trabalhar a capacitação de 18 mil mineiros para atender a Copa do Mundo, com o objetivo máximo de que, após o evento, eles estejam absolutamente preparados para ir para o mercado de trabalho. Isso também é um grande legado. Se se somarem todas as obras que serão feitas em Minas Gerais, desde o aeroporto - ou aeroportos, porque estão falando do da Pampulha e de outros no interior do Estado -, falando da mobilidade urbana, dos estádios, dos hotéis e de toda a movimentação jurídica, todo esse investimento ficará como grande legado para Minas Gerais. Tudo isso que está acontecendo no Estado está sendo trabalhado por 40 pessoas diretamente envolvidas, que estão na minha Secretaria, com idade média de 28 anos. Ou seja, 28 anos é a idade média das pessoas que trabalham na nossa Secretaria, e são 40 pessoas. Na semana passada, o Estado do Mato Grosso - acabando, digamos assim, com a Secretária da Copa deles - contava com 200 funcionários. Não estou falando mal de ninguém, mas estou falando bem da gente. Estou dizendo que, com poucas pessoas que queiram trabalhar e produzir, dá para chegar lá e realizar.

Antes de concluir, quero dizer que aqui estão os representantes do povo, na Casa do Povo, e, com todo esse grupo de pessoas aqui presentes, com jornalistas diversos, representantes de todas as associações que estão direta ou indiretamente envolvidas com eventos, tenham certeza de que em 2013 haverá a Copa das Confederações e Minas Gerais terá um papel muito importante; em 2014, a Copa do Mundo; em 2015, a Copa América; e Belo Horizonte já foi escolhida como uma das subse-des da Copa do Mundo. Em 2016 haverá as Olimpíadas do Rio de Janeiro, que serão também estendidas para Minas Gerais. Temos recebido vários representantes do Comitê Olímpico Brasileiro, que procuram oportunidade de trazer alguns eventos para Minas Gerais. Ainda não sei a dimensão de tais eventos, a forma deles, mas temos trabalhado para isso. Então teremos quatro anos de grandes eventos que vão passar por Minas Gerais.

Então existe a nossa chance, está aí a nossa oportunidade para duplicar, triplicar o movimento turístico no Estado, porque nós teremos todas as qualificações, toda a infraestrutura básica para atender ao turista brasileiro e internacional. Vamos estar como a Europa, os Estados Unidos? Não. Não precisamos estar iguais, nós vamos crescer até lá. Não precisamos ter 70 milhões de turistas como na França; 60 milhões como na Espanha, mas hoje o Brasil tem menos turistas do que a Argentina. A Argentina, que está no Cone Sul, onde é muito mais difícil chegar e é um país bem menor, tem mais turistas que o Brasil. Isso não é possível. Somos um país muito maior, com muito mais coisas para se fazer. Temos 8.000km de praias, temos cidades históricas. Então, nós, Minas Gerais, com toda essa formatação que estamos conduzindo, por meio de todas as associações, a Secretaria de Turismo, a Secretaria da Copa, o governo municipal, as cidades mineiras, os 853 Municípios, o governo do Estado, a Assembleia Legislativa, o Judiciário e, principalmente, o empresariado, que são a maioria de vocês, vamos trabalhar, porque o número de turistas vai crescer muito.

Belo Horizonte está se tornando uma das Capitais mais importante do turismo de negócios no Brasil. Com essa hotelaria, com todos os centros de convenções que estão nascendo e com o crescimento do PIB mineiro, consistentemente bem acima do crescimento do PIB nacional - o que se repetiu nos três primeiros trimestres do ano -, estamos fadados a ter um turismo muito forte e grande no Estado. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir uma apresentação da cantora, compositora e instrumentista Mônica Dalmázio, que apresentará a música “Oh, Minas Gerais”.

O Sr. Carlos Felipe de Melo Marques Horta - Um dos propósitos da Abrajat é que Minas Gerais tenha o seu hino. Estamos falando disso a pedido do Presidente João Carlos Amaral. Essa é uma das campanhas que estamos apresentando, pois não temos um hino oficial. Já houve ao longo da história três concursos para a escolha do hino, mas ela ainda não aconteceu. Então, por que não aproveitar esse hino que oficiosamente já é o hino de Minas Gerais?

Essa música vem de uma cantiga italiana do séc. XIX, que já foi empregada para falar do encouraçado Minas Gerais, comprado em 1908 pelo Brasil. A primeira gravação de “Oh, Minas Gerais” é exatamente desse período. Em 1931, começou a ser tocado em Minas Gerais como um hino. Em 1942, Dê Moraes fez a primeira letra para “Oh, Minas Gerais” e, em seguida, outro mineiro de Juiz de Fora, Paulo Roberto, fez outra letra. Oficiosamente, em todos os lugares, essa música é considerada o hino de Minas Gerais. Então, por que não transformá-lo oficialmente no hino de Minas Gerais?

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Saúdo os membros da Mesa, já nominados por aqueles que nos antecederam, na pessoa do jornalista João Carlos Amaral, Presidente da Abrajat-MG; o Deputado Tenente Lúcio, proponente do requerimento que deu origem a esta reunião solene; o Deputado Bruno Siqueira, que se faz presente; os demais convidados, as senhoras e os senhores.

Lembro a toda a nossa gente das Minas Gerais que, além da transmissão pela nossa TV Assembleia, a reunião está sendo transmitida ao vivo pela internet, pela Seven, do nosso amigo Alexandre Neves.

Com as palavras do nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, quero inicialmente falar a todos do grande prazer por estar aqui no momento de homenagear tão expressiva e importante instituição brasileira, como também a secção de Minas Gerais. E, por falar em Minas Gerais, nosso Estado vive um momento de significativos avanços em seu desenvolvimento graças à conjuntura favorável da economia brasileira e às políticas públicas colocadas em prática pelo governo do Estado, caracterizadas pelo planejamento de esforços para a correção de desequilíbrios e pelo estímulo às vocações regionais.

Vive também um momento especial para dar grande impulso a um segmento particular de sua economia: o turismo, segmento de inegável contribuição para a geração de emprego e renda, para a inclusão social, para a integração entre pessoas e comunidades e para a conscientização sobre o desenvolvimento sustentável.

Estamos todos, de alguma forma, envolvidos com o projeto do Brasil de patrocinar a Copa do Mundo em 2014. Estamos envolvidos em contribuir para o sucesso da competição e, naturalmente, tirar proveito para que as obras e investimentos se revertam em benefícios duradouros para a nossa população.

No que diz respeito a esta solenidade em que homenageamos a Abrajat-MG, o momento é propício para divulgarmos nosso potencial turístico e construirmos a estrutura necessária para seu melhor aproveitamento, tendo em vista o efeito irradiador da escolha de Belo Horizonte como uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014.

Trata-se, naturalmente, de uma grande oportunidade para consolidar Minas Gerais como importante destino turístico não apenas no mercado nacional como também no plano internacional, e ainda para estimular a população mineira a conhecer melhor as riquezas culturais e naturais do nosso Estado.

Temos um amplo leque de atrações turísticas a serem mais bem exploradas, a exemplo das cidades históricas, das estâncias hidrominerais, das tradições e festas populares, das manifestações artísticas como o artesanato, da culinária típica, das fazendas seculares e da diversidade do patrimônio ambiental, no qual se destacam os parques com suas reservas florestais, lagos, cachoeiras, grutas e trilhas.

É hora de dizermos: mesmo apresentando números ainda pouco expressivos, diante do elevado potencial do Estado, o turismo mineiro vem evoluindo gradativamente nos últimos tempos, graças, em boa parte, à atuação de instituições como a que recebe hoje, muito merecidamente, esta homenagem da Assembleia mineira.

A Abrajat-MG reúne profissionais especializados que desempenham um papel fundamental para o incremento do setor. São eles que nos apontam as principais atrações turísticas de Belo Horizonte, de Minas Gerais, do Brasil e de países espalhados pelo mundo inteiro.

No caso de Minas, eles contribuem com sua habitual competência para despertar o interesse de conhecer toda a riqueza turística do Estado e, conseqüentemente, para valorizar nossa cultura, nossa história, nossos costumes e tradições.

Ao longo de seus 28 anos, a Abrajat-MG vem aglutinando os mais destacados jornalistas de turismo, dedicando-se ao aprimoramento da profissão, à qualificação e à valorização de seus associados, à defesa de seus interesses e à promoção desse setor da economia que é indispensável para o nosso desenvolvimento.

É, portanto, com grande satisfação que a Assembleia Legislativa se congratula com essa prestigiada instituição pela posse de sua nova diretoria e de seu conselho consultivo. Na pessoa de seu presidente, jornalista João Carlos Amaral, cumprimentamos todos os profissionais que compõem a Abrajat-MG.

Nosso muito obrigado, em nome do Presidente Deputado Dinis Pinheiro.

Gostaríamos ainda de cumprimentar a Secretária Maria Coeli, da Casa Civil, que nos dá a honra da sua presença, aumentando ainda mais o prestígio da homenagem à Abrajat-MG. Uma salva de palmas para a Secretária.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos o seu agradecimento pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 11, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 11/10/2011.). Levanta-se a reunião.



ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/9/2011

Às 11 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses e Carlos Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Rômulo Viegas em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Município de Ibituruna, na pessoa do Prefeito Municipal, Sr. Francisco Antônio Pereira, por ter 100% do território municipal, área urbana e rural, coberto por energia elétrica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2011.

Tiago Ulisses, Presidente – Carlos Henrique – Gustavo Corrêa.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/9/2011

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Sebastião Costa e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Antonio Lerin, por indicação da Liderança do Bloco Parlamentar Social), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento das seguintes correspondências, publicadas no “Diário do Legislativo” nas datas mencionadas entre parênteses: da Sra. Cristina Antunes de Deus e Silva, Escrevente Autorizada do Cartório de Registro de Imóveis de Betim, e do Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça (16/9/2011); dos Srs. Bilac Pinto, Secretário de Desenvolvimento Regional, José Pedro de Amengol Filho, Diretor Regional dos Correios, e Frank Deschamp Lamas, Presidente da Copanor (17/9/2011). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão (2) em que solicita seja convidado representante da Comunidade Quilombola Brejo de Crioulos para expor assunto referente à sua comunidade, e seja encaminhado à Sra. Gleisi Helena Hoffman, Ministra-Chefe da Casa Civil, e ao Sr. Gilberto Carvalho, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, pedido de providências para encaminharem junto à Presidente da República a assinatura do decreto presidencial confirmando o reconhecimento do território quilombola já declarado pela Portaria do Incri nº 737/2010, nos Municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelandia, em Minas Gerais; dos Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac (2) em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater, em audiência pública, as ações de cooperação entre o Estado e Municípios que visem à formação inicial e ao desenvolvimento de programas de capacitação voltados aos professores de creches e pré-escolas das redes municipais, inclusive das instituições conveniadas com Municípios, e seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater, em audiência pública, o alcance da Lei nº 16.683, de 10/1/2007, que autoriza o Poder executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino e assistência à saúde dos alunos nas escolas de educação básica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2011.

André Quintão, Presidente – Carlin Moura – Rômulo Viegas.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/9/2011

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Gilberto Abramo e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Ana Maria Resende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 226, 431, 522, 584, 925, 967, 1.149, 1.333, 1.550, 1.678, 1.689, 1.727, 1.735, 1.909, 1.922, 1.925, 1.928, 1.933, 1.935, 1.939, 1.943, 1.945, 1.947 e 1.948/2011 (Deputado Gilberto Abramo); e 1.951, 1.954, 1.957, 1.958, 1.961, 1.963, 1.980, 1.987, 1.988, 1.989, 1.990, 1.996, 1.999, 2.003, 2.024, 2.039, 2.065, 2.067, 2.069, 2.072, 2.074 e 2.096/2011 (Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 226, 431, 522, 584, 925, 967, 1.149, 1.333, 1.550, 1.678, 1.689, 1.727, 1.735, 1.909, 1.922, 1.925, 1.928, 1.933, 1.935, 1.939, 1.943, 1.945, 1.947, 1.948, 1.951, 1.954, 1.957, 1.958, 1.961, 1.963, 1.980, 1.987, 1.988, 1.989, 1.990, 1.996, 1.999, 2.003, 2.024, 2.039, 2.065, 2.067, 2.069, 2.072, 2.074 e 2.096/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a



finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Ana Maria Resende – Luzia Ferreira.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/9/2011

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Romel Anízio e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Deputado Doutor Viana assume a Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento de ofícios do Presidente da Ruralminas e do Deputado Doutor Viana, publicados no “Diário do Legislativo” em 2/9/2011 e 24/9/2011, respectivamente, e de correspondência do Deputado Romel Anízio em que solicita sejam formulados votos de congratulações com o Prefeito Municipal de Uberlândia, Odelmo Leão, pela brilhante gestão no campo de saneamento básico nesse Município. A Presidência acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 551/2011, no 1º turno, do qual foi designado como relator o Deputado Antônio Carlos Arantes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente retira de pauta o Projeto de Lei nº 269/2011, no 1º turno, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.168/2011 (relator: Deputado Romel Anízio) e 2.175/2011 (relator: Deputado Fabiano Tolentino), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão para conhecer e debater o projeto de aproveitamento do soro do leite desenvolvido pelo Município de Lavras, no Sul de Minas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2011.

Antônio Carlos Arantes, Presidente – Fabiano Tolentino – Romel Anízio – Rômulo Viegas.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/10/2011

Às 20h2min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado) e os Deputados Antônio Júlio, Ivair Nogueira, João Leite e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Romel Anízio, por indicação da Liderança do Bloco Parlamentar Social), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 765/2011 (relator: Deputado Duarte Bechir); 2.125/2011 na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 2 (relator: Deputado Antônio Júlio) e 2.252/2011 (relator: Deputado João Leite). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca a reunião extraordinária do dia 6/10/2011, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2011.

Doutor Viana, Presidente - Duarte Bechir - Gustavo Perrella - João Vítor Xavier - Sebastião Costa - Ulysses Gomes.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 17/10/2011, destinada a homenagear o Centro Universitário UNA pelos 50 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 14 de outubro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Adalclever Lopes, Bonifácio Mourão, Paulo Lamac, Romel Anízio e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/10/2011, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2011.

Doutor Viana, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/10/2011, às 10 horas, na Associação dos Moradores Beneficente Comunitária Vida Melhor do Bairro Pedra Branca, localizada na Rua Lavras, nº 304, Bairro Pedra Branca, em São Joaquim de Bicas, com a finalidade de debater a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE - no Município, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2011.

Célio Moreira, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 367/2011

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues e resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 753/2007, que, por sua vez, foi resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.037/2006, a proposição em epígrafe cria ao fornecedor de produtos e serviços a obrigação de promover a fixação de data e hora para sua entrega e instalação.

Por guardar semelhança com a matéria em pauta e nos termos do art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 548/2011, de autoria da Deputada Liza Prado, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.995/2009 e que “obriga os fornecedores de bens e serviços localizados no Estado de Minas Gerais a fixar data e turno para a entrega dos produtos e dá outras providências”.

A Comissão de Constituição e Justiça conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em tela propõe que os fornecedores sejam obrigados a fixar a data e a hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços; essa fixação ocorra no ato da contratação e seja documentada em impresso próprio, ficando uma via em posse do consumidor; e que, na hipótese de haver instalação a cargo do fornecedor, conste nesse documento o prazo limite para o seu término. Propõe, ainda, que, caso a entrega não ocorra no prazo, o consumidor tenha direito à devolução de todo o valor pago atualizado monetariamente, a se efetivar em prazo não superior a 24 horas, sem prejuízo das demais sanções; e que o não cumprimento do disposto na futura lei configure condição agravante, a ser considerada para aplicação e graduação das sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

A título de justificação, o autor alega a existência de um grande número de reclamações referentes ao descumprimento de prazo por parte de fornecedores. Por isso, a obrigatoriedade de registrar em documento o prazo é medida necessária para contornar a prática de manipulação das promessas assumidas para com o consumidor, e o projeto contribuirá para o surgimento de uma cultura de cumprimento dos prazos de cada ato de consumo.

A Comissão de Constituição e Justiça não encontrou óbice à tramitação da proposição, visto que a produção e o consumo, bem como as questões relativas à responsabilidade por dano ao consumidor, são matérias de competência legislativa concorrente entre os entes federados. Além disso, não há vedação de ordem constitucional à instauração do processo legislativo por iniciativa parlamentar. No entanto, a Comissão achou por bem apresentar o Substitutivo nº 1, para melhor adequar a proposta à realidade do mercado, em consonância com o princípio da razoabilidade. Quanto a esse aperfeiçoamento, seguimo-lo.

No âmbito da nossa Comissão, entendemos que a proposição é meritória. De fato, o período de entrega do produto ou da prestação do serviço pode gerar conflitos. Há fornecedores que estabelecem um período amplo, por exemplo, o dia inteiro. Nesse caso, o consumidor tem que ficar à disposição do fornecedor desde o início do dia até a hora em que o produto for entregue ou o serviço for prestado, o que eventualmente pode ocorrer no fim do dia. Há, também, casos em que o fornecedor combina um horário e o descumpra a seu bel-prazer, acarretando problemas para o consumidor que tem que se empenhar — e, muitas vezes, vê-se em apuros —, para atender à disponibilidade de horário do fornecedor.

Assim, o projeto em pauta possibilitará evitar esses conflitos, dará mais transparência às relações de consumo e propiciará mais tranquilidade e segurança ao consumidor.

Ademais, a matéria já se transformou em lei nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e tramita em diversas outras Casas Legislativas do País.

Em relação ao projeto anexado, temos idêntico entendimento. Ressaltamos que algumas ideias desse projeto foram incorporadas ao Substitutivo nº 1.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 367/2011 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2011.

Délio Malheiros, Presidente e relator – Liza Prado – Duarte Bechir.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.834/2011

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, a proposição em epígrafe tem por objetivo acrescentar artigo à Lei nº 11.045, de 15/1/1993.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela visa a obrigar os restaurantes, bares e similares que comercializam produtos quantificados por quilograma no cardápio a levarem à mesa do consumidor, juntamente com o produto in natura, balança para aferição do peso.

Segundo o autor, o projeto tem por objetivo assegurar ao consumidor o direito de receber desses estabelecimentos informações precisas sobre o peso daquilo que está sendo adquirido, garantindo que o alimento entregue de fato corresponda ao valor pago.

A Comissão de Constituição e Justiça argumentou que os Estados Federados são competentes para legislar sobre essa matéria – competência concorrente à União, ao Distrito Federal e aos Estados – e que o projeto não apresenta vício de iniciativa. A Comissão observou, também, que a proposição está de acordo com o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial no que tange à proteção dos seus interesses econômicos, o que é um dos objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo. Assim, concluiu favoravelmente ao trâmite da proposição em análise.

No âmbito da nossa Comissão, entendemos que a proposição é meritória. O projeto aplica-se a bares e restaurantes que fazem figurar, em seus cardápios, o preço do alimento por peso, principalmente tratando-se de carne. A medida permite ao consumidor aferir se o preço cobrado corresponde efetivamente à quantidade de alimento que lhe é servida, melhorando, assim, as relações de consumo, conferindo-lhes mais transparência.

Ademais, visando aperfeiçoar o projeto de lei, apresentamos o Substitutivo nº 1, na conclusão da presente peça opinativa. Ele tem por objetivo aprimorar a forma como a pretendida conferência de peso deverá ser feita, ao determinar que o estabelecimento comercial disponibilizará uma balança em local visível e de fácil acesso ao público, a qual emitirá uma etiqueta com o peso e o preço do alimento. Posteriormente, essa etiqueta será afixada na conta a ser apresentada ao consumidor.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.834/2011, na forma do seguinte Substitutivo nº 1.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a comercialização, por restaurantes, bares e similares, de produtos precificados por peso no cardápio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os restaurantes, bares e similares que comercializam produtos precificados por peso no cardápio ficam obrigados a disponibilizar balança em local visível e acessível ao público.

Art. 2º – Os produtos de que trata esta lei devem ser pesados nessa balança, que emitirá uma etiqueta na qual constará o peso e o preço.

Art. 3º – A etiqueta de que trata o artigo anterior será afixada na conta a ser apresentada ao consumidor.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2011.

Délio Malheiros, Presidente – Liza Prado, relatora – Duarte Bechir.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.122/2011****Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do Deputado Diniz Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe “dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de material reutilizável e reciclável – Bolsa Reciclagem”.

A matéria foi publicada no “Diário do Legislativo” de 30/6/2011 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem agora a este órgão colegiado a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise institui a Bolsa Reciclagem, que terá a forma de incentivo financeiro ao catador de material reutilizável e reciclável, com os seguintes objetivos maiores: reduzir em volume e peso a disposição final de material reutilizável e reciclável; aumentar a vida útil dos aterros sanitários; manter os recursos naturais; e melhorar a qualidade do ar e dos recursos hídricos e o bem-estar da população.

Para tanto, caberá ao Estado contribuir para a construção de rede de gestão, integrada pelos três níveis de governo, nos termos da legislação aplicável, com vistas a estimular o compartilhamento de informações, de ações e de atividades voltadas para a administração de material reutilizável e reciclável e de recursos financeiros destinados a pagamento de serviços ambientais ao catador de material reutilizável e reciclável; auxiliar os Municípios na implantação de cadastro de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, bem como dos beneficiários do Bolsa Reciclagem; e incentivar e auxiliar os catadores de material reutilizável e reciclável a instituírem cooperativa ou associação.

Ainda nos termos da proposta, com o intuito de assegurar mais eficácia aos seus comandos, o Estado poderá firmar instrumento de cooperação com os Municípios ou entidade da administração pública indireta municipal ou cooperativas e associações de catadores de material reutilizável e reciclável, o qual deverá estabelecer a forma de repasse de recursos para os Municípios ou entidade da administração pública indireta municipal ou cooperativas e associações de catadores de material reutilizável e reciclável, bem como prever contrapartida pela redução de custos de manejo de materiais reutilizáveis e recicláveis decorrente do trabalho de coleta e triagem para reciclagem realizada pelos catadores ou com base no piso de referência do custo de manejo a ser estabelecido em regulamento.

A Bolsa Reciclagem será concedida mensalmente ao catador, por meio de cooperativa ou associação, nas condições que dispuser o regulamento da futura lei, com base em apuração de resultados, que guardará proporcionalidade com a quantidade e a qualidade dos materiais reutilizáveis e recicláveis triados ou coletados. Terão prioridade os serviços de coleta externa e triagem em linha de produção.

Dos valores repassados à cooperativa ou associação, até 10% (dez por cento), salvo autorização expressa da maioria absoluta dos cooperados ou associados, poderão ser utilizados em despesas administrativas ou de gestão, aquisição de equipamentos, investimentos em infraestrutura, capacitação de cooperados ou associados, formação de estoques de material reciclável e “marketing”.

A proposta ainda traz condições para o recebimento da Bolsa Reciclagem pelo catador, quais sejam: integrar cooperativa ou associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; desempenhar atividade relacionada à catação e manejo de material reutilizável e reciclável; ser cadastrado no Município onde exerce a atividade, quando o repasse de recursos se fizer por meio do poder público municipal, nos termos do instrumento de cooperação firmado com o Estado; e ter o seu pedido deferido pelo gestor da Bolsa Reciclagem.

A perda da condição de beneficiário da Bolsa Reciclagem se dará a pedido do favorecido ou nos casos em que ele deixar de exercer atividade relacionada à catação e manejo de material reutilizável e reciclável ou de ser cooperado ou associado de instituição de catadores de material reutilizável e reciclável, bem como no caso em que a cooperativa ou associação de catadores de material reutilizável e reciclável tiver sido excluída do cadastro estadual.

O valor da Bolsa Reciclagem será calculado com base no resultado médio apurado nos seis últimos meses. O catador recém-beneficiado pela Bolsa Reciclagem terá seu incentivo financeiro calculado, nos primeiros seis meses, com base na média acumulada dos resultados apurados mês a mês. Poderão ser adotadas, na forma do regulamento da lei, medidas que aprimorem a gestão dos recursos da Bolsa Reciclagem, como estratégias anticíclicas ou antifraude, de incentivo à coleta de determinados tipos de material e de estímulo à produtividade coletiva ou individual.

A Bolsa Reciclagem não pode ser acumulada com benefício de mesma natureza e a gestão de recursos pertinentes a ela caberá ao Estado com a participação de, no mínimo, dois representantes de cooperativa ou associação de catadores de material reutilizável e reciclável, por estas indicados.

São esses, em linhas gerais, os aspectos mais destacados da proposta.

Do ponto de vista formal, é válido dizer que a proteção do meio ambiente está no âmbito da competência suplementar estadual, à vista do disposto no art. 24, VI, da Constituição da República. Ademais, a proposta não estabelece, de modo direto, obrigações para os órgãos e entidades do Poder Executivo.

Quanto ao conteúdo, embora caiba às comissões de mérito examinar aspectos técnicos, pode-se concluir que a proposta ora em estudo atende às diretrizes constitucionais de proteção ao meio ambiente e de geração de trabalho e renda.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.122/2011 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente e relator – Luiz Henrique – Bruno Siqueira – André Quintão – Rosângela Reis.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.177/2011

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Neilando Pimenta, o Projeto de Lei nº 2.177/2011 dispõe sobre o desenvolvimento de ações de atendimento e acompanhamento psicossocial às famílias das vítimas de calamidade pública no Estado.

Publicada no “Diário do Legislativo” em 8/7/2011, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Compete a esta Comissão pronunciar-se acerca dos aspectos jurídico, constitucional e legal da matéria, conforme dispõe o art. 102, III, “a”, combinado com o art. 188 do Regimento Interno.

Cumpra dizer que foi anexado à proposição em exame o Projeto de Lei nº 2.274/2011, por força do disposto no art. 173, § 2º, do diploma procedimental.

Fundamentação

O projeto em exame objetiva instituir uma política pública voltada para o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial às famílias das vítimas de calamidades públicas ocorridas no Estado.

Conforme consta da justificativa que acompanha o projeto, o poder público tem demonstrado preocupação quanto ao apoio material e quanto à recuperação da estrutura afetada em casos de acidentes naturais, calamidades e eventos de grande proporção, providenciando suprimento de água potável e de alimentos bem como o restabelecimento emergencial dos serviços básicos essenciais.

Contudo, um atendimento adequado às vítimas dessas tragédias envolve também atendimento psicossocial, amparando-as de forma mais completa e objetiva.

Sob o prisma jurídico-constitucional, é preciso dizer que a proposição apresenta algumas impropriedades. Já o artigo inaugural contém uma autorização para que o Poder Executivo desenvolva ações de acompanhamento psicossocial às vítimas de calamidades. Ora, o Executivo não necessita de autorização legislativa para empreender tais ações, pois elas já se acham no âmbito de competência desse Poder. Daí a necessidade de alterar a redação do art. 1º, afastando a previsão autorizativa e instituindo uma política pública voltada para o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial.

O art. 2º deve ser suprimido, pois viola o princípio da separação dos Poderes. Confira-se a redação do dispositivo:

“Art. 2º – As ações de que trata esta lei poderão ser implantadas no âmbito de programa governamental de competência do Gabinete Militar do Governador, em especial no que compete à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, sendo facultada a formalização, mediante convênio, de parcerias entre o Governo do Estado e os Municípios atingidos.”

É preciso dizer que lei de autoria parlamentar não pode estabelecer atribuições para o Gabinete Militar do Governador, nem facultar ao Executivo a formalização de convênio, pois isso configura violação ao princípio da separação dos Poderes, pedra de toque de nossa organização política.

Há ainda a necessidade de alterar a redação do art. 5º, o qual alude indevidamente a vários decretos, um deles já revogado.

As alterações propostas expurgam do projeto suas impropriedades técnico-jurídicas, permitindo que a proposição possa seguir tramitando nesta Casa legislativa.

Quanto ao Projeto de Lei nº 2.274/2011, de autoria do Deputado Jayro Lessa e anexado à proposição em exame, cumpre dizer que ele contém, em linhas gerais, os mesmos preceitos da proposição principal, porém expressos em linguagem ligeiramente diversa, de modo que a ele se aplicam as considerações expendidas neste parecer.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.177/2011, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, a seguir apresentadas.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º – O Estado promoverá ações de acompanhamento psicossocial às famílias das vítimas de calamidades públicas ocorridas no território do Estado de Minas Gerais.

EMENDA Nº 2

Suprima-se o art. 2º.

EMENDA Nº 3

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

“Art. 5º – o desenvolvimento das ações de que trata esta lei observará o disposto nas Leis nºs 7.157, de 7 de dezembro de 1977, e 11.102, de 26 de maio de 1993, observadas as atribuições e competências do Sistema Nacional de Defesa Civil – Sindec.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente – André Quintão, relator – Luiz Henrique – Rosângela Reis – Bruno Siqueira.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

- A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:
- de congratulações com os profissionais de educação física pelo transcurso do Dia do Profissional de Educação Física (Requerimento nº 1.432/2011, do Deputado Rômulo Veneroso);
 - de congratulações com o Iepha-MG pelos 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 1.436/2011, do Deputado Jayro Lessa);
 - de congratulações com o Esporte Clube Ribeirão Junqueira, de Leopoldina, pelos 100 anos de sua fundação (Requerimento nº 1.438/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
 - de congratulações com o Clube Literário Recreativo de Borda da Mata pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 1.462/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
 - de aplauso à atleta Fabiana de Almeida Murer pela conquista da medalha de ouro no Campeonato Mundial de Atletismo, em Daegu, na Coreia do Sul (Requerimento nº 1.464/2011, do Deputado Fábio Cherem);
 - de congratulações com o Sr. Jaubert Carneiro Jacques, Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, por sua promoção a Desembargador (Requerimento nº 1.471/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor)
 - de congratulações com Carlos Alberto de Azevedo, Marina Amaral e Natália Viana, bem como com a Editora Manifesto, pelo brilhante trabalho realizado no livro "Jornal Movimento, Uma Reportagem" (Requerimento nº 1.550/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);
 - de apoio ao Governador do Estado pela indicação do Sr. Carlos Henrique Perpétuo Braga, Juiz Titular do Tribunal de Justiça, para ocupar o cargo de Desembargador nesse Tribunal (Requerimento nº 1.552/2011, da Deputada Liza Prado);
 - de congratulações com o Prefeito Municipal de Belo Horizonte pela sua classificação entre os melhores no Programa Prefeito Amigo das Crianças (Requerimento nº 1.553/2011, da Deputada Liza Prado);
 - de aplauso ao Centro da Comunidade Luso-Brasileira pelos 99 anos de sua fundação (Requerimento nº 1.555/2011, do Deputado Doutor Viana);
 - de repúdio (encaminhada à Câmara dos Deputados) à Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 18/2011 (Requerimento nº 1.557/2011, da Comissão de Participação Popular);
 - de congratulações com a comunidade de Itajubá pela realização da Semana de Emancipação Política desse Município (Requerimento nº 1.592/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva).
 - de pesar pelo falecimento do Sr. Guaracy de Castro Nogueira, ex-Vice-Prefeito Municipal de Itaúna e ex-Reitor da Universidade de Itaúna, ocorrido em 17/9/2011, em Itaúna (Requerimento nº 1.599/2011, do Deputado Neider Moreira);
 - de aplauso aos policiais lotados no 36º BPM, em Vespasiano, que atuaram em operação no Bairro Visão, no Município de Lagoa Santa (Requerimento nº 1.639/2011, da Comissão de Segurança Pública);
 - de congratulações com o Cel. PM José Dimas da Fonseca, Comandante da 18ª Região da PMMG, em Poços de Caldas, por sua passagem para a reserva, após 30 anos de excelentes serviços prestados à sociedade (Requerimento nº 1.640/2011, da Comissão de Segurança Pública);
 - de aplauso ao 3º Sgt. PM José Afonso Alves da Costa, lotado no Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes, pelos 31 anos de serviços prestados à PMMG (Requerimento nº 1.641/2011, da Comissão de Segurança Pública);
 - de congratulações com a Prefeitura Municipal de Ibituruna pelo fato de esse Município ter energia elétrica em 100% das áreas urbana e rural (Requerimento nº 1.651/2011, da Comissão de Minas e Energia);
 - de apoio à Sra. Eliana Calmon, Ministra do Superior Tribunal de Justiça e Corregedora do Conselho Nacional de Justiça, pelos excepcionais serviços que vem prestando ao País e à sociedade, no que se refere à fiscalização de irregularidades na magistratura brasileira, e pela coragem em enfrentar o corporativismo de entidades de classe e de magistrados brasileiros (Requerimento nº 1.669/2011, da Comissão de Direitos Humanos).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/10/2011, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Duarte Bechir

- exonerando, a partir de 17/10/2011, Adilson Júnior Messias Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
- exonerando, a partir de 17/10/2011, Arnei Pereira de Sousa do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
- exonerando, a partir de 17/10/2011, Fabiana Gonçalves Carone Assis do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
- exonerando, a partir de 17/10/2011, Roberto Pereira da Silva do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;



exonerando, a partir de 17/10/2011, Sueli Teixeira Gomes Miranda do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Adilson Júnior Messias Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Gisele Mezêncio Leal Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Roberto Pereira da Silva para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Sueli Teixeira Gomes Miranda para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Vicente de Paulo Gomes para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando, a partir de 17/10/2011, Wilmar Anacléto Nehrer do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 17/10/2011, Fabio Costa Muniz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando, a partir de 17/10/2011, Vicente de Paulo Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Bernadeth Guedes de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 17/10/2011, Ana Luíza Mezêncio Leal Lima do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Redação;

nomeando André Luiz Menezes Faria para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Letícia Guimarães Geissler Prince para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Redação.

TERMO DE CONTRATO

Locatária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Locadora: Pitney Bowes Semco Equipamentos e Serviços Ltda. Objeto: aluguel de 2 medidores postais. Vigência: 3 anos, a contar da data da entrega dos equipamentos, inclusive. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, I, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701.2009-3.3.90-10.1.



ERRATAS

ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/10/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/10/2011, na pág. 61, col. 3, sob o título "OFÍCIOS", no resumo do ofício do Superintendente Federal no Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (substituto), onde se lê:

"Demerval Silva Neto", leia-se:

"Derneval Silva Neto".

ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/10/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/10/2011, na pág. 61, col. 4, sob o título "OFÍCIOS", no resumo do ofício do Sr. Sebastião de Abreu Ferreira, onde se lê:

"Requerimento nº 498/2011, da Comissão de Segurança Pública", leia-se:

"Requerimento nº 1.498/2011, das Comissões de Segurança Pública e de Transporte".